

JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO



Relatório Anual de Atividades 2016

Campo Grande-MS, 2017

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório registra as principais ações, dados estatísticos e análise de desempenho das Unidades Judiciárias e Administrativas do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região concernentes ao exercício de 2016, em cumprimento ao disposto no inciso XXXVI do art. 24 do Regimento Interno.

A grande convulsão política, econômica e social que acometeu o Brasil em 2016 inundou o país de ameaças, incertezas e controvérsias, tanto na esfera pública quanto na privada.

A recessão profunda e o esgotamento dos recursos públicos ensejaram um corte orçamentário histórico no âmbito da administração pública federal, causando extraordinário desarranjo no funcionamento das instituições oficiais, entre elas a Justiça do Trabalho.

Nessa conjuntura, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região adotou medidas drásticas de contenção de despesas, que refletiram na rotina de trabalho de seu corpo de magistrados e servidores, e, conseqüentemente, de seus jurisdicionados, sem afetar, no entanto, os processos de trabalho.

Destarte, mesmo diante das enormes dificuldades impostas pela crise, este Regional deu continuidade aos projetos estratégicos, priorizando o 1º grau de jurisdição por meio do estímulo à conciliação, à efetividade, agilização e valorização das pessoas. Nessa direção, ousou, ainda, lutar pela manutenção dos recursos financeiros destinados à reforma do prédio próprio localizado na Rua Jornalista Belizário Lima, em Campo Grande, antiga sede do Tribunal, para albergar o Fórum Trabalhista “Senador Ramez Tebet”, intento que triunfou com a inauguração da obra em 18 de novembro de 2016, e a entrega de instalações mais adequadas ao desenvolvimento do trabalho de juízes e servidores, bem como ao atendimento aos cidadãos que demandam na Justiça do Trabalho em Mato Grosso do Sul.

Na perspectiva da movimentação processual de 2016, no âmbito do 2º grau de jurisdição, o percentual de produtividade do Tribunal foi de 103%, o que o situa na 3ª colocação entre os 24 Regionais, segundo constatou a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho em correição ordinária realizada no mês de março de 2017. A CGJT apurou, inclusive, que o prazo médio entre a autuação e a baixa dos recursos foi de 176 dias, abaixo da média nacional (240 dias), posicionando o Tribunal no 3º menor prazo médio entre os Tribunais de mesmo porte e no 5º menor prazo médio, considerando-se os 24 Regionais. Mais, verificou que o prazo médio do Regional percorrido entre a distribuição do feito e sua restituição pelo relator foi de 57 dias, o menor dentre todos os prazos médios praticados pelos Tribunais Regionais do Trabalho de mesmo porte.

De outro lado, a CGJT observou que a taxa de produtividade da primeira instância foi de 95,5%, abaixo da média nacional, e o prazo médio desempenhado entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença, insatisfatório, comparativamente à média do País e dos Regionais de pequeno porte, o que exige da administração uma análise acurada da situação e o esforço vigoroso para transformá-la, de modo a imprimir maior celeridade processual no 1º grau de jurisdição.

Ademais, no exercício em referência, merecem evidência a implementação do teletrabalho na jornada dos servidores e o Sistema da Escola Judicial, adotado como ferramenta de uso nacional em razão de sua destacada eficiência, reconhecida pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT.

Com a divulgação do Relatório de Atividades, o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região obedece aos princípios da publicidade e da transparência na gestão dos recursos da União, resguardando aos cidadãos o direito de acesso às informações de interesse público e de participação nas ações de fortalecimento da Justiça do Trabalho.

João de Deus Gomes de Souza
Desembargador Presidente

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL PLENO

Presidente e Corregedor

Desembargador NERY SÁ E SILVA DE AZAMBUJA

Vice-Presidente e Vice-Corregedor

Desembargador JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA

Ouvidor

Desembargador AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR

Diretor da Escola Judicial do TRT da 24ª Região

Desembargador NICANOR DE ARAÚJO LIMA

Desembargador ANDRÉ LUÍS MORAES DE OLIVEIRA

Afastamento pelo prazo de dois anos (6.2.2014 a 6.2.2016) para fins de aperfeiçoamento profissional – (Resolução Administrativa n. 139/2013)

Juiz TOMAS BAWDEN DE CASTRO SILVA, Titular da 1ª Vara do Trabalho de Campo Grande.

Convocado para atuar na 1ª Turma, de 6.2.2015 a 6.2.2016, em virtude do afastamento das atividades jurisdicionais para aperfeiçoamento profissional do Desembargador André Luís Moraes de Oliveira (Resolução Administrativa n. 8/2015)

Desembargador RICARDO GERALDO MONTEIRO ZANDONA

Desembargador MARCIO VASQUES THIBAU DE ALMEIDA

Desembargador FRANCISCO DAS C. LIMA FILHO

COMPOSIÇÃO DAS TURMAS

Primeira Turma

Desembargador NICANOR DE ARAÚJO LIMA
Presidente

Desembargador ANDRÉ LUÍS MORAES DE OLIVEIRA

Juiz TOMAS BAWDEN DE CASTRO SILVA, Titular da 1ª Vara do Trabalho de Campo Grande

Convocado para atuar na 1ª Turma, de 6.2.2015 a 6.2.2016, em virtude do afastamento das atividades jurisdicionais para aperfeiçoamento profissional do Desembargador André Luís Moraes de Oliveira.

(Resolução Administrativa n. 8/2015)

Desembargador MARCIO VASQUES THIBAU DE ALMEIDA

Segunda Turma

Desembargador FRANCISCO DAS C. LIMA FILHO
Presidente

Desembargador AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR

Desembargador RICARDO GERALDO MONTEIRO ZANDONA

JUÍZES TITULARES E VARAS DO TRABALHO

AMAMBAI

Titular: Juíza Fátima Regina de Saboya Salgado

AQUIDAUANA

Titular: Juiz Orlandi Guedes de Oliveira

BATAGUASSU

Titular: Juiz Antônio Arraes Branco Avelino

CAMPO GRANDE

Diretor do FÓRUM Trabalhista Senador Ramez Tebet: Juiz Renato Luiz Miyasato de Faria

1ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Tomas Bawden de Castro Silva

2ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Júlio César Bebber

3ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Ademar de Souza Freitas

4ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juíza Marina Brun Bucker

5ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juíza Ivete Bueno Ferraz

6ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz João Marcelo Balsanelli

7ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Renato Luiz Miyasato de Faria

CASSILÂNDIA

Titular: Juiz Marcelino Gonçalves

CORUMBÁ

Titular: Juíza Anna Paula da Silva Santos

COXIM

Titular: Juiz Flávio da Costa Higa

DOURADOS

Diretor do FÓRUM Trabalhista Doutor Lauro Machado de Souza: Juíza Izabella de Castro Ramos

1ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juíza Izabella de Castro Ramos

2ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Marco Antonio Miranda Mendes

FÁTIMA DO SUL

Titular: Juiz Noedi Francisco Arosi - até 15.9.2016 (Aposentadoria - MA 37/2016)

Titular: Juiz Marco Antonio de Freitas - a partir de 3.10.2016 (Portaria GP n. 8/2016)

JARDIM

Titular: Juiz Aparecido Travain Ferreira

MUNDO NOVO

Titular: Juiz Christian Gonçalves Mendonça Estadulho - até 2.10.2016 (Portaria GP 10/2016)

Titular: Juiz Marcelo Baruffi - a partir de 12.11.2016 (Portaria GP 13/2016)

NAVIRAÍ

Titular: Juiz Leonardo Ely

NOVA ANDRADINA

Titular: Juíza Neiva Márcia Chagas

PARANAÍBA

Titular: Juiz Luiz Divino Ferreira

PONTA PORÃ

Titular: Juíza Kelly Cristina Monteiro Dias Estadulho - até 2.10.2016 (Portaria GP 9/2016)

Titular: Juiz Christian Gonçalves Mendonça Estadulho - a partir de 3.10.2016 (Portaria GP 10/2016)

RIO BRILHANTE

Titular: Juiz Marco Antonio de Freitas - até 2.10.2016 (Portaria GP n. 8/2016)

Titular: Juíza Kelly Cristina Monteiro Dias Estadulho - a partir de 3.10.2016 (Portaria GP 9/2016)

SÃO GABRIEL DO OESTE

Titular: Juiz Wellington Sebastião Gonçalves

TRÊS LAGOAS

Diretor do FÓRUM Trabalhista Stênio Congro: Juiz Marcelo Baruffi

1ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Marcelo Baruffi - até 11.11.2016 (Portaria GP 13/2016)

Titular: Juiz Carlos Roberto Cunha - a partir de 7.12.2016 (MA 60/2016)

2ª VARA DO TRABALHO

Titular: VAGO - até 26.10.2016

Titular: Juíza BEATRIZ MAKI SHINZATO CAPUCHO - a partir de 27.10.2016

JUIZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS

(ordem de antiguidade)

Juiz CARLOS ROBERTO CUNHA - até 6.12.2016

Juíza BEATRIZ MAKI SHINZATO CAPUCHO - até 26.10.2016

Juiz MÁRCIO ALEXANDRE DA SILVA

Juiz DENILSON LIMA DE SOUZA

Juíza LILIAN CARLA ISSA

Juiz BÓRIS LUIZ CARDOZO DE SOUZA

Juiz MÁRIO LUIZ BEZERRA SALGUEIRO

Juíza KEETHLEN FONTES MARANHÃO

Juiz MARCIO KURIHARA INADA

Juiz IZIDORO OLIVEIRA PANIAGO

Juiz JOÃO CANDIDO

Juíza MARA CLEUSA FERREIRA JERONYMO

Juiz HERBERT GOMES OLIVA

Juíza VANESSA MARIA ASSIS DE REZENDE

Juíza ANA PAOLA EMANUELLI PEGOLO DOS SANTOS

Juiz MAURÍCIO SABADINI

Juiz GUSTAVO DORETO RODRIGUES

Juíza DÉA MARISA BRANDÃO CUBEL YULE

Juíza NADIA PELISSARI

Juiz RENATO DE MORAES ANDERSON

Juíza ERIKA SILVA BOQUIMPANI

Juíza FABIANE FERREIRA

Juíza CHRISTINA DE ALMEIDA PEDREIRA - até 28.6.2016

Juíza DANIELA ROCHA RODRIGUES PERUCA

Juiz HÉLIO DUQUES DOS SANTOS

Juiz GERALDO FURTADO DE ARAUJO NETO

Juíza PATRÍCIA BALBUENA DE OLIVERA BELLO - a partir de 20.4.2015

Juíza PRISCILA ROCHA MARGARIDO MIRAULT - a partir de 28.8.2015

Juíza PRISCILA GIL DE SOUZA MURAD - a partir de 2.9.2015

Juíza CAROLINA DE OLIVEIRA PEDROSA - até 13.3.2016

Juiz ALEXANDRE MARQUES BORBA - a partir de 14.3.2016

Juiz VALDIR APARECIDO CONSALTER JÚNIOR - a partir de 29.6.2016

Juiz ANDRÉ LUIS NACER DE SOUZA - a partir de 17.11.2016

CARGOS DE DIREÇÃO NO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ana Paula Maiolino Volpe

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

Jorge Marques Batista

SECRETARIA DA CORREGEDORIA

Ely de Oliveira

ESCOLA JUDICIAL

Aily Maria Longhi Dangui

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA

Maria Leonor Rocha

COORDENADORIA DE CADASTRAMENTO PROCESSUAL

Marilu Higa Weber do Canto

COORDENADORIA DE PROJETOS JUDICIÁRIOS

Gilberto Tuller Espósito

DIRETORIA-GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

José Norberto Pinheiro de Oliveira

SECRETARIA-EXECUTIVA DA DGCA

Gerson Martins de Oliveira

COORDENADORIA DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES
Geslaine Perez Maquerte

SERVIÇO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
Alencar Minoru Izumi

SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO
Selzo Moreira Fernandes

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
Francisco das Chagas Brandão da Costa

SERVIÇO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
Rodrigo João Marques

CARGOS DE DIREÇÃO NAS SECRETARIAS DAS VARAS DO TRABALHO

VARA DO TRABALHO DE AMAMBAI
Paulo Roberto Brescovit

VARA DO TRABALHO DE AQUIDAUANA
Artur Gomes Pereira

VARA DO TRABALHO DE BATAGUASSU
Juliana Maria Bovério

1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE
Regiane Gimenez Barboza Belão

2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE
Ângela Saara Martins

3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE
João Douglas Guio de Azevedo

4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE
Edilson Tomi

5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE
Roseli Xavier de Freitas, até 31.7
Jackeline Gonçalves Jacques Euquério, até 15.11
Odinéia Soares Coelho, a contar de 16.11

6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE
José Marqueis de Lima

7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE
Gilson do Espírito Santo

VARA DO TRABALHO DE CASSILÂNDIA
Juliana Limão Lauro, até 31.5
André Luiz Lauro, a contar de 1.6

VARA DO TRABALHO DE CORUMBÁ
Willian Pinto Melo

VARA DO TRABALHO DE COXIM
Cláudia Giseli Vilela Marques

1ª VARA DO TRABALHO DE DOURADOS
Francisco de Paula

2ª VARA DO TRABALHO DE DOURADOS
Nilton Nogai

VARA DO TRABALHO DE FÁTIMA DO SUL
Antônio Sérgio Pantaleão, até 2.10
Alexandre Lopes Batista de Paiva, a contar de 3.10

VARA DO TRABALHO DE JARDIM
João Martins Guerra

VARA DO TRABALHO DE MUNDO NOVO
Tiago Muller Soares, até 02.10
Jarbas Oliva Filho, até 15.11
Claudinei Monsalle, a contar de 16.11

VARA DO TRABALHO DE NAVIRAÍ
Ronald da Silva Caçado

VARA DO TRABALHO DE NOVA ANDRADINA
Anízio de Souza Rocha

VARA DO TRABALHO DE PARANAÍBA
Sara Leal Paulino Jorge, até 10.2
Riceli Roriz de Menezes Pereira, a contar de 12.2

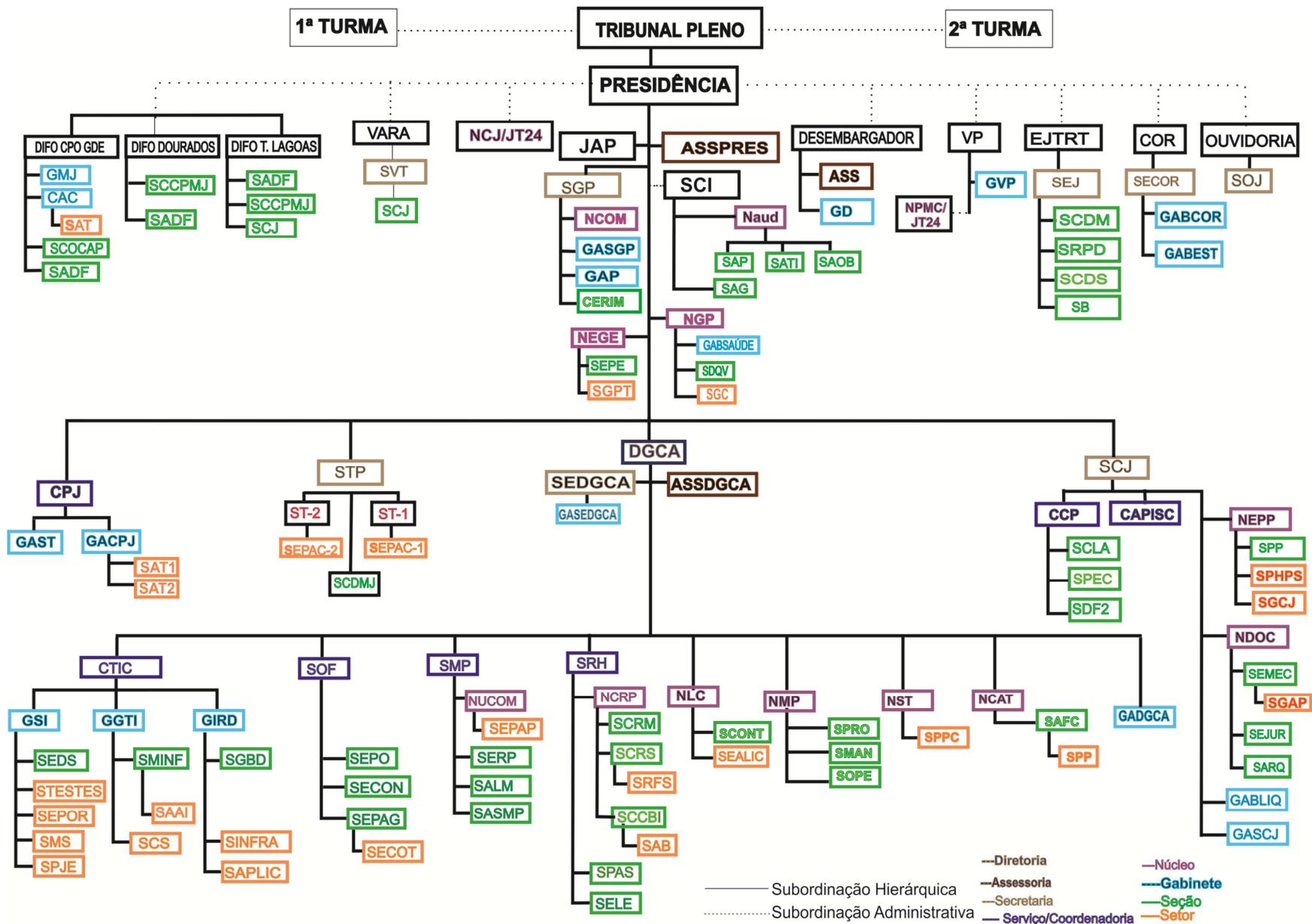
VARA DO TRABALHO DE PONTA PORÃ
Adriana Boessio Stefanello, até 02.10
Tiago Muller Soares, a contar de 3.10

VARA DO TRABALHO DE RIO BRILHANTE
Alexandre Lopes Bastista de Paiva, até 2.10
Adriana Boessio Stefanello, a contar de 03.10

VARA DO TRABALHO DE SÃO GABRIEL DO OESTE
Marcelo Soares da Silva

1ª VARA DO TRABALHO DE TRÊS LAGOAS
Claudinei Monsalle, até 15.11
Leandro Besso, até 20.11
Catarina Alves Arantes, a contar de 21.11

2ª VARA DO TRABALHO DE TRÊS LAGOAS
Washington Luiz Fernandes do Prado



O Tribunal ainda não realizou, de forma sistemática em toda a instituição, seu mapeamento de processos de trabalho. Relacionado a isso, desenvolveu um projeto estratégico, em 2011, no qual o Núcleo de Gestão Estratégica promoveu o estudo e a análise, com os envolvidos nos processos, dos métodos e processos de trabalho das áreas judiciária (Processo Ação Trabalhista - 1º Grau, da distribuição à execução) e administrativa (Processo de Aquisição e Fornecimento de Materiais e Serviços). Estes dois macroprocessos de trabalho foram analisados, redesenhados e desburocratizados, com a simplificação de procedimentos e eliminação ou redução de rotinas de retrabalho e gargalos, na medida do possível, tendo sido disponibilizados os respectivos fluxogramas e manuais de procedimentos para as respectivas áreas.

Esse trabalho, porém, necessita ser revisado, atualizado e ampliado para outras unidades. Com esse propósito, foi inserido o projeto estratégico “Remodelagem de processos de trabalho” no Plano Estratégico 2015-2020. Dada a restrição de recursos orçamentários e humanos, a prioridade da gestão em 2016 foi o 1º Grau de Jurisdição, com enfoque na conciliação e execução, e a reforma do prédio da Rua Jornalista Belizário Lima, para abrigar as Varas do Trabalho da capital. Sendo assim, este projeto não foi priorizado na 1ª etapa de execução do Plano Estratégico.

No que tange aos macroprocessos finalísticos existentes no órgão, tem-se o que segue:

O macroprocesso “Ação Trabalhista - 1º e 2º Graus” visa à solução das demandas trabalhistas, por meio da entrega da prestação jurisdicional. O conjunto de ações do Tribunal objetiva, direta ou indiretamente, à melhoria na prestação desse serviço à sociedade, dotando-o de maior eficiência, agilidade e celeridade dos processos, conforme o devido processo legal.

Em relação às Correições Periódicas Ordinárias e/ou Extraordinárias, tem-se que são realizadas em conformidade com o inciso XI do artigo 682, da Consolidação das Leis do Trabalho e artigo 29, V, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

Com o objetivo de aprimorar os trabalhos judiciários desenvolvidos pelas Varas do Trabalho, o Corregedor Regional faz inspeções *in loco*, anualmente, das quais resultam as devidas recomendações conforme constadas nas respectivas atas, que são disponibilizadas no *site* do Tribunal imediatamente após a publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

Nas correições ordinárias nas Varas do Trabalho há o procedimento de encaminhamento e publicidade dos editais à Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Mato Grosso do Sul e Subseções no interior do Estado, à Associação dos Advogados Trabalhistas de Mato Grosso do Sul, bem como o acompanhamento das publicações no órgão oficial.

O calendário das Correições nas Varas do Trabalho é disponibilizado no *site* do Tribunal na *internet*, com o objetivo de informar, com antecedência, aos jurisdicionados e às respectivas unidades correicionadas.

Como unidade de apoio judiciário, a Secretaria de Coordenação Judiciária - SCJ - atua no assessoramento à Presidência na definição de ações para a implantação de projetos internos e externos relacionados com a atividade judiciária, decorrentes de atos do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, do Tribunal Superior do Trabalho e do próprio Regional.

A referida Secretaria é responsável pela coordenação judiciária e interlocução da Presidência com as unidades do primeiro e segundo graus de jurisdição e da área administrativa, objetivando ao cumprimento das metas de efetividade estabelecidas pelos Conselhos Superiores.

No que pertine à primeira instância, a SCJ atua no apoio à Solução de Conflitos com base na Política Judiciária de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses (Resolução n. 125/2010 do CNJ), bem como na Política Nacional de Priorização da Primeira Instância (Resolução n. 194/2014 do CNJ), estabelecendo medidas concretas e permanentes, visando à melhoria dos

serviços judiciários prestados. Gerencia, também, as atividades realizadas pelo Núcleo de Execução e de Pesquisa Patrimonial e estabelece medidas de apoio à execução às unidades judiciárias de primeiro grau de forma a reduzir o passivo, além de supervisionar o cumprimento dos acordos de cooperação e convênios relativos às atividades judiciárias. Na segunda instância, supervisiona a execução dos serviços de apoio relacionados ao processamento do feito e executa a gestão de informações, mediante controle das informações jurisprudenciais e documentais.

A condução da atividade de promoção de magistrados é realizada em estrita observância às normas e regulamentos aplicáveis. Destaca-se que a Corregedoria Regional centraliza a coleta de dados para a avaliação de desempenho dos magistrados, de acordo com o art. 12 da Resolução n. 106 do Conselho Nacional de Justiça, instruindo os autos com as informações da Secretaria de Coordenação Judiciária, da Escola Judicial e da Secretaria da Corregedoria Regional e os encaminha ao Desembargador Corregedor. Da mesma forma, é informado se há processos pendentes de julgamento em poder do Juiz do Trabalho Substituto, nos termos do disposto no art. 93, II, “e”, da Constituição Federal, e de acordo com o relatório fornecido pelo Sistema de Acompanhamento Processual, bem como informa os processos autuados de Correição Parcial, Pedido de Providências, Reclamação Disciplinar e Processo Administrativo Disciplinar em face do magistrado concorrente à mencionada promoção.

O Núcleo de Documentação tem por finalidade organizar, catalogar e indexar a documentação jurisprudencial e institucional (normas internas e documentos, referentes a servidores e magistrados) de forma a promover o acesso ao público interno e externo, por intermédio dos recursos de Tecnologia da Informação.

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

Neste tópico serão apresentados como o Plano Estratégico foi feito, a estratégia adotada, através dos objetivos estratégicos, os projetos priorizados para alcançar esses objetivos, os resultados do Tribunal, por meio dos indicadores de desempenho, e o que está sendo feito para melhorar esses resultados.

O Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região desenvolveu seu Planejamento Estratégico 2015-2020 em fevereiro e março de 2015, de maneira totalmente participativa, no qual atuaram cerca de cinquenta pessoas, representantes das diversas áreas e categorias, envolvidas no processo da prestação jurisdicional, conforme abaixo descrito:

7	Desembargadores do Tribunal (participaram conforme sua disponibilidade)
1	Juiz Auxiliar da Presidência
1	Juiz representante dos Titulares de Vara do Trabalho na capital
1	Juiz representante dos Titulares de Vara do Trabalho no interior
1	Juiz representante dos Juízes Substitutos
1	Juiz representante dos Juízes Volantes
1	Juiz integrante do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição no âmbito deste Regional
2	Juízes Presidente e Vice Presidente da AMATRA (Associação dos magistrados)
1	Procurador representante do MPT (Ministério Público do Trabalho)
1	Advogada Representante da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil – MS)
1	Servidor Representante do SINDJUFE (Sindicado dos servidores)
1	Servidor representante da ASTRT(Associação dos servidores do TRT24)
1	Servidor integrante do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição no âmbito deste Regional
11	Representantes das 26 Varas do Trabalho, divididas em 9 pólos
2	Assessores de Gabinete

7	Diretores da área judiciária - Tribunal
9	Diretores da área administrativa
3	Chefes de Núcleo (judiciário e administrativo)

Em consenso, foi decidido por uma nova redação da **missão** do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, a qual passou a ser: “**Realizar justiça na solução de conflitos trabalhistas, de forma rápida e efetiva**”.

No intuito de melhor cumprir sua missão institucional, o Tribunal elegeu os **objetivos estratégicos** abaixo elencados, para o período 2015-2020:

- **Efetividade;**
- **Estímulo à Conciliação;**
- **Relacionamento e integração;**
- **Governança;**
- **Agilização;**
- **Estruturação e**
- **Valorização das pessoas.**

Dentre os principais problemas enfrentados para o alcance desses objetivos estratégicos, esteve a restrição de recursos humanos e orçamentários. Diante dessa situação, a Presidência, em 2016, continuou priorizando o 1º Grau de Jurisdição, tendo como principal projeto em 2016 a reforma do prédio da Ra Jornalista Belizário Lima, para abrigar as Varas do Trabalho da capital, o qual estava inscrito, em sua grande parte, em restos a pagar. O prédio antigo que abrigava as Varas encontrava-se em condições precárias, tendo se tornado alvo de reclamações e insatisfações de advogados, magistrados e servidores em todas as pesquisas nos últimos anos.

Não houve distinção de objetivos específicos para o exercício. Apenas os projetos foram priorizados.

Segue a descrição sintética de todos os objetivos estratégicos:

- **Efetividade:** Entregar a prestação jurisdicional com excelência na qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados, percebida em pesquisa.
- **Estímulo à Conciliação:** Utilizar soluções alternativas de resolução de conflitos, visando acelerar o trâmite processual.
- **Relacionamento e integração:** Atuar de forma integrada com os demais intervenientes do sistema de justiça, com foco na qualidade do atendimento.
- **Governança:** Otimizar o planejamento e a gestão estratégica, os processos de trabalho e os projetos, visando acelerar os resultados.
- **Agilização:** Simplificar e racionalizar os processos de trabalho em todas as áreas.
- **Estruturação:** Modernizar os recursos materiais, tecnológicos, de informação e otimizar a distribuição da força de trabalho.
- **Valorização das pessoas:** Estimular a meritocracia, o reconhecimento e a qualidade de vida.

Conforme estabelecido no Plano Estratégico, existem metas para todos os objetivos estratégicos. A apresentação do desempenho de cada objetivo consta do Quadro Síntese do Plano Estratégico TRT24 e seus resultados.

No intuito de fortalecer o objetivo estratégico relativo à EFETIVIDADE, e para auxiliar os magistrados a dar mais agilidade e segurança aos processos judiciais que envolvem cobranças de dívidas judiciais, o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região firmou, em 15 de dezembro de 2016, o Acordo de Cooperação Técnica celebrado com o IEPTB-MS (Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil Seção do MS) para implantação do PROTESTOJUD. O

objetivo do sistema é viabilizar a remessa a protesto, por meio eletrônico, das Certidões da Dívida exequenda recorrentes de créditos trabalhistas, acordos inadimplidos, sentenças judiciais transitadas em julgado com execução frustrada, créditos recorrentes das contribuições sociais e custas processuais.

O objetivo estratégico ESTÍMULO À CONCILIAÇÃO foi alçado ao patamar prioritário:

Como um dos projetos priorizados, e criada em 2015, a Coordenadoria de Apoio à Primeira Instância e Solução de Conflitos – CAPISC continuou coordenando o desenvolvimento da Política Judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesses, estabelecida na Resolução 125/2010 do CNJ, principalmente os eventos voltados à conciliação promovidos pelo Tribunal e por outros órgãos.

Foi dada continuidade ao projeto estratégico “Núcleo de Conciliação do 1º Grau de Jurisdição”, unidade Campo Grande. Foram realizadas várias reuniões, porém, devido à reforma do Fórum Ramez Tebet, a conclusão do espaço físico somente se concretizou com o término da obra. O projeto terá continuidade no ano de 2017.

No que pertine ao objetivo estratégico RELACIONAMENTO E INTEGRAÇÃO, o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região efetivou as ações a seguir mencionadas.

- Disponibilização dos pagamentos e antecipações dos honorários do perito, do tradutor e do intérprete na página da internet do Tribunal.
- Cumprindo à determinação contida no art. 14 da PORTARIA TRT/GP/SCJ nº 11/2015, foram disponibilizadas na página da internet do Tribunal as tabelas com todos os pagamentos e adiantamentos (de 2007 a janeiro de 2017) referentes às Requisições de Pagamento de Honorários do Perito, do Tradutor e do Intérprete, no caso de concessão à parte do benefício da justiça gratuita, efetuados com o recurso orçamentário do Tribunal, vinculado ao custeio da Assistência Jurídica a Pessoas Carentes.

O Tribunal, visando, ainda, a ampliar a interação com a população do Estado de Mato Grosso do Sul, especialmente a estudantil e acadêmica, mantém o Projeto “EDUCAÇÃO, TRABALHO E JUSTIÇA”.

O Projeto tem por objetivo promover a aproximação da Justiça do Trabalho com as comunidades escolares e acadêmicas. Para tal desiderato, busca transmitir os valores jurídicos e sociais que inspiram a história e o funcionamento da Justiça do Trabalho em Mato Grosso do Sul, promover a cidadania e estimular o espírito crítico de estudantes do ensino médio, da educação profissional e do ensino superior.

Para a consolidação dessa iniciativa, o Tribunal firmou parcerias com as seguintes instituições:

- Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul;
- Secretaria de Educação do Município de Dourados;
- Fundação Social do Trabalho – FUNSAT;
- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Anhanguera de Campo Grande - Uniderp;
- Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande – UNAES;
- Universidade Católica Dom Bosco-UCDB;
- Faculdade Estácio de Sá;
- Universidade da Grande Dourados - UFGD; e
- Centro Universitário da Grande Dourados - UNIGRAN.

Em setembro de 2016, o Projeto alcançou o sexto ano de funcionamento. Ao longo desse período, mais de quinze mil quatrocentas pessoas foram atendidas pelo Projeto.

Na mesma linha, deu continuidade ao Projeto TRT NA PRÁTICA, que consiste em o acadêmico assistir a uma sessão de Turma de Julgamento ou do Tribunal Pleno, participar de uma palestra sobre a história e o funcionamento da Justiça do Trabalho do Estado e conhecer as dependências do Tribunal.

Desde a sua criação até 2016, o Projeto atendeu 2.894 acadêmicos e estudantes de cursos da educação profissional.

Persistindo no propósito de consolidar cada vez mais o objetivo de Relacionamento e Integração, o Tribunal ampliou a parceria com os advogados e firmou, em 21 de outubro de 2016, Acordo de Cooperação Técnica com a ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS TRABALHISTAS DE MATO GROSSO DO SUL - ATT - com o objetivo de fornecer prestação de assistência jurídica aos que necessitarem, por advogados designados pela Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas de Mato Grosso do Sul para atuarem, em regime de plantão, nas sede dos Fóruns Trabalhistas do Estado de Mato Grosso do Sul. Além do objetivo Relacionamento e Integração, o presente convênio contribui para o objetivo da Efetividade da prestação jurisdicional.

No intuito de alavancar o objetivo estratégico AGILIZAÇÃO foram realizadas as seguintes ações:

A Portaria TRT/GP/SCJ n. 004/2016 instituiu o **Grupo de Apoio Judiciário**, em caráter permanente, em substituição Grupo de Apoio às Varas do Trabalho, na estrutura da Coordenadoria de Apoio à Primeira Instância e Solução de Conflitos – CAPISC, com as atribuições de auxiliar as atividades das Secretarias das Varas do Trabalho e Postos Avançados para cumprimento das Metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e Conselho Superior da Justiça do Trabalho para assegurar a tramitação normal dos processos. No ano de 2016, o Grupo de Apoio Judiciário atendeu a 17.255 processos das Varas do Trabalho da capital e do interior.

Na mesma esteira de raciocínio e sempre com o intuito de respaldar cada vez mais o objetivo estratégico da Agilização, o Tribunal, por meio da Secretaria de Coordenação Judiciária, promoveu esforços para digitalização de todos os precatórios de processos físicos, pendentes de pagamento, passando a tramitar eletronicamente no sistema GestorePae, viabilizando, assim, o posterior cadastramento do processo físico no PJe-JT no módulo Cadastramento da Liquidação e execução – CLE (Portaria TRT/GP/SCJ n. 002/2016).

De igual sorte, foi criado em dezembro de 2016, por meio da Portaria TRT/GP/DGCA n. 183/2016, o Grupo de Assistentes Técnicos – GAT, integrado à Secretaria de Coordenação Judiciária, em substituição ao Grupo de Apoio aos Juízes Substitutos não fixados em Vara do Trabalho do TRT da 24ª Região. Ao GAT foram destinadas, inicialmente, 9 (nove) funções comissionadas de assistente técnico, símbolo FC-3, para atender ao segundo Juiz Substituto fixado nas Varas do Trabalho que possuam no quadro 2 (dois) assistentes de juiz; e ao primeiro juiz auxiliar fixo nas Varas do Trabalho que possuam no quadro 1 (um) assistente de juiz.

Ainda contribuindo para os objetivos estratégicos de AGILIZAÇÃO, e também VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS, o Tribunal desenvolveu no ano de 2016 o projeto **Teletrabalho**.

No início do ano de 2016, a Comissão de Gestão de Teletrabalho reuniu-se para dar prosseguimento a sua implementação no âmbito do TRT da 24ª Região. Foram feitas reuniões com o Gerente e a Patrocinadora, bem como com a equipe responsável pela execução do projeto, visando dirimir pontos controversos e questões técnicas a serem consideradas quando da feitura da minuta da regulamentação.

O gerente do projeto fez um estudo aprofundado acerca das disposições contidas nas Resoluções n. 151 e 227, do CSJT e CNJ respectivamente, a fim de que fossem traçados parâmetros

para elaboração das normas relativas ao teletrabalho, considerando, ainda, as peculiaridades deste Regional.

Em 30 de novembro de 2016 foi publicada a Resolução Administrativa n. 86/2016, que implantou a realização do teletrabalho no âmbito do TRT da 24ª Região.

Mais uma contribuição para o objetivo da Agilização veio com o Projeto Implantação do Cadastramento da Liquidação e Execução - CLE na 24ª Região, que consiste na digitalização dos processos físicos existentes na unidade, e tem por finalidade estender os benefícios da implantação do Sistema PJe-JT, aos magistrados, servidores, advogados, procuradores e partes envolvidas no trâmite dos processos físicos (legado) na fase de liquidação ou execução, proporcionando a agilização na tramitação dos processos judiciais, com supressão de atividades típicas dos processos físicos (autuação, juntada de petições, etc.).

O projeto teve início em 29.02.2016, tendo como unidade piloto a Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste, concluindo a digitalização dos processos daquela unidade no mês de setembro. A próxima unidade prevista para ter seus processos digitalizados será a Vara do Trabalho de Mundo Novo.

Contribuindo com o objetivo estratégico de ESTRUTURAÇÃO, foi desenvolvido o projeto estratégico “Reforma do prédio localizado na Rua Jornalista Belizário Lima nº 418 – Campo Grande”, com *retrofit* e ampliação do prédio próprio, para abrigar as sete Varas do Trabalho e a Diretoria do Fórum Trabalhista Senador Ramez Tebet. O procedimento licitatório está documentado no processo administrativo TRT n. 5228/2015. O Contrato foi assinado em 25.11.2015 com a empresa Construtora Maksoud Rahe Ltda, no valor inicial de R\$ 16.791.613,30. A ordem de início dos serviços foi dada em 02.12.2015. A partir do início da reforma, ocorrido em 18.12.2015, o prazo teve de ser suspenso em 30 dias consecutivos, em virtude da liberação do Alvará de Reforma pela Prefeitura. A reforma foi retomada em 18.01.2016 teve a duração dez meses. Durante a execução foram realizados dois Termos Aditivos, sendo um para adequação de cronograma (sem impacto financeiro) e outro para acréscimos e supressões de serviços, acrescendo-se ao contrato original o valor de R\$ 546.404,36. O valor final da reforma foi de R\$ 17.338.017,66, sendo concluída em 15.11.2016. A inauguração foi realizada no dia 18 de novembro de 2016.



O objetivo estratégico **VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS** foi alavancado da seguinte forma:

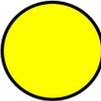
.Revisão das matrizes mapeadas e validação pelo Comitê de Governança de Pessoas; - Implantação do sistema PROGECOM (Termo de Acordo com o TRT-6ª Região); - Sensibilização dos ocupantes de funções gerenciais lotados na Capital para a avaliação por competências (palestra com o consultor Rogério Leme); - Realização do primeiro ciclo de avaliação por competências no sistema PROGECOM; - Elaboração dos Planos de Desenvolvimento Individuais (PDI's) dos servidores avaliados, por meio de oficinas de *coaching* e *counseling* com a consultora Márcia Vespa; - Treinamento inicial dos gestores avaliados, abordando os maiores *gaps* comportamentais identificados na avaliação por competências, com a consultora Márcia Vespa; - Elaboração do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) para o biênio 2017/2018 e encaminhamento ao Comitê de Governança de Pessoas para análise e deliberação; - Definição das competências prioritárias a serem desenvolvidas e encaminhamento à Escola Judicial para ações de capacitação.

Outras ações relacionadas à Gestão por Competências/Governança de Pessoas: - Estudo e diagnóstico do quantitativo da força de trabalho do TRT-24ª Região, relacionados à Resolução CSJT n. 63/2010 e à Resolução CNJ n. 219/2016; - Ações para cumprimento do plano de ação enviado ao TCU por ocasião do Acórdão n. 1883/2015; - Consultoria interna na Vara do Trabalho de Corumbá, com base na metodologia de Gestão de Pessoas por Competências.



- **Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA):** - Realização do PPRA nas unidades de trabalho do Fórum Trabalhista Ramez Tebet, Seção de Arquivo Geral e de Almoxarifado, com levantamento dos riscos, orientações preventivas e corretivas, fixação de mapa de riscos em todas as unidades de trabalho avaliadas, apresentação de documento com escala de ações a serem tomadas e respectivas prioridades; - Realização de reunião multidisciplinar, coordenada pelo Diretor-Geral de

Coordenação Administrativa, com o objetivo de integrar as unidades envolvidas nas ações a serem executadas (aquisição de mobiliário, serviços de manutenção predial, infra-estrutura, prevenção em geral e saúde ocupacional); - Autuação de processos com vistas ao estabelecimento de planos de ação de cada unidade envolvida nas necessidades de melhoria.

 PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO		MAPA DE RISCOS 2016/2017 Sala de Audiência - 1ª Vara do Trabalho	
 - Postura Inadequada, - Monotonia, - Repetitividade.		 - Quedas de mesmo nível e níveis diferentes.	
Legenda tipos de riscos  Físico  Químico  Biológico  Ergonômico  Acidentes	Grau de Risco  P  M  G	Indicação de EPI's - NA	Medidas de controle propostas Treinamentos de Ergonomia; Ginástica Laboral; Pausas de 2 a 3 min; Alongamentos; Exercícios para os olhos; Ajuste do posto de trabalho; Conscientização.
Elaborado por	Rogério Antonio de Freitas Lima - Engenheiro ME - CREA/MS 10593		
Elaborador	Rogério Antonio de Freitas Lima - CREA/MS 11829		
Fiscalização do Contrato	Núcleo de Gestão de Pessoas - NGP		

- **Análise Ergonômica do Trabalho (AET):** - Realização da análise ergonômica dos postos de trabalho do Fórum Trabalhista Ramez Tebet, Seção de Arquivo Geral, Seção de Almoxarifado e Gabinetes de Desembargadores, com emissão de relatório individualizado para cada servidor, contendo as orientações preventivas e corretivas, necessidades de adequação de mobiliário, análise do fluxo de trabalho, dentre outros itens relacionados ao processo de análise ergonômica; - Reunião com a equipe de saúde, coordenada pelo Diretor-Geral, para entrega formal dos relatórios individualizados, com a determinação de juntá-los aos respectivos prontuários médicos e enfatizar a avaliação médica relacionada ao Processo Eletrônico e seus reflexos na saúde.

- **Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional:** - Aperfeiçoamento do programa, seus formulários e controles, conscientização e implantação do Termo de Recusa ao Exame Médico Periódico. Taxa média de adesão ao exame: 87% (servidores) e 60% (magistrados). Controle e análise de indicadores de saúde ocupacional, em conformidade com a Resolução CSJT n. 141/14 e Resolução CNJ n. 207/15.

- **Programa Viva Melhor:** - Aperfeiçoamento do programa, que é realizado em parceria com a Unimed Campo Grande; - Realização de encontros mensais, no Gabinete de Saúde, para consulta e acompanhamento pela equipe multidisciplinar da Unimed (enfermagem, nutrição, psicologia, terapia ocupacional, educador físico, etc.) de pacientes que possuem patologias crônicas.

- **Projeto-piloto mouse ortopédico:** - Pesquisa para definição de público-alvo: magistrados e servidores com sintomas de dor leve, moderada ou grave, sobretudo em mão/braço de utilização do mouse; - Palestra para apresentação do mouse, demonstração de utilização, propósitos e regras do projeto e entrega dos mouses e do termo de recebimento e compromisso; - Acompanhamento do público-alvo; - Realização do primeiro ciclo de avaliação de acompanhamento; - Devolutivas aos participantes e ajustes decorrentes do primeiro ciclo de acompanhamento.



- **Acessórios ergonômicos:** - Distribuição monitorada, com as respectivas orientações, de acessórios ergonômicos (apoio de antebraço, apoio para os pés, *mousepad*, etc.); - Distribuição de *fisiobol*, com visita a todas as unidades de trabalho, oportunidade em que foram realizadas “mini-palestras” *in loco*, enfatizando a realidade do Processo Eletrônico, seus reflexos na saúde e a necessidade de conscientização em relação aos cuidados ergonômicos/posturais que devem ser tomados; - Gravação e disponibilização de vídeos com orientações acerca do *fisiobol* e outros acessórios ergonômicos para os magistrados e servidores lotados no interior do Estado, além do envio de materiais a essas unidades de trabalho.



- **Outras ações relacionadas à saúde ocupacional:** Semana da Saúde; - Informação continuada (*blog* NGP), com dicas de saúde, ergonomia, qualidade de vida e demais programas do NGP; Ginástica Laboral; - Parceria de desconto para vacinação contra gripe; - Parceria com a Unimed Campo Grande para eventos de incentivo à prática de atividades físicas, campanhas de prevenção de doenças, palestras preventivas (reeducação alimentar, motivação, saúde do homem, saúde da mulher, outubro rosa, novembro azul, vida em movimento, curso para gestantes).

- **Programa Trabalho Seguro:** Realização de talk show com a psiquiatra Silmara Gonçalves, abordando o tema Saúde Mental e Trabalho, em parceria com o Grupo Gestor Regional do Trabalho Seguro, considerando o tema do Programa Trabalho Seguro do TST para o biênio 2016/2017; - Realização da Análise Ergonômica do Trabalho nos Gabinetes de Desembargadores, ação esta viabilizada pela dotação orçamentária destinada pelo CSJT ao Programa Trabalho Seguro.



Outras ações gerais relacionadas à Gestão de Pessoas: Valorização dos talentos técnicos e artísticos de servidores nos eventos do Tribunal; - Cartão e contato de agradecimento aos servidores que estão se aposentando; - Palestra sobre Planejamento Financeiro, em parceria com o Banco do Brasil. - Teste de Aptidão Física para os Agentes de Segurança; - Gerenciamento da participação da delegação de atletas do TRT-24ª Região na Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho.

No objetivo estratégico GOVERNANÇA, além das estruturas já existentes, foram criados ou atuaram com enfoque estratégico em 2016: o Comitê de Governança de Pessoas e o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação.

O Comitê de Governança de Pessoas do TRT-24ª Região, Portaria TRT/GP/DGCA n. 155/2015, atuou na validação das Matrizes de Competências de funções gerenciais FC4 e das alterações realizadas em matrizes CJ, FC-6 e FC-5, em conformidade com o cronograma enviado ao TCU, em cumprimento ao Acórdão n. 1883/2015 (TCU Plenário); deliberou quanto à lotação de servidores nos postos avançados; conduziu estudos e deliberou para cumprimento de forma integrada das Resoluções n. 63/2010, 211/2015 e 219/2016, do CSJT e CNJ respectivamente, inclusive em relação à distribuição da força de trabalho.

De igual modo, foram realizadas reuniões do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, instituído pela RA 89/2011, alterada pelas RA 97/2012.

Manteve-se o Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (criado pela Resolução Administrativa n. 106/2014), em atendimento à Resolução n. 194/2014, do Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de estruturar e implementar medidas concretas e permanentes com vistas à melhoria dos serviços judiciários prestados pela primeira instância.

O Quadro de Pessoal deste Tribunal conta com 558 cargos efetivos, 203 de Analista Judiciário, 331 de Técnico Judiciário e 2 de Auxiliar Judiciário.

Foi realizado estudo para adequar a lotação ideal nos termos da Resolução n. 63/2010 e ficou demonstrada a necessidade de criação de 120 cargos (PRADM n. 5621/2016).

Para demonstração da força de trabalho neste Regional em 31.12.2016, a tabela abaixo representada por unidades das áreas meio e fim, está distribuída nos termos da Resolução CSJT n. 63/2010.

Distribuição da Força de Trabalho nas Unidades Administrativas do TRT da 24ª Região

Unidades de lotação	Qtd.	Perc. %
Servidores lotados em Varas do Trabalho	269	42,429022
Servidores lotados em FÓRUMs	57	8,9905363
Servidores lotados em Gabinetes de Desembargadores	79	12,460568
Servidores lotados em Unidades de Apoio Judiciário - 2º grau	68	10,725552
Servidores lotados em Unidades de Apoio Administrativo	161	25,394322
Total	634	100%
Fonte: Sistema SGRH		

Verifica-se dos dados acima que, do total da força de trabalho considerada em 634 servidores, 42,42% estão lotados em Varas do Trabalho, 8,99% estão lotados em Fóruns; 12,46% estão lotados em Gabinetes de Desembargadores; 10,72% estão lotados em Unidades de Apoio Judiciário de 2º Grau e 25,39% estão lotados nas Unidades de Apoio Administrativo.

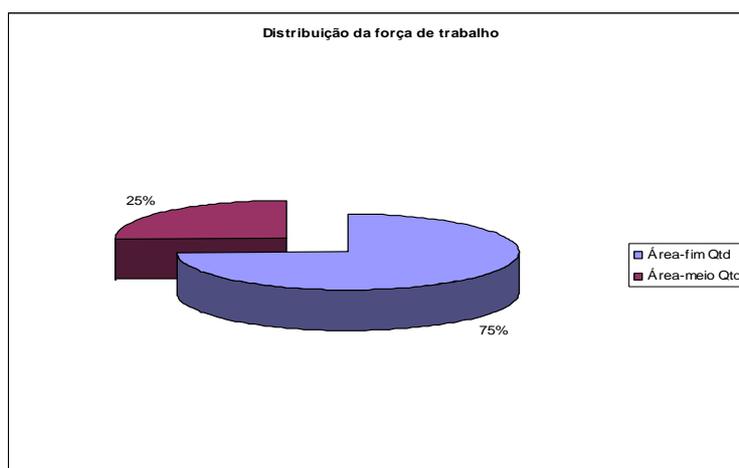
A discriminação dos servidores em cada variável foi feita observando-se o disposto na Resolução Administrativa do CSJT n. 63/2010, considerando-se como Unidades de Apoio Administrativo: Secretaria Geral da Presidência, Cerimonial, Ouvidoria, Escola Judicial, Diretoria-Geral, bem como unidades relacionadas às atividades de Comunicação Social, Gestão Estratégica, Controle Interno, Informática, Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, Informações Funcionais, Legislação de Pessoal, Saúde, Administração, Licitação e Contratos, Material e Logística, Manutenção e Projetos, Segurança e Transporte, Orçamento e Finanças, Contabilidade e Pagamento, dentre outras, integradas por unidades que prestam apoio indireto às atividades judicantes do Tribunal.

Para as Unidades de Apoio Judiciário de Segundo Grau foram consideradas a Secretaria do Tribunal Pleno, Secretaria de Coordenação Judiciária, Estatística, bem como as unidades relacionadas às atividades fim: Cadastramento Processual, Jurisprudência, Documentação, Gestão documental, Biblioteca, Precatórios e Liquidação dentre outras que estejam relacionadas ao apoio direto à atividade judicante.

São Unidades relacionadas à área-fim em primeiro-grau de jurisdição as Varas do Trabalho, Unidades de Apoio Avançado e os Fóruns. Em segundo grau de jurisdição os Gabinetes de Desembargadores e as Unidades de Apoio Judiciário.

Assim, tem-se a seguinte distribuição da força de trabalho, considerando as áreas técnicas responsáveis:

Área-fim		Área-meio	
Qtd	Percentual	Qtd	Percentual
473	74,60567823	161	25,3943218



Saliente-se que para a adequação da distribuição da força de trabalho baseada na Resolução CSJT n. 63/2010, foram realizados estudos detalhados no PRADM n. 2875/2016, observando-se a Resolução CNJ n. 219/2016, os quais revelaram cenário das unidades judiciárias desfavorável à implementação nos moldes da norma citada, tendo em vista que seria necessária a remoção de 43% da força de trabalho das unidades de 2º grau para as de 1º grau.

Quadro Síntese do Plano Estratégico TRT24 e seus resultados:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	META	RESULTADOS de 2016
ESTÍMULO A CONCILIAÇÃO	ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO - FASE DE CONHECIMENTO	Obter, no ano de 2016, índice de 50% de Conciliação na Fase de Conhecimento. Meta do Plano JT: 45%.	Resultado: 39,94% Metas não atingidas.
RELACIONAMENTO E INTEGRAÇÃO	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE EXTERNO COM A QUALIDADE DO ATENDIMENTO	Obter, no ano de 2016, índice de 85% de satisfação dos clientes externos.	Resultado: 85,41% Meta atingida.
GOVERNANÇA	iGov (Índice de Governança da Organização). Denominado Índice Geral de Governança simplificado (IGGs)	Aumentar, no ano de 2016, 3%, em relação à última apuração.	IGGs= 33% (primeira apuração).
	iGovTI (Índice de Governança de TI da Organização)	Atingir, no ano de 2016, o índice de 57%.	Resultado: 52%. Meta não atingida.
	iGovPessoas (Índice de Governança de Pessoas da Organização)	Atingir, no ano de 2016, o índice de 35%.	Último resultado: 12,20%
	ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE CUSTEIO E DE CAPITAL DISPONIBILIZADO	Atingir 99,70% de execução orçamentária	Resultado: 95,02% Meta não atingida
	ÍNDICE DE EXECUÇÃO, DENTRO DO PRÓPRIO EXERCÍCIO, DO ORÇAMENTO DE CUSTEIO E DE CAPITAL DISPONIBILIZADO	Plano TRT 24: Atingir 90% de execução orçamentária dentro do exercício Meta pelo Plano JT= 62,88%	Resultado: 88,41% Meta não atingida no Plano TRT 24. Meta atingida – Plano CSJT

Plano JT ou PE JT: refere-se ao Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, o qual contém metas específicas para cada Tribunal Regional do Trabalho.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	META	RESULTADO 2016
EFETIVIDADE	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE EXTERNO COM A QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERECIDOS E A VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS	Obter, no ano de 2016, índice de 87% de satisfação dos clientes externos.	Resultado: 88,0% Meta atingida.
AGILIZAÇÃO	TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DO PROCESSO - 1º GRAU - FASE CONHECIMENTO	Manter o prazo médio de 226 dias. Meta do Plano JT: 203 dias	Resultado: 278 dias. Meta não atingida.
	TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DO PROCESSO - 1º GRAU - FASE EXECUÇÃO	Manter o prazo médio de 446 dias.	Apuração do Resultado prejudicada devido a inconsistências no Sistema E-gestão, quanto a esse dado.
	TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA FASE DE EXECUÇÃO	Atingir, no ano de 2016, o percentual de 66% de taxa de congestionamento	Resultado: 78,9% Meta não atingida.
	ÍNDICE DE EXECUÇÃO	Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que as execuções iniciadas no período. (acima de 100%)	Resultado: 76,20% Meta não atingida.
	TEMPO MÉDIO DA DURAÇÃO DO PROCESSO - 2º GRAU	Manter o prazo médio de 115 dias. Meta do Plano JT: 117 dias	Resultado: 176 dias. Meta não atingida.
	ÍNDICE DE PROCESSOS JULGADOS - 1º GRAU	Julgar maior quantidade de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente (acima de 100%)	Resultado: 92,78% Meta não atingida.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	META	RESULTADO 2016
AGILIZAÇÃO	ÍNDICE DE PROCESSOS JULGADOS - 2º GRAU	Julgar maior quantidade de processos do que os distribuídos no ano corrente (acima de 100%)	Resultado: 106,03% Meta atingida.
	ÍNDICE DE PROCESSOS JULGADOS - TRT 24ª REGIÃO	Julgar maior quantidade de processos do que os distribuídos no ano corrente (acima de 100%)	Resultado: 95,6% Meta não atingida.
	TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - MODALIDADE DISPENSA / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	Atingir, no ano de 2016, o tempo médio de tramitação de 34 dias.	Resultado: 31 dias. Meta atingida.
	TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - MODALIDADE PREGÃO	Atingir, no ano de 2016, o tempo médio de tramitação de 78 dias.	Resultado: 53 dias. Meta atingida.
	DIGITALIZAÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS - 1º GRAU	Digitalizar 20% dos processos físicos que se encontrem nas fases de liquidação e execução	Projeto não priorizado para a 1ª etapa, porém foi desenvolvido um projeto piloto.
ESTRUTURAÇÃO	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE EXTERNO COM AS INSTALAÇÕES	Obter, no ano de 2016, índice de 82% de satisfação dos clientes externos, com as instalações.	Resultado: 89% Meta superada.
	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE INTERNO COM AS INSTALAÇÕES	Obter, no ano de 2016, índice de 70% de satisfação dos clientes internos com as instalações.	Resultado: 92 % Meta superada.
VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS	ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Obter, no ano de 2016, nos clientes internos, índice de 50% de satisfação com a qualidade de vida.	Resultado: 80% Meta superada.
OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	META	RESULTADO 2016

INDICADORES CSJT/CNJ	ÍNDICE DE AÇÕES COLETIVAS JULGADAS 1º GRAU	Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 no 1º grau.	Resultado: 100,00%. Meta atingida.
	ÍNDICE DE AÇÕES COLETIVAS JULGADAS 2º GRAU	Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 2º grau.	Resultado: 100,00% Meta atingida.
	ÍNDICE DE PROCESSOS ANTIGOS	Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014, no 1º e 2º graus. Corresponde à META 2 do CNJ.	Resultado: 94,12%. Meta superada.
	ÍNDICE DE REDUÇÃO DO ACERVO DOS MAIORES LITIGANTES	Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação a 2015. (Ou seja, julgar 100% da qtde que entrou em 2016, mais 2% do acervo de 2015.)	90,14%. Meta não cumprida.

Observação: Os indicadores relativos à Carga de trabalho e Produtividade de Magistrados e Servidores, constantes do Plano Estratégico do TRT 24, são apurados através do Sistema Módulo de Produtividade Mensal. Os resultados são liberados através do Relatório Justiça em Números, divulgado no 2º semestre.

Abaixo, um quadro com a associação dos projetos que contribuem para os objetivos estratégicos e os respectivos indicadores de desempenho, apresentando uma síntese das medidas tomadas como resposta aos resultados dos indicadores:

PROJETOS E AÇÕES	OBJETIVOS IMPACTADOS	INDICADORES RELACIONADOS
Criação da Coordenadoria de Apoio à 1ª Instância na Solução de Conflitos (esta unidade está em fase de implementação).	Estímulo à conciliação Efetividade Agilização	ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO - FASE DE CONHECIMENTO TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DO PROCESSO - 1º GRAU - FASE EXECUÇÃO TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA FASE DE EXECUÇÃO ÍNDICE DE REDUÇÃO DO ACERVO DOS MAIORES LITIGANTES TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DO PROCESSO - 1º GRAU - FASE CONHECIMENTO
Inauguração da Sede do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (2º Grau)	Estímulo à conciliação Efetividade Agilização	ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO - FASE DE CONHECIMENTO ÍNDICE DE REDUÇÃO DO ACERVO DOS MAIORES LITIGANTES TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DO PROCESSO - 2º GRAU - FASE CONHECIMENTO
Reuniões setORIZADAS com empresas	Estímulo à conciliação Efetividade Agilização	ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO - FASE DE CONHECIMENTO ÍNDICE DE REDUÇÃO DO ACERVO DOS MAIORES LITIGANTES TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DO PROCESSO - 1º GRAU - FASE CONHECIMENTO
Grupo de Apoio aos Juizes Substitutos	Efetividade Agilização	ÍNDICE DE PROCESSOS JULGADOS TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DO PROCESSO - 1º GRAU - FASE CONHECIMENTO ÍNDICE DE PROCESSOS ANTIGOS ÍNDICE DE AÇÕES COLETIVAS JULGADAS
Núcleo de Execução e de Pesquisa Patrimonial	Efetividade Agilização	ÍNDICE DE REDUÇÃO DO ACERVO DOS MAIORES LITIGANTES TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DO PROCESSO - 1º GRAU - FASE EXECUÇÃO ÍNDICE DE EXECUÇÃO TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA FASE DE EXECUÇÃO
Grupo de Apoio às Varas do Trabalho	Agilização	ÍNDICE DE EXECUÇÃO TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA FASE DE EXECUÇÃO
PROJETOS E AÇÕES	OBJETIVOS IMPACTADOS	INDICADORES RELACIONADOS

Núcleo de Conciliação do 1º Grau de Jurisdição.	Estímulo à conciliação Efetividade Agilização	ÍNDICE DE REDUÇÃO DO ACERVO DOS MAIORES LITIGANTES ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO - FASE DE CONHECIMENTO TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DO PROCESSO - 1º GRAU - FASE EXECUÇÃO TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA FASE DE EXECUÇÃO ÍNDICE DE PROCESSOS JULGADOS
Gestão por Competências	Valorização das Pessoas	ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO iGovPessoas (Índice de Governança de Pessoas da Organização)
Teletrabalho	Agilização Efetividade Valorização das Pessoas Estruturação	ÍNDICE DE PROCESSOS JULGADOS ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO
Reforma do prédio localizado na rua Jornalista Belizário Lima	Estruturação	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE EXTERNO COM AS INSTALAÇÕES ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE INTERNO COM AS INSTALAÇÕES
Otimização da força de trabalho, com priorização do 1º grau – Resolução CNJ nº 194	Estruturação	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE EXTERNO COM A QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERECIDOS E A VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS
Programa de saúde ocupacional	Valorização das Pessoas	ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO
Projeto de acolhimento de Magistrados e Servidores	Valorização das Pessoas	ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO
Projeto de preparação para a aposentadoria	Valorização das Pessoas	ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Estágio de implementação do Planejamento Estratégico

O Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região tem sua competência estabelecida no art. 114 da Constituição Federal, e, como finalidade, a solução de conflitos nas demandas trabalhistas por meio da entrega da prestação jurisdicional.

O Plano Estratégico do Tribunal está no segundo ano de implementação, elaborado no início de 2015 e aprovado pelo Tribunal Pleno em 30 de março do mesmo ano, por meio da Resolução Administrativa n. 22/2015.

Dessa forma, seu Plano Estratégico é um conjunto de ações voltadas ao aperfeiçoamento da instituição e à efetividade da prestação jurisdicional, tendo como missão institucional: “Realizar justiça na solução de conflitos trabalhistas, de forma rápida e efetiva”.

Os objetivos estratégicos eleitos para o cumprimento dessa missão estão relacionados ao aprimoramento da gestão da organização (objetivos de Governança; Valorização das pessoas; Estruturação e Relacionamento e integração), visando dar melhor suporte à prestação jurisdicional (objetivos da área finalística: Efetividade, Estímulo à conciliação e Agilização). Dessa forma, pode-se verificar a vinculação dos planos da unidade com sua missão institucional. Maiores detalhes podem ser constatados no detalhamento dos objetivos e no rol dos projetos estratégicos e ações desenvolvidas.

O monitoramento da execução do Plano Estratégico e seus resultados é realizado por meio de planilhas do Excel, que são alimentadas mensalmente pelo Núcleo de Gestão Estratégica, gerando os gráficos com os resultados de cada indicador de desempenho e suas respectivas metas. Essas informações são levadas ao conhecimento da Presidência, durante os despachos, bem como nas Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) e são juntadas ao processo administrativo eletrônico 2839/2016.

Apresentação e análise dos indicadores de desempenho

Os fundamentos dos indicadores observam a relação “custo x benefício x confiabilidade” dos dados coletados e proporcionam uma visão sobre a situação em que se encontra a gestão do Tribunal.

Para apuração dos índices de satisfação do cliente interno e de qualidade de vida, foi aplicada Pesquisa de Satisfação a magistrados e servidores, cujo percentual de participação é o seguinte:

Magistrados: 20,6% (total de 63 magistrados, participação de 13).

Servidores: 25,9% (total de 632 servidores e participação de 182).

A amostragem da satisfação do cliente usuário é tratada em item próprio.

Segue quadro com a síntese dos indicadores de desempenho utilizados, suas metas, resultados e fórmula de cálculo.

Indicadores de desempenho do Plano Estratégico do TRT 24ª Região:

Denominação	Histórico	Índice previsto (meta)	Índice observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Índice de conciliação - fase de conhecimento	42%	50% - Plano TRT 24 45% Plano CSJT	39,94%	mensal	nº de Processos de conhecimento conciliados / nº de Processos de conhecimento solucionados
Tempo médio de duração do processo - 1º GRAU - fase conhecimento	233 dias	226 dias - Plano TRT24. 203 dias - Plano CSJT	278 dias	mensal	Resultado obtido através do e-GESTÃO
Tempo médio da duração do processo - 2º GRAU	134 dias	115 dias - Plano TRT 24 117 dias – Plano CSJT.	176 dias	mensal	Resultado obtido através do e-GESTÃO
Tempo médio de duração do processo - 1º GRAU - fase execução	552 dias	446 dias	-	mensal	Apuração do Resultado prejudicada devido a inconsistências no Sistema E-gestão, quanto a esse da
Índice de execução	81%	100%	76,20%	mensal	nº de Execuções baixadas / nº de Execuções iniciadas
Taxa de congestionamento na fase de execução	76,2%	66%	78,9%	anual	Processos de Execução baixados / Casos novos + Pendentes de Execução
Índice de processos julgados - 1º GRAU	84,29%	100%	92,78%	mensal	nº de processos de conhecimento julgados / nº de processos de conhecimento distribuídos
Índice de processos julgados - 2º GRAU	85,85%	100%	106,03%	mensal	nº de processos julgados no 2º Grau / nº de processos distribuídos 2º Grau
Índice de processos julgados - TRT 24ª REGIÃO	84,61%	100%	95,6%	mensal	nº de processos julgados / nº de processos de distribuídos
Índice de satisfação do cliente externo com a qualidade dos serviços oferecidos e a valorização das pessoas	86,68%	87%	88%	Anual	(nº de clientes externos satisfeitos com a qualidade do serviços oferecidos e a valorização das pessoas / nº de participantes da pesquisa) x 100
Índice de satisfação do cliente externo com a qualidade do atendimento	88,87%	85%	85%	Anual	(nº de clientes externos satisfeitos com a qualidade do atendimento / nº de participantes da pesquisa) x 100
Índice de satisfação do cliente externo com as instalações	89%	80%	92%	Anual	(nº de clientes externos satisfeitos com as instalações / nº de participantes da pesquisa) x 100
Índice de satisfação do cliente interno com as instalações	69%	65%	85%	Anual	(nº de clientes internos satisfeitos com as instalações físicas / nº de participantes da pesquisa) x 100
Índice de qualidade de vida no trabalho	70,09%	40%	80%	Anual	somatório do percentual de satisfação por item avaliado / quantidade de itens avaliados

Plano JT: refere-se ao Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, o qual contém metas específicas para cada Tribunal Regional do Trabalho.

Denominação	Histórico	Índice previsto (meta)	Índice observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Tempo médio de tramitação dos processos administrativos – MODAL. DISPENSA / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	34	34 dias	31 dias	Trimestral	Média de dias de duração do processo administrativo modalidade dispensa e inexigibilidade de licitação
Tempo médio de tramitação dos processos administrativos - MODALIDADE PREGÃO	107 dias	78 dias	53 dias	Trimestral	Média de dias de duração do processo administrativo modalidade pregão
iGov (Índice de Governança da Organização). Denominado Índice Geral de Governança simplificado (IGGs)	-	Aumentar, no ano de 2016, 3%, em relação à última apuração.	IGGs= 33% (primeira apuração)	Bienal	Percentual alcançado pelos componentes do modelo d avaliação do iGov.
iGovTI (Índice de Governança de TI da Organização)	47%	57%-	52%.	Bienal	Percentual alcançado pelos componentes do modelo d avaliação do iGovTI, calculado bienalmente pelo TCU não tendo sido apurado em 2015.
iGovPessoas (Índice de Governança de Pessoas da Organização)	12,20%	35%	32,18%	Bienal	Percentual alcançado pelos componentes do modelo d avaliação do iGovPessoas, calculado bienalmente pel TCU.
Índice de execução do orçamento de custeio e de capital disponibilizado	97,48%	99,70%	95,02%	mensal	Valor efetivamente liquidado do orçamento disponibilizado / Total do orçamento disponibilizado
*Índice de execução, dentro do próprio exercício, do orçamento de custeio e de capital disponibilizado.	54,69	90% - Plano TRT 24. 62,88% - Plano CSJT	88,41%	mensal	Valor do orçamento liquidado dentro do próprio exercício/ Valor total do orçamento de custeio e de capital disponibilizado

*O Indicador do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho chamado de “Índice de execução do orçamento de custeio e de capital disponibilizado” refere-se às despesas liquidadas até 31/dez, recebe no Plano TRT24 o nome de “Índice de execução, dentro do próprio exercício, do orçamento de custeio e de capital disponibilizado”.

Indicadores exclusivos do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho (não constantes do Plano Estratégico do TRT 24ª Região)					
Denominação	Histórico	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Índice de ações coletivas julgadas 1º GRAU	100%	100%	100%	mensal	Ações Coletivas julgadas no 1º Grau/ Ações Coletivas distribuídas no 1º Grau
Índice de ações coletivas julgadas 2º GRAU	100%	100%	100%	mensal	Ações Coletivas julgadas no 2º Grau/ Ações Coletivas distribuídas no 2º Grau
Índice de processos antigos	94,77%	90%	94,12%	mensal	Processos antigos julgados / Processos antigos distribuídos
Índice de redução do acervo dos maiores litigantes	78,94%	100,5%	90,14%	mensal	Processos dos Maiores Litigantes pendentes de julgamento no ano anterior x 0,985 / Processos dos Maiores Litigantes pendentes de julgamento no ano anterior + distribuídos - julgados

Relatório das Metas Nacionais (CNJ e CSJT):

Metas Nacionais (CNJ)	Meta do PE da Justiça do Trabalho	Texto da Meta	Resultado
	Meta 1 (iGovPessoas)	Atingir a faixa "aprimorado", até 2020, na avaliação do iGovPessoas.	Histórico TRT24= 12,5% (inicial)
	Meta 2 (Execução Orçamentária)	Aumentar o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em 2% em relação à média de 2011, 2012 e 2013 (58,88%). Meta: Executar pelo menos 62,88% do orçamento em 2016	Resultado obtido: 88,41% Meta cumprida
	Meta 3 (iGovTI)	Atingir a faixa "aprimorado", até 2020, na avaliação do iGovTI.	Situação atual: Intermediário. Resultado 52%
	Meta 4 (Tempo médio de duração do processo 2º Grau)	Reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2014 em 1% em 2016. (Meta do TRT 24 para 2016 permanece em 117 dias).	Resultado obtido: 176 dias Meta não cumprida
	Meta 5 (Tempo médio de duração do processo 1º Grau)	Reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2014 em 2% . Meta do TRT24 para 2016 é de 203 dias.	Resultado obtido: 278 dias Meta não cumprida
Meta 1	Meta 6 (Processos Julgados)	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente. Meta: >100%	Resultado obtido: 92,78% Meta não cumprida
Meta 2	Meta 7 (Processos Antigos)	Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014, no 1º e no 2º Graus.	Resultado obtido: 94,12% Meta cumprida
Meta 6	Meta 8 (Ações Coletivas)	Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º Grau, e até 31/12/2014, no 2º Grau.	Resultado obtido: 100% Meta cumprida
	Meta 9 (Conciliação)	Aumentar o Índice de Conciliação Fase de Conhecimento, em relação à média biênio 2013/2014, em 2% em 2016. (Meta para o TRT24: 46,04%)	Resultado obtido: 39,94% Meta não cumprida
Meta 7	Meta 10 (Redução Maiores Litigantes)	Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação a 2015.	Resultado obtido: 90,14% Meta não cumprida
Meta 5	Meta 11 (Índice de execução)	Baixar mais processos do que as execuções iniciadas no período. Meta: > 100%	Resultado obtido: 76,20% Meta não cumprida
	Meta 12 (iGov)	Aumentar, em relação à última apuração, a pontuação alcançada em 15% até 2020, sendo 0% em 2015.	IGGs = 33%
	Meta 13 (Cumprimento de Metas)	Atingir, em 2016, a pontuação de 55 pontos.	Resultado obtido: 33 pontos Meta não cumprida

AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

O mecanismo utilizado para medir o grau de satisfação dos cidadãos usuários e a avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos usuários é a Pesquisa de Satisfação do Cliente, aplicada anualmente pelo Núcleo de Gestão Estratégica a advogados e cidadãos que são partes nos processos, sem identificação pessoal, com perguntas objetivas e descritivas. Foi enviado convite para participação, por meio de e-mail, a todos os advogados que militam na Justiça do Trabalho da 24ª Região, cadastrados no sistema PJe, totalizando 18.776 advogados, dos quais participaram 260.

Essas pesquisas objetivam conhecer o que as pessoas pensam e sentem a respeito do Tribunal, permitindo a identificação dos pontos fortes e de oportunidades de melhoria. Essas informações compõem um diagnóstico institucional, que subsidia os Planos de Ação da Administração.

Os indicadores abaixo demonstram a satisfação dos cidadãos-usuários:

- Índice de satisfação dos cidadãos usuários: 81%
- Índice de satisfação dos cidadãos usuários com os produtos e serviços: 76,96%

O questionário inclui perguntas quanto à satisfação: com os serviços oferecidos, com o tratamento dado às pessoas, com a celeridade na tramitação dos processos, com o cumprimento dos horários das audiências, com o acesso às informações, com a linguagem da comunicação, com a rapidez e interesse no atendimento, com a adequação dos ambientes, com a utilidade dos serviços oferecidos via internet, com o tempo de resposta ao utilizar os canais de contato.

No ano judiciário de 2016, extrai-se dos dados estatísticos que as 26 Varas do Trabalho da 24ª Região receberam por distribuição 34.911 processos, tendo solucionado 32.392, o que representa 92,78% de julgados em relação aos distribuídos; o segundo grau de jurisdição distribuiu 9.454, tendo julgado 10.010, o que representa 105,87% de julgados em relação aos distribuídos, conforme as metas dos CNJ e Plano Estratégico da Justiça do Trabalho.

As Varas do Trabalho liberaram aos reclamantes o valor total de R\$ 340.126.266,35, resultante dos pagamentos espontâneos dos reclamados e os provenientes de acordo e da execução.

Ainda em relação à prestação jurisdicional, destaca-se a realização da Semana Nacional de Conciliação, sob a responsabilidade do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, tendo sido arrecadado o montante de R\$ 10.587.417,64. Na Semana Nacional de Execução Trabalhista foi arrecadado o valor de R\$ 2.832.282,57, totalizando em R\$ 13.419.700,21, tendo sido realizadas 2.368 audiências e homologados 918 acordos.

Foram protocoladas 1003 requisições, das quase foram indeferidas 54 e canceladas 5, sendo quitadas 944, no valor total de R\$ 988.225,07, conforme tabela a seguir:

PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS – 2016						
	Quantidade	Valor requisitado	INSS descontado	IR retido	ISS descontado	Valor creditado
Antecipações	24	8.230,00	674,30	661,61	411,50	6.482,59
Pagamentos	920	979.995,07	77.571,78	88.390,62	32.311,74	781.720,93

	944	988.225,07	78.246,08	89.052,23	32.723,24	788.203,52
Indeferidas	54	64.744,38				
Canceladas	5	6570,23				

Em relação à execução contra a Fazenda Pública foram expedidos 68 ofícios requisitórios referentes a precatórios recebidos no ano de 2016, sendo efetuada a quitação de 53 precatórios, totalizando R\$ 3.359.483,24 (três milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e três reais e vinte e quatro centavos). Foram cancelados, no período, 14 precatórios, no total de R\$ 272.148,27 (duzentos e setenta e dois mil, cento e quarenta e oito reais e vinte e sete centavos), em razão de renúncia pelos exequentes ao crédito excedente para enquadramento como requisição de pequeno valor, e 01 precatório, no valor de R\$ 73.073,98 (setenta e três mil, setenta e três reais e noventa e oito centavos) por se enquadrar como pequeno valor da União Federal.

No mesmo período, o Núcleo recebeu 50 processos para Requisições de Pequeno Valor da Administração Direta e Indireta da União, totalizando R\$ 504.951,65 (quinhentos e quatro mil, novecentos e cinquenta e um reais e sessenta e cinco centavos) dos quais R\$ 37.919,30 (trinta e sete mil, novecentos e dezenove reais e trinta centavos) destinaram-se à contribuição previdenciária de 26 processos; R\$ 24.926,49 (vinte e quatro mil, novecentos e vinte e seis reais e quarenta e nove centavos) à quitação de 31 honorários periciais; R\$ 419.410,01 (quatrocentos e dezenove mil, quatrocentos e dez reais e um centavo) ao pagamento do crédito de 35 reclamantes; R\$ 21.181,97 (vinte e um mil, cento e oitenta e um reais e noventa e sete centavos) a honorários advocatícios de 11 processos; e R\$ 1.513,88 (um mil, quinhentos e treze reais e oitenta e oito centavos) a custas processuais em 3 processos.

Em cumprimento à Resolução nº 115, publicada em 02 de julho de 2010, pelo Conselho Nacional da Justiça, que visa regulamentar aspectos procedimentais referentes à Emenda Constitucional nº 62/09, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul – TJ/MS realizou repasses de valores referentes aos precatórios que se encontravam na ordem cronológica de pagamento e a créditos preferenciais por idade ou doença, num total de R\$ 2.135.418,68 (dois milhões, cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e dezoito reais e sessenta e oito centavos).

O Núcleo realizou ainda a atualização do débito e emissão de guias de depósito para transferência dos valores das contas judiciais vinculadas aos processos administrativos para os precatórios a serem quitados, mantendo controle do saldo das referidas contas e encaminhando ao TJ/MS certidões de quitação dos precatórios para exclusão dos processos da lista única de pagamento.

Com os valores repassados pelo TJ/MS foi quitado o débito em 29 precatórios, num total de R\$ 1.964.719,13 (um milhão novecentos e sessenta e quatro mil setecentos e dezenove reais e treze centavos) e antecipado o crédito preferencial a 8 credores por idade e a 3 por doença, em 11 processos, num montante de R\$ 170.669,55 (cento e setenta mil, seiscentos e sessenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos) de adiantamento.

Publicada a Portaria TRT/GP/SCJ n. 002/2016, em 14 de abril de 2016, os 328 precatórios que aguardam pagamento no Tribunal foram digitalizados e autuados no sistema GESTOREPAE como processos administrativos, sendo encaminhados os autos físicos para aguardar quitação na Vara de origem, onde estão disponíveis para consulta pelas partes.

Em atenção ao § 1º do art. 1º da referida Resolução, em janeiro e em agosto de 2016 foram encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça as relações de todos os precatórios pendentes e quitados no ano, com valores atualizados para alimentar a base de dados do SISGP – Sistema de Gestão de Precatórios.

O Município de Coronel Sapucaia deu continuidade ao acordo homologado em 08 de julho de 2013, tendo sido quitados 11 precatórios restantes, num total de R\$ 66.126,61 (sessenta e seis mil, cento e vinte e seis reais e sessenta e um centavos).

Em continuidade ao parcelamento autorizado pelo Presidente do TRT da 24ª Região, o Município de Coxim prosseguiu com o depósito mensal de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com que foram quitados 5 (cinco) precatórios, num montante de R\$ 385.666,63 (trezentos e oitenta e cinco mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos).

Em atenção ao disposto na Resolução n. 92 do Conselho Nacional de Justiça, de 13 de outubro de 2009, desde o mês de novembro desse ano são disponibilizadas as informações no portal do tribunal na rede mundial de computadores (internet) da ordem de expedição e pagamento dos precatórios e, a partir de agosto de 2012, passaram a constar das informações disponibilizadas a posição dos precatórios trabalhistas na ordem cronológica e a informação dos pagamentos efetuados.

Finalmente, atendendo solicitação do Conselho Nacional de Justiça, em análise do Pedido de Providências – Corregedoria 003148-92.2013.2.00.0000, desde agosto de 2013 é efetuada regularmente a atualização da dívida de todos os entes devedores e a relação está disponível no portal do tribunal na rede mundial de computadores (internet), para consulta dos interessados.

GESTÃO DE PRECATÓRIOS

MOVIMENTAÇÃO DE PRECATÓRIOS

	Autuados		Quitados		Cancelados		Total pendente de pagamento	
2015	330	16.870.025,02						
Janeiro	3	54.187,13	3	14.149,02	1	11.675,32	329	16.898.387,81
Fevereiro	3	95.534,13	7	297.675,29	1	27.776,37	324	16.668.470,28
Março			9	414.456,14	1	15.197,73	314	16.238.816,41
Abril	3	1.574.338,44	7	156.897,84			310	17.656.257,01
Maiο	5	351.681,80	3	250.551,90			312	17.757.386,91
Junho	5	896.189,36	5	599.314,38	1	73.073,98	311	17.981.187,91
Julho	4	1.056.760,06	3	397.908,66	4	53.311,38	308	18.586.727,93
Agosto	1	25.875,49			1	11.534,81	308	18.601.068,61
Setembro			9	303.741,07			299	18.297.327,54
Outubro							299	18.297.327,54
Novembro	5	95.591,90	3	519.034,45	3	54.448,67	298	17.819.436,32
Dezembro			4	405.754,49	2	25.130,01	292	17.388.551,82
2016	29	4.150.158,31						
Total	359	21.020.183,33	53	3.359.483,24	14	272.148,27	292	17.388.551,82

Fonte: relatórios do Sistema e-Gestão

REPASSES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL PARA O TRT – 24ª REGIÃO

	Estado de Mato Grosso do Sul	Município de Campo Grande	Município de Maracaju	Município de Nioaque	Município de Paranaíba	Município de Ponta Porã
Janeiro						
Fevereiro					290.577,53	88.433,82
Março		383.446,60				
Abril	22.988,06		177.984,72			
Maiο						
Junho						115.526,29
Julho				65.213,76		
Agosto						53.777,95
Setembro	231.316,38					
Outubro	37.512,60					
Novembro	109.059,73	558.442,08				
Dezembro	1.139,16					
	402.015,93	941.888,68	177.984,72	65.213,76	290.577,53	257.738,06

Obs. Os repasses realizados referentes ao Estado de Mato Grosso do Sul nos meses de abril, outubro, novembro e dezembro são relativos a pagamentos de preferências deferidas.

MOVIMENTAÇÃO DE REQUISIÇÕES DE PAGAMENTOS DE PEQUENO VALOR

Mês	Antuadas	Quitadas	Canceladas	Partes		INSS	Peritos		Honorários advocatícios		Custas		Total	
2015	3													
Janeiro	2												-	
Fevereiro	7												-	
Março	4	11		7	91.120,59	8	8.863,03	6	5.107,98	1	1.148,98		106.240,58	
Abril	6	3		2	4.786,46			2	932,04	1	164,80		5.883,30	
Maió	4	6	1	4	79.111,66	4	4.715,76	6	4.778,32	2	3.555,66	2	1.026,31	93.187,71
Junho	5	3		2	34.210,60	2	503,81	1	847,84	2	4.187,57		39.749,82	
Julho	13	4	2	5	53.341,37	3	16.022,67	1	1.123,40	1	2.377,76	1	487,57	73.352,77
Agosto	2	11		11	104.729,81	7	6.928,44	8	6.011,48	1	1.640,19		119.309,92	
Setembro	1	3		2	20.564,49	1	415,62	1	653,93	1	2.062,42		23.696,46	
Outubro	3	2		1	30.790,66	1	469,97	2	1.317,86	2	6.044,59		38.623,08	
Novembro	3												-	
Dezembro	3	3		1	754,37			4	4.153,64				4.908,01	
2016	7													
	53	46	3	35	419.410,01	26	37.919,30	31	24.926,49	11	21.181,97	3	1.513,88	504.951,65

Fonte: relatórios do Sistema e-Ges

CORREIÇÕES ORDINÁRIAS REALIZADAS

A Secretaria da Corregedoria elaborou a programação das Correições Ordinárias dos Órgãos de Primeiro Grau, bem como as respectivas Atas e suas publicações no DEJT, disponibilizando-as no sítio do TRT/24ª Região.

VARAS	DATA
VARA DO TRABALHO DE CORUMBÁ	28.03.2016
VARA DO TRABALHO DE CASSILÂNDIA	05.04.2016
POSTO AVANÇADO DE CHAPADÃO DO SUL	06.04.2016
VARA DO TRABALHO DE PARANAÍBA	07.04. 2016
VARA DO TRABALHO DE RIO BRILHANTE	13.04. 2016
POSTO AVANÇADO DE MARACAJU	14.04. 2016
VARA DO TRABALHO DE NOVA ANDRADINA	09.05. 2016
VARA DO TRABALHO DE BATAGUASSU	08.06. 2016
1ª VARA DO TRABALHO DE DOURADOS	27.06. 2016
FÓRUM TRABALHISTA DE DOURADOS	27.06. 2016
2ª VARA DO TRABALHO DE DOURADOS	28.06. 2016
VARA DO TRABALHO DE JARDIM	22.07. 2016
VARA DO TRABALHO DE AQUIDAUANA	29.07. 2016
VARA DO TRABALHO DE MUNDO NOVO	14.09. 2016
VARA DO TRABALHO DE NAVIRAÍ	15.09. 2016
FÓRUM TRABALHISTA DE TRÊS LAGOAS	03.10. 2016
1ª VARA DO TRABALHO DE TRÊS LAGOAS	03.10. 2016
2ª VARA DO TRABALHO DE TRÊS LAGOAS	04.10.2016
VARA DO TRABALHO DE AMAMBAI	24.10.2016
VARA DO TRABALHO DE PONTA PORÃ	25.10.2016
VARA DO TRABALHO DE FÁTIMA DO SUL	09.11. 2016
POSTO AVANÇADO DE SIDROLÂNDIA	11.11.2016
POSTO AVANÇADO DE RIBAS DO RIO PARDO	16.11.2016
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE	17.11.2016
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE	21.11.2016
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE	22.11.2016
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE	25.11.2016
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE	28.11.2016
VARA DO TRABALHO DE SÃO GABRIEL DO OESTE	29.11.2016
VARA DO TRABALHO DE COXIM	30.11.2016
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE	06.12.2016
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE	07.12. 2016
FÓRUM TRABALHISTA DE CAMPO GRANDE	07.12. 2016

ATIVIDADES DE CORREIÇÃO

CORREIÇÃO PARCIAL - CorPar	
RECEBIDOS NO ANO	02
SOLUCIONADOS NO ANO	02
PENDENTES DE SOLUÇÃO	00

PEDIDO DE PROVIDÊNCIA - PP	
RECEBIDOS NO ANO	00
PENDENTE DE SOLUÇÃO ANO	00
SOLUCIONADOS NO ANO	00
PENDENTES DE SOLUÇÃO	00

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR – RclDisc	
RECEBIDOS NO ANO	01
SOLUCIONADOS NO ANO	01
PENDENTES DE SOLUÇÃO	00

SINDICÂNCIA - Sind	
RECEBIDOS NO ANO	00
SOLUCIONADOS NO ANO	00
PENDENTES DE SOLUÇÃO	00

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PADM	
RECEBIDOS NO ANO	00
SOLUCIONADOS NO ANO	00
PENDENTES DE SOLUÇÃO	00

DADOS ESTATÍSTICOS DO 1º E 2º GRAUS:

Os dados estatísticos do 1º e 2º graus do ano de 2016 encontram-se consolidados nas tabelas que se seguem (todos os dados foram extraídos do sistema e-gestão, incluindo os processos físicos e eletrônicos).

QUADROS DE PRODUÇÃO DAS VARAS DO TRABALHO FASE DE CONHECIMENTO

Vara do Trabalho	Recebidos por VT			Solucionados		
	Casos Novos (por distribuição)	Sentença Reformada ou Anulada	Total	Sentença	Acordo	Total
Amambai	657	-	657	220	327	547
Aquidauana	853	-	853	446	327	773
Bataguassu	894	1	895	523	441	964
Campo Grande 1ª VT	1.763	1	1.764	844	485	1.329
Campo Grande 2ª VT	1.747	5	1.752	1.076	586	1.662
Campo Grande 3ª VT	1.714	6	1.720	986	548	1.534
Campo Grande 4ª VT	1.745	7	1.752	916	521	1.437
Campo Grande 5ª VT	1.750	2	1.752	976	545	1.521
Campo Grande 6ª VT	1.784	3	1.787	984	487	1.471
Campo Grande 7ª VT	1.787	8	1.795	1.111	599	1.710
Cassilândia	1.240	12	1.252	634	566	1.200
Corumbá	884	2	886	410	333	743
Coxim	967	1	968	476	456	932
Dourados - 1ª	1.644	5	1.649	793	511	1.304
Dourados - 2ª	1.612	5	1.617	945	566	1.511
Fátima do Sul	639	-	639	574	218	792
Jardim	586	3	589	259	288	547
Mundo Novo	982	-	982	255	529	784
Naviraí	1.485	1	1.486	994	354	1.348
Nova Andradina	1.756	8	1.764	558	1.202	1.760
Paranaíba	1.164	11	1.175	425	638	1.063
Ponta Porã	805	2	807	444	289	733
Rio Brillhante	1.679	5	1.684	1.463	416	1.879
São Gabriel do Oeste	755	2	757	233	410	643
Três Lagoas - 1ª VT	2.011	9	2.020	1.421	642	2.063
Três Lagoas - 2ª VT	2.008	8	2.016	1.488	654	2.142
Total	34911	107	35018	19454	12938	32392

FASE DE EXECUÇÃO

Vara do Trabalho	Iniciadas	Recebidos de outros Órgãos	Desarquivadas	Encerradas	Remetidos a Outros Órgãos	Arquivados Provisoriamente	Pendentes		
							Em Execução	Em Arquivo Provisório	Total
Amambaí	152	-	9	110	-	9	330	7	337
Aquidauana	421	-	107	211	-	105	339	105	444
Bataguassu	414	2	32	215	-	25	612	612	1.224
Campo Grande 1ª VT	425	2	-	395	1	-	1.721	-	1.721
Campo Grande 2ª VT	472	1	13	305	2	76	1.498	426	1.924
Campo Grande 3ª VT	541	1	14	303	-	-	1.629	311	1.940
Campo Grande 4ª VT	267	1	40	409	2	14	1.283	319	1.602
Campo Grande 5ª VT	495	-	21	215	1	42	1.394	548	1.942
Campo Grande 6ª VT	282	-	-	154	1	-	1.150	8	1.158
Campo Grande 7ª VT	438	2	-	256	1	-	1.303	2	1.305
Cassilândia	315	-	2	309	-	2	529	19	548
Corumbá	267	-	-	178	-	-	626	-	626
Coxim	215	-	-	119	-	-	694	-	694
Dourados - 1ª Vara	421	-	46	95	-	139	619	927	1.546
Dourados - 2ª Vara	611	-	20	425	-	57	892	704	1.596
Fátima do Sul	253	-	12	252	-	15	318	106	424
Jardim	234	-	8	169	-	28	684	507	1.191
Mundo Novo	174	-	3	104	-	3	177	33	210
Naviraí	816	-	16	416	-	14	749	51	800
Nova Andradina	331	-	1	269	-	1	697	-	697
Paranaíba	289	-	16	108	-	-	627	6	633
Ponta Porã	305	-	80	211	-	134	331	310	641
Rio Brillhante	782	-	188	311	-	2	1.138	63	1.201
São Gabriel do Oeste	131	1	35	82	-	30	231	29	260
Três Lagoas - 1ª VT	357	1	56	281	-	28	1.104	794	1.898
Três Lagoas - 2ª VT	668	-	115	363	2	61	867	240	1.107
Total	10076	11	834	6265	10	785	21542	6127	27669

INCIDENTES PROCESSUAIS JULGADOS

Vara Trabalhista	JULGADOS							Total
	Embargos de Declaração	Antecipações de Tutela	Impugnações à Sentença de Liquidação	Embargos à Execução	Embargos à Arrematação	Embargos à Adjudicação	Exceções de Pré-executividade	
	Qtde	Qtde	Qtde	Qtde	Qtde	Qtde	Qtde	
Amambai	9	12	-	8	-	1	5	35
Aquidauana	51	69	2	23	1	-	2	148
Bataguassu	74	29	7	42	-	-	4	156
Campo Grande 1ª VT	187	193	17	84	1	2	4	488
Campo Grande 2ª VT	197	156	9	78	-	-	7	447
Campo Grande 3ª VT	101	132	5	56	-	-	-	294
Campo Grande 4ª VT	156	203	18	81	-	-	7	465
Campo Grande 5ª VT	197	196	18	96	1	-	9	517
Campo Grande 6ª VT	145	191	13	83	1	-	4	437
Campo Grande 7ª VT	157	173	13	73	-	-	11	427
Cassilândia	72	70	1	46	-	-	2	191
Corumbá	86	85	5	17	-	-	3	196
Coxim	32	69	1	7	-	-	1	110
Dourados 1ª Vara	73	9	-	49	1	-	1	133
Dourados 2ª Vara	129	152	2	55	-	-	3	341
Fátima do Sul	72	25	5	46	-	-	2	150
Jardim	18	13	-	20	1	-	-	52
Mundo Novo	14	27	1	5	-	-	1	48
Naviraí	92	5	4	62	-	-	5	168
Nova Andradina	101	94	-	20	-	-	-	215
Paranaíba	80	94	-	18	-	-	-	192
Ponta Porã	193	15	4	65	-	-	4	281
Rio Brillhante	206	48	1	129	-	-	1	385
São Gabriel do Oeste	19	28	2	6	-	-	-	55
Três Lagoas 1ª Vara	143	46	14	82	1	-	10	296
Três Lagoas 2ª Vara	174	81	13	136	1	-	7	412
Soma:	2.778	2.215	155	1.387	8	3	93	6.639

ARRECAÇÃO POR VARA/FÓRUM

Vara Trabalhista/ Fórum Trabalhista	Custas Processuais	Emolumentos	Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Subtotal	Valores Pagos decorrentes de Multas	Total
Amambai	12933,46	527,69	124841,81	5498,78	143801,74	0	143801,
Aquidauana	50494,94	211,75	312092,74	61599,57	424399	0	4243
Bataguassu	164202,87	0	2502752,44	23417,77	2690373,08	3000	2693373,
Campo Grande 1ª Vara	146066,61	1305,03	1362130,63	115947,48	1625449,75	54907,09	1680356,
Campo Grande 2ª Vara	213496,37	2744,88	934985,27	54700,64	1205927,16	0	1205927,
Campo Grande 3ª Vara	79505,34	0	1001910,32	37183,48	1118599,14	235435,22	1354034,
Campo Grande 4ª Vara	230069,57	195	1409767,9	80001,37	1720033,84	0	1720033,
Campo Grande 5ª Vara	63658,96	0	1283820,98	14479,4	1361959,34	0	1361959,
Campo Grande 6ª Vara	71153,13	722,18	1065729,21	45875,54	1183480,06	481780,16	1665260,
Campo Grande 7ª Vara	177279,47	608,42	2024040,19	128869,94	2330798,02	0	2330798,
Cassilândia	163634	0	706905,55	119996,75	990536,3	0	990536,
Corumbá	62788,59	121,48	408323,42	26714,18	497947,67	102059,22	600006,
Coxim	37338,31	947,51	285354,92	35317,81	358958,55	0	358958,
Dourados 1ª Vara	170303,61	113,69	1140276,41	4372,85	1315066,56	0	1315066,
Dourados 2ª Vara	253835,36	590,32	1942393,77	15391,56	2212211,01	138649,13	2350860,
Fátima do Sul	165419,5	171,6	850108,02	37299,32	1052998,44	0	1052998,
Jardim	23310,24	618,31	464662,46	0	488591,01	0	488591,
Mundo Novo	27769,64	0	235835,62	2212,08	265817,34	0	265817,
Naviraí	127855,03	1639,99	1494271,8	143713,49	1767480,31	0	1767480,
Nova Andradina	70348,91	0	234123,48	90770,13	395242,52	0	395242,
Paranaíba	24470,5	0	241965,25	7491,9	273927,65	24308,64	298236,
Ponta Porã	169705,83	285,32	1034888,79	76195,27	1281075,21	0	1281075,
Rio Brillhante	62218,26	0	895138,74	185371,63	1142728,63	3062,54	1145791,
São Gabriel do Oeste	23024,76	670,81	114848,61	8589,25	147133,43	43714,59	190848,
Três Lagoas 1ª Vara	113963,25	700,37	1799917,96	77514,31	1992095,89	0	1992095,
Três Lagoas 2ª Vara	30220,38	0	1103448,16	9581,29	1143249,83	182701,57	1325951,
Total	2735066,89	12174,35	24974534,45	1408105,79	29129881,48	1269618,16	30399499,

VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES

Vara do Trabalho	Tipo de Pagamento			Total
	Acordo	Execução	Pagamento Espontâneo	
Amambai	1.224.833,69	884.713,60	104.149,81	2.213.697,10
Aquidauana	2.669.156,83	1.752.223,47	25.836,05	4.447.216,35
Bataguassu	14.907.117,40	2.090.005,61	8.826,46	17.005.949,47
Campo Grande 1ª Vara	5.146.637,11	10.898.534,89	118.657,41	16.163.829,41
Campo Grande 2ª Vara	6.313.085,97	6.398.523,00	166.387,53	12.877.996,50
Campo Grande 3ª Vara	4.413.796,78	5.029.603,87	3.071.234,25	12.514.634,90
Campo Grande 4ª Vara	37.531.079,23	10.754.527,67	115.080,07	48.400.686,97
Campo Grande 5ª Vara	7.417.424,45	17.646.906,64	260.733,24	25.325.064,33
Campo Grande 6ª Vara	4.115.081,37	7.462.087,91	867.992,13	12.445.161,41
Campo Grande 7ª Vara	1.967.948,25	13.206.886,68	104.572,78	15.279.407,71
Cassilândia	6.898.983,61	9.065.276,93	16.076,65	15.980.337,19
Corumbá	2.493.656,10	2.593.504,15	64.475,92	5.151.636,17
Coxim	3.616.854,94	2.007.505,25	102.700,74	5.727.060,93
Dourados - 01a Vara	3.240.806,85	1.725.890,60	11.489.613,10	16.456.310,55
Dourados - 02a Vara	4.845.354,34	11.009.695,48	505.899,42	16.360.949,24
Fátima do Sul	1.510.309,63	5.685.173,46	282.556,29	7.478.039,38
Jardim	802.152,94	59.116,02	159.753,06	1.021.022,02
Mundo Novo	2.805.407,17	1.155.880,48	415.017,91	4.376.305,56
Naviraí	7.397.504,13	8.845.960,60	1.808.355,44	18.051.820,17
Nova Andradina	10.641.705,90	2.362.334,96	103.880,39	13.107.921,25
Paranaíba	3.890.356,46	1.316.215,60	46,76	5.206.618,82
Ponta Porã	2.565.690,77	4.227.251,86	1.622.163,44	8.415.106,07
Rio Brillhante	8.881.543,85	8.888.951,19	97.903,76	17.868.398,80
São Gabriel do Oeste	3.838.467,58	685.726,88	117.592,25	4.641.786,71
Três Lagoas 1ª Vara	4.844.634,90	8.118.023,37	661.533,72	13.624.191,99
Três Lagoas 2ª Vara	3.714.641,12	16.259.439,15	11.037,08	19.985.117,35
Total	157.694.231,37	160.129.959,32	22.302.075,66	340.126.266,35

QUADRO DE PRODUÇÃO DOS JUÍZES TITULARES/SUBSTITUTOS

IZABELLA DE CASTRO RAMOS	603
IZIDORO OLIVEIRA PANIAGO	661
JOÃO CANDIDO	667
JOÃO MARCELO BALSANELLI	426
JÚLIO CÉSAR BEBBER	441
KEETHLEN FONTES MARANHÃO	663
KELLY CRISTINA MONTEIRO DIAS ESTADULHO	641
LEONARDO ELY	813
LILIAN CARLA ISSA	276
LUIZ DIVINO FERREIRA	940
MARA CLEUSA FERREIRA JERONYMO	621
MARCELINO GONÇALVES	628
MARCELO BARUFFI	742
MÁRCIO ALEXANDRE DA SILVA	106
MARCIO KURIHARA INADA	573
MARCO ANTONIO DE FREITAS	921
MARCO ANTONIO MIRANDA MENDES	883
MARINA BRUN BUCKER	591
MÁRIO LUIZ BEZERRA SALGUEIRO	743
MAURICIO SABADINI	939
NADIA PELISSARI	526
NEIVA MARCIA CHAGAS	760
NOEDI FRANCISCO AROSI	451
ORLANDI GUEDES DE OLIVEIRA	681
PATRÍCIA BALBUENA DE OLIVEIRA BELLO	617
PRISCILA GIL DE SOUZA MURAD	501

PRISCILA ROCHA MARGARIDO	535
RENATO DE MORAES ANDERSON	534
RENATO LUIZ MIYASATO DE FARIA	699
TOMAS BAWDEN DE CASTRO SILVA	363
VALDIR APARECIDO CONSALTER JÚNIOR	355
VANESSA MARIA ASSIS DE REZENDE	392
WELLINGTON SEBASTIAO GONCALVES	592
Sem informação de magistrado	9
TOTAL	32392

FASE DE CONHECIMENTO

QUADRO DE PRODUÇÃO DOS JUÍZES TITULARES/SUBSTITUTOS PROCESSOS DE EXECUÇÃO

Juízes	Execuções Extintas			
	Extintas por Acordo	Extintas por Pagamento	Outros	Total
ADEMAR DE SOUZA FREITAS	5	22	240	267
ALEXANDRE MARQUES BORBA	-	7	20	27
ANA PAOLA EMANUELLI PEGOLO DOS SANTOS	11	91	35	137
ANNA PAULA DA SILVA SANTOS	1	41	20	62
ANTONIO ARRAES BRANCO AVELINO	88	73	25	186
APARECIDO TRAVAIN FERREIRA	-	19	92	111
BEATRIZ MAKI SHINZATO CAPUCHO	3	33	53	89
CARLOS ROBERTO CUNHA	-	33	18	51
CAROLINA DE OLIVEIRA PEDROSA	-	-	1	1
CHRISTIAN GONÇALVES MENDONÇA ESTADULHO	4	52	25	81
CHRISTINA DE ALMEIDA PEDREIRA	1	10	1	12
DANIELA ROCHA RODRIGUES PERUCA	1	29	10	40
DÉA MARISA BRANDÃO CUBEL YULE	-	2	2	4
ERIKA SILVA BOQUIMPANI	3	155	7	165
FABIANE FERREIRA	-	14	92	106
FATIMA REGINA DE SABOYA SALGADO	2	46	10	58

FLÁVIO DA COSTA HIGA	1	49	35	85
GERALDO FURTADO DE ARAUJO NETO	1	86	10	97
GUSTAVO DORETO RODRIGUES	5	19	28	52
HÉLIO DUQUES DOS SANTOS	1	129	75	205
HERBERT GOMES OLIVA	1	8	20	29
IVETE BUENO FERRAZ	9	110	31	150
IZABELLA DE CASTRO RAMOS	2	7	30	39
IZIDORO OLIVEIRA PANIAGO	-	20	7	27
JOÃO CANDIDO	-	7	13	20
JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA	-	1	-	1
JOÃO MARCELO BALSANELLI	-	22	24	46
JÚLIO CÉSAR BEBBER	4	81	12	97
KEETHLEN FONTES MARANHÃO	4	32	41	77
KELLY CRISTINA MONTEIRO DIAS ESTADULHO	7	128	30	165
LEONARDO ELY	6	154	185	345
LILIAN CARLA ISSA	2	30	9	41
LUIZ DIVINO FERREIRA	1	73	16	90
MARA CLEUSA FERREIRA JERONYMO	8	40	1	49
MARCELINO GONÇALVES	16	171	45	232
MARCELO BARUFFI	5	119	29	153
MARCIO KURIHARA INADA	3	23	3	29
MARCO ANTONIO DE FREITAS	33	204	47	284
MARCO ANTONIO MIRANDA MENDES	2	207	14	223
MARINA BRUN BUCKER	11	283	50	344
MÁRIO LUIZ BEZERRA SALGUEIRO	4	74	45	123
MAURICIO SABADINI	-	2	10	12
NADIA PELISSARI	-	29	11	40
NEIVA MARCIA CHAGAS	5	60	77	142
NOEDI FRANCISCO AROSI	1	146	-	147
ORLANDI GUEDES DE OLIVEIRA	31	47	82	160
PATRÍCIA BALBUENA DE OLIVEIRA BELLO	-	35	5	40
PRISCILA GIL DE SOUZA MURAD	2	22	26	50
PRISCILA ROCHA MARGARIDO	1	14	38	53
RENATO DE MORAES ANDERSON	2	49	33	84
RENATO LUIZ MIYASATO DE FARIA	1	142	48	191
TOMAS BAWDEN DE CASTRO SILVA	3	89	30	122
VALDIR APARECIDO CONSALTER JÚNIOR	1	32	9	42
VANESSA MARIA ASSIS DE REZENDE	-	4	1	5
WELLINGTON SEBASTIAO GONCALVES	2	41	26	69
	1	53	20	74
Total	295	3.469	1867	5.631

INCIDENTES

MAGISTRADOS	Julgados							To
	Embargos de Declaração	Antecipações de Tutelas	Impugnações à Sentença de Liquidação	Embargos à Execução	Embargos à	Embargos à Adjucação	Exceções de pré-executividade	
ADEMAR DE SOUZA FREITAS	46	49	1	20	-	-	-	11
ALEXANDRE MARQUES BORBA	21	64	-	8	-	-	-	9
ANA PAOLA EMANUELLI PEGOLO DOS SANTOS	79	81	3	12	-	-	2	17
ANNA PAULA DA SILVA SANTOS	25	41	4	11	-	-	3	8
ANTONIO ARRAES BRANCO AVELINO	73	28	7	38	-	-	4	15
APARECIDO TRAVAIN FERREIRA	8	10	-	18	1	-	-	3
BEATRIZ MAKI SHINZATO CAPUCHO	37	97	3	24	-	-	1	16
CARLOS ROBERTO CUNHA	54	24	3	8	-	-	1	9
CAROLINA DE OLIVEIRA PEDROSA	1	-	-	2	-	-	-	3
CHRISTIAN GONÇALVES MENDONÇA ESTADULHO	26	26	1	11	-	-	-	6
CHRISTINA DE ALMEIDA PEDREIRA	16	4	-	-	-	-	-	2
DANIELA ROCHA RODRIGUES PERUCA	52	19	-	4	1	-	-	7
DÉA MARISA BRANDÃO CUBEL YULE	45	-	-	2	-	-	-	4
DENILSON LIMA DE SOUZA	23	-	-	-	-	-	-	2
ERIKA SILVA BOQUIMPANI	50	71	1	27	-	-	-	14
FABIANE FERREIRA	60	23	2	14	-	-	1	10
FATIMA REGINA DE SABOYA SALGADO	9	4	-	8	-	1	5	2
FLÁVIO DA COSTA HIGA	24	58	1	5	-	-	1	8

GERALDO FURTADO DE ARAUJO NETO	56	25	2	47	1	-	1	13
GUSTAVO DORETO RODRIGUES	22	61	2	13	-	-	1	9
HÉLIO DUQUES DOS SANTOS	81	46	9	68	-	-	5	20
HERBERT GOMES OLIVA	31	72	1	12	-	-	-	11
IVETE BUENO FERRAZ	78	132	12	44	-	-	6	27
IZABELLA DE CASTRO RAMOS	31	6	-	49	-	-	1	8
IZIDORO OLIVEIRA PANIAGO	47	110	5	21	-	-	3	18
JOÃO CANDIDO	38	3	-	-	1	-	-	4
JOÃO MARCELO BALSANELLI	37	74	8	49	1	-	2	17
JÚLIO CÉSAR BEBBER	62	66	-	11	-	-	1	14
KEETHLEN FONTES MARANHÃO	97	41	1	34	-	-	2	17
KELLY CRISTINA MONTEIRO DIAS ESTADULHO	175	17	2	81	-	-	4	27
KISMARA BRUSTOLIN	-	-	-	1	-	-	-	1
LEONARDO ELY	24	2	4	46	-	-	5	8
LILIAN CARLA ISSA	17	42	3	17	-	-	-	7
LUIZ DIVINO FERREIRA	66	89	-	17	-	-	-	17
MARA CLEUSA FERREIRA JERONYMO	36	1	-	36	-	-	2	7
MARCELINO GONÇALVES	36	48	1	37	-	-	1	12
MARCELO BARUFFI	57	25	15	80	1	-	10	18
MÁRCIO ALEXANDRE DA SILVA	1	1	-	-	-	-	-	2
MARCIO KURIHARA INADA	36	22	-	9	-	-	1	6
MARCO ANTONIO DE FREITAS	142	22	3	85	-	-	1	25
MARCO ANTONIO MIRANDA MENDES	77	76	1	29	-	-	3	18
MARINA BRUN BUCKER	72	161	16	75	-	-	7	33
MÁRIO LUIZ BEZERRA SALGUEIRO	96	79	9	62	-	-	5	25
MAURICIO SABADINI	79	20	-	8	-	-	-	10
NADIA PELISSARI	61	53	5	39	-	-	1	15
NEIVA MARCIA CHAGAS	48	30	-	10	-	-	-	8
NOEDI FRANCISCO AROSI	35	25	3	10	-	-	-	7

ORLANDI GUEDES DE OLIVEIRA	48	46	2	22	1	-	2	12
OSCAR ZANDAVALLI JUNIOR	-	-	-	-	-	-	-	.
PATRÍCIA BALBUENA DE OLIVEIRA BELLO	34	21	1	21	-	-	1	7
PRISCILA GIL DE SOUZA MURAD	30	5	-	2	-	-	-	3
PRISCILA ROCHA MARGARIDO	42	2	-	15	-	-	-	5
RENATO DE MORAES ANDERSON	73	34	2	11	-	-	1	12
RENATO LUIZ MIYASATO DE FARIA	109	20	8	41	1	-	8	18
TOMAS BAWDEN DE CASTRO SILVA	32	68	11	59	-	2	1	17
VALDIR APARECIDO CONSALTER JÚNIOR	17	13	-	-	-	-	-	3
VANESSA MARIA ASSIS DE REZENDE	49	14	-	1	-	-	-	6
WELLINGTON SEBASTIAO GONCALVES	12	26	2	6	-	-	-	4
	45	18	-	7	-	-	-	7
Total	2.778	2.215	154	1.387	8	3	93	6.6

SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO TRABALHISTA (TST)/ JUNHO DE 2016

Número de audiências designadas:	1389
Número de audiências realizadas:	1391
Numero de acordos:	562
Valores:	8.022.153,68

SEMANA NACIONAL DA EXECUÇÃO TRABALHISTA (CSJT)/ SETEMBRO DE 2016

Número de audiências designadas:	102
Número de audiências realizadas:	96
Numero de acordos:	59
Valores:	2.832.282,57

SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO (CNJ) / NOVEMBRO DE 2016

Número de audiências designadas	916
Número de audiências realizadas	881
Numero de acordos	297
Valores	2.565.263,96

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO 2º GRAU

PRODUÇÃO DOS DESEMBARGADORES

Magistrados	RELATOR															Solucionados		Lavratura de acórdão			
	Recebidos		Conclusos		Distribuídos e pendentes de conclusão	Restituídos		Pendentes					Pauta			Em sessão	Decisões Monocráticas	Recebidos	Lavrados	Aguardando a lavratura	
	Por Distribuição	Por Redistribuição	Ações Originárias e Recursos	Recursos Internos		Com visto/ Com decisão monocrática	Outros	Em estudo			Saldo no MP	Em diligência	Incluídos em Pauta	Aguardando Pauta	Julgamento adiado					No prazo	Prazo vencido
								No prazo	Prazo vencido	Suspensos ou sobrestados											
AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR	1571	53	2060	382	3	2064	356	51	0	0	2	7	2165	250	5	2002	49	1343	2062	0	0
ANDRÉ LUÍS MORAES DE OLIVEIRA	1514	47	1673	304	2	1719	127	133	0	0	3	0	1542	77	0	1500	134	1164	1505	0	0
FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA FILHO	1519	71	1914	246	1	1898	177	299	182	0	5	2	1680	230	4	1548	43	1048	1566	0	0
JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA	150	22	268	0	18	204	70	0	0	0	0	1	86	10	1	55	113	35	65	0	0
JÚLIO CÉSAR BEBBER	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	7	3	1	0	5	1	5	5	0	0
MARCIO VASQUES THIBAU DE ALMEIDA	1546	57	1747	229	3	1794	127	151	10	0	5	7	2079	115	1	1869	45	1302	1894	0	0
NERY SÁ E SILVA DE AZAMBUJA	1	0	1	7	0	14	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0
NICANOR DE ARAUJO LIMA	1530	47	1842	270	1	1693	166	249	71	0	1	18	1933	88	2	1804	60	1113	1839	0	0
RICARDO GERALDO MONTEIRO ZANDONA	1549	35	1974	260	0	1940	305	143	0	0	5	12	1865	214	2	1784	53	1163	1816	0	0
TOMAS BAWDEN DE CASTRO SILVA	77	0	203	15	0	255	44	0	0	0	0	11	626	0	0	460	8	114	465	0	0
Sem informação de magistrado	0	0	3	0	0	3	3	0	0	0	0	0	16	0	0	14	0	2	14	0	0
Total	9457	332	11685	1714	28	11585	1381	1026	263	0	21	65	11995	985	15	11041	509	7289	11231	0	0

Magistrados	REVISOR					VISTOR			
	Conclusos	Restituídos		Em estudo		Conclusos	Restituídos	Em estudo	
		Com visto	Outros	No prazo	Prazo vencido			No prazo	Prazo vencido
AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR	171	170	1	0	0	2	2	0	0
ANDRÉ LUÍS MORAES DE OLIVEIRA	138	137	1	0	0	3	3	0	0
FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA FILHO	136	143	0	7	0	7	8	0	0
JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA	1	1	0	0	0	0	0	0	0
MARCIO VASQUES THIBAU DE ALMEIDA	136	135	1	0	0	4	5	0	0
NICANOR DE ARAUJO LIMA	140	143	1	11	0	3	3	0	0
RICARDO GERALDO MONTEIRO ZANDONA	147	136	4	18	0	5	5	0	0
TOMAS BAWDEN DE CASTRO SILVA	17	17	0	0	0	0	0	0	0
Total	886	882	8	36	0	24	26	0	0

Recebidos, Julgados e Resíduo por TRT

Recebidos			Julgados		Pendentes de Julgamento
Por distribuição	Recursos Internos	Para Novo Julgamento	Ações Originárias e Recursos	Recursos Internos	Em 31/12/16
9457	1727	22	10010	1540	2.636
9457	1727	22	10010	1540	2636

Recursos de Competência Hierarquicamente Superior - TST

Recursos de Revista		Quantidade
(A) Interpostos		4.839
(B) Conclusos		4.156
(C) Admitidos		205
(D) Não admitidos		3.787
(E) Baixados - Acordo/Desistência/Fungibilidade		347
(F) Pendentes	(F1) Suspensos ou sobrestados	98
	(F2) Exceto suspensos ou sobrestados	815
	Total	913

Recursos de Competência Hierarquicamente Superior - TST

Recursos Ordinários		Quantidade
(A) Interpostos		26
(B) Conclusos		28
(C) Recebidos		23
(D) Não recebidos		0
(E) Baixados - Acordos/Desistência/Fungibilidade		1
(F) Pendentes	(F1) Suspensos ou sobrestados	0
	(F2) Exceto suspensos ou sobrestados	1
	Total	1

Recursos de Competência Hierarquicamente Superior - TST

Agravos de Instrumento em Recurso de Revista	Quantidade
(A) Interpostos	3.063
(B) Remetidos ao TST	2189
(C) Pendentes de remessa	1.075

Prazos Médios por TRT

TRT-UF	Do recebimento até a distribuição		Da distribuição até a restituição com visto do Relator	Da conclusão até a restituição com visto do revisor	Do Recebimento para inclusão em pauta até o julgamento	Da autuação até o julgamento		Da autuação até a baixa			Acórdão		
	Das Ações Originárias	Dos Recursos				Das Ações Originárias	Dos Recursos	Das Ações Originárias	Dos Recursos	Tramitação preferencial	Do recebimento para lavratura até a sua assinatura	Da remessa para assinatura pelo MPT até o recebimento	Do julgamento até a publicação
24a - MS		21,342082	56,786641	11,405306	41,646011	55,319324	109,75473	176,93981	176,24649	195,98193	3,0246852		8,3534876
Média:		21,34208	56,78664	11,40531	41,64601	55,31932	109,7547	176,9398	176,2465	195,9819	3,024685		8,353488

Arrecadação por TRT

TRT	Custas processuais arrecadadas	Emolumentos arrecadados	Contribuição previdenciária	Imposto de Renda	Total
24a - MS	R\$ 20.004,13	R\$ 0,00	R\$ 32.518,02	R\$ 0,00	R\$ 52.522,15
Total:	R\$ 20.004,13	R\$ 0,00	R\$ 32.518,02	R\$ 0,00	R\$ 52.522,15

MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS

À Coordenadoria de Cadastramento Processual – CCP, subordinada à Secretaria de Coordenação Judiciária, compete coordenar, orientar e supervisionar as atividades relacionadas: à autuação, distribuição e redistribuição de recursos interpostos em processos físicos; à triagem de processos eletrônicos distribuídos pelo sistema PJe - Módulo 2º Grau; ao registro e distribuição no sistema PJe - Módulo 2º Grau de Conflitos de Competência, Incidentes de Uniformização e Jurisprudência, Exceções de Suspeição e outras Ações Originárias conforme determinação superior; ao recebimento e encaminhamento de petições (e-Doc e Protocolo Geral) e expedientes (Correios e malotes) direcionados às unidades judiciárias, autoridades e servidores deste Tribunal; ao atendimento público externo e interno; ao controle de prazos processuais referentes aos processos físicos julgados neste Tribunal; à triagem e marcação de peças dos processos físicos com recursos de competência do TST e STF; à remessa e recebimento de arquivos eletrônicos com recursos do Tribunal Superior do Trabalho pelo sistema e-Remessa; à remessa e recebimento de processos eletrônicos com recursos ao Tribunal Superior do Trabalho pelo Conector PJe; à expedição de Certidões de Distribuição de Ações Trabalhistas; à baixa de processos às Varas do Trabalho. É composta pelas Seções de Classificação e Autuação, de Distribuição e de Protocolo e Expedição de Correspondências. No ano de 2016 foram executadas as seguintes atividades:

- Classificação e autuação em processos físicos de 876 (oitocentos e setenta e seis) recursos oriundos do primeiro grau; 264 (duzentos e sessenta e quatro) recursos internos; 377 (trezentos e setenta e sete) Agravos de Instrumentos em Recursos de Revista.
- Classificação, registro e distribuição de 27 (vinte e sete) Ações Originárias (CC, IUJ e ExcSusp) no sistema PJe - Módulo 2º Grau. A classificação e registro compreendem: digitalização das peças recebidas e respectiva inserção no processo eletrônico; registro de classe processual, partes, advogados, terceiros interessados, prioridades, alertas e assuntos conforme tabela do CNJ;
- Triagem de 8.507 (oito mil, quinhentos e sete) processos eletrônicos distribuídos pelo sistema PJe - Módulo - 2º Grau. A triagem compreende: conferência da competência do Órgão julgador, das prevenções, vinculações e suspeições; dos registros de classes processuais, partes, advogados, terceiros interessados e assuntos conforme tabela do CNJ; retificação dos respectivos registros quando necessário;
- Distribuição de 1.165 (um mil, cento e sessenta e cinco) recursos autuados em processos físicos.
- Redistribuição de 28 (vinte e oito) processos físicos;
- Remessa de 64 (sessenta e quatro) processos físicos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer, conforme previsto no Regimento Interno deste Tribunal;
- Retificações e anotações em 491 (quatrocentos e noventa e um) processos físicos, oriundos dos Gabinetes e Secretarias, em razão de novas procurações/substabelecimentos, alterações de denominações de partes (razão social), de classe processual ou rito, de registro de prioridades, bem como alterações oriundas de cumprimento de diligências pelas Varas do Trabalho;
- Registro no sistema Judice de 208 (duzentas e oito) suspensões/aptidões/exclusões de advogados, informados pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Mato Grosso do Sul e, ainda, alterações solicitadas pelas Varas do Trabalho da 24ª Região nos cadastros de advogados;

- Entrega de 163 (cento e sessenta e três) processos físicos em cargas aos advogados;
- Expedição de 12 (doze) Certidões de Distribuição de Ações Trabalhistas (negativas/positivas), após pesquisa no sistema Judice, PJe 1º grau e PJe 2º grau;
- Remessa à Assessoria da Presidência de 528 (quinhentas e vinte e oito) petições de Recursos de Revista, com os respectivos processos, após a triagem dos prazos e inserção de Certidão de ausência de recursos das partes interessadas nos autos e no sistema Judice;
- Triagem de 435 (quatrocentos e trinta e cinco) processos para digitalização, com recursos admitidos de competência do Colendo Tribunal Superior do Trabalho;
- Conferência da digitalização, inserção de marcadores e certidões em 987 (novecentos e oitenta e sete) arquivos eletrônicos, referentes aos processos físicos e aos eletrônicos do PJe - Módulo 2º Grau e, posteriormente, enviados ao Tribunal Superior do Trabalho pelo sistema e-Remessa;
- Conferência, classificação dos recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho, inserção de partes, advogados, assuntos e certidões em 1.318 (um mil trezentos e dezoito) processos eletrônicos do PJe – Módulo 2º Grau e, posteriormente, enviados pelo Conector PJe;
- Recebimento pelo Conector PJe de 301 (trezentos e um) processos eletrônicos, julgados pelo TST e, posteriormente, encaminhados às unidades competentes;
- Recebimento pelo sistema e-Remessa de 1.117 (um mil, cento e dezessete) arquivos eletrônicos, referentes à processos físicos e eletrônicos (PJe) julgados pelo TST, bem como juntadas dos respectivos arquivos aos processos e, posteriormente, encaminhados às unidades competentes;
- Cumprimento e devolução de 16 (dezesesseis) processos baixados em diligências pelo Tribunal Superior do Trabalho, referentes aos processos digitalizados e enviados pelo sistema e-Remessa;
- Recebimento de 1.206 (um mil, duzentos e seis) processos físicos julgados pelas Turmas, Tribunal Pleno e com decisões monocráticas para triagem de prazos e encaminhamento às unidades competentes;
- Certificação de decursos de prazos em 678 (seiscentos e setenta e oito) processos físicos com registro no sistema Judice;
- Baixa de 915 (novecentos e quinze) processos físicos às Varas do Trabalho de origem;
- Execução, fiscalização, conferência e liquidação das despesas referentes ao contrato com a EBCT, oriundas dos serviços de malotes movimentados entre as Varas e o Tribunal e da expedição de correspondências do Tribunal;
- Atendimento ao público externo, no balcão ou via telefone, prestando informações.

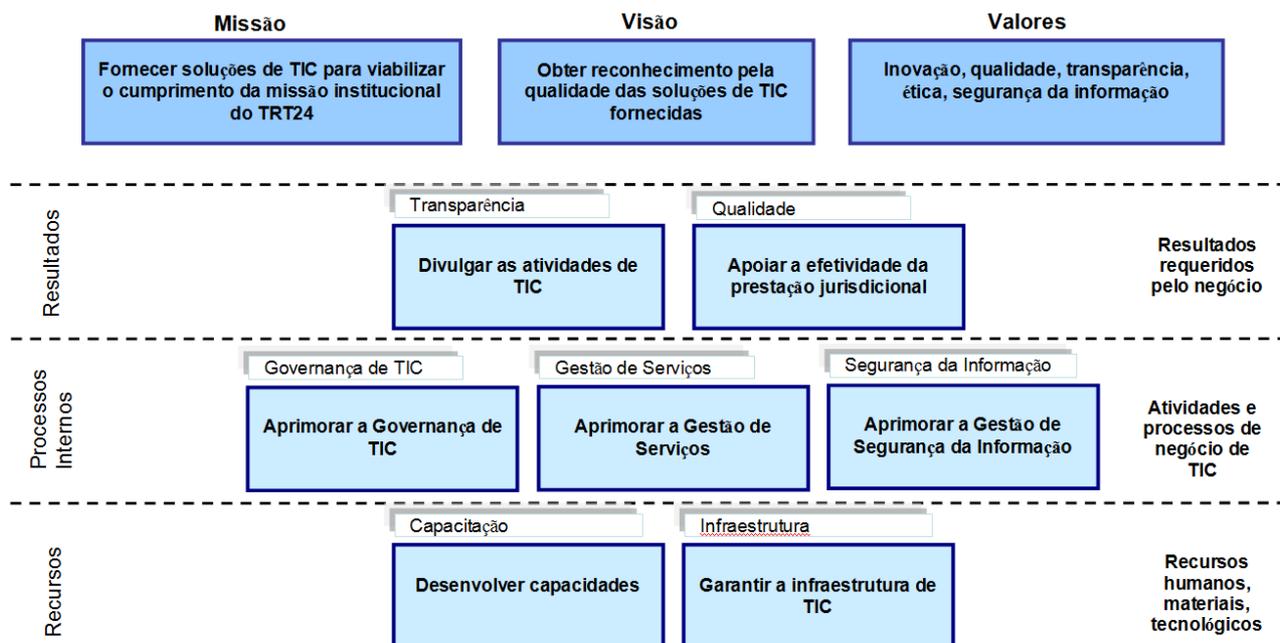
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

A gestão de TI foi realizada com foco no desenvolvimento de um novo Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Para garantir a continuidade dos serviços, durante o desenvolvimento dos trabalhos, prosseguiu-se com o portfólio anterior, com priorizações de projetos, realizadas e revistas trimestralmente pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Mapa Estratégico da TIC:



Alinhamento do Mapa Estratégico da TIC com o PET do TRT24^a:

		Objetivos Estratégicos do TRT24						
		Efetividade	Relacionamento e Integração	Estímulo à conciliação	Governança	Agilização	Valorização das pessoas	Estruturação
Objetivos Estratégicos de TIC do TRT24	Divulgar as atividades de TIC				X			
	Apoiar a efetividade da prestação jurisdicional				X			X
	Aprimorar a governança de TIC	X			X	X		
	Aprimorar a Gestão de Segurança da Informação	X			X			X
	Desenvolver capacidades						X	
	Garantir a infraestrutura de TIC	X	X	X	X	X	X	X

Comitê Gestor de TIC

Composição:

Desembargador João de Deus Gomes de Souza - Presidente do TRT24^a
Desembargador Nicanor de Araújo Lima - Vice-Presidente do TRT24^a
Desembargador Marcio Vasques Thibau de Almeida - Coordenador do CGR-PJe-JT
Juiz Júlio César Bebber - Juiz Auxiliar da Presidência
José Norberto Pinheiro de Oliveira - Diretor-Geral
Maria Leonor Rocha - Diretora da Secretaria de Coordenação Judiciária
Geslaine Perez Maquerte - Diretora da Coordenadoria de TIC

Reuniões em 2016:

- 24 de fevereiro;
- 28 de junho;
- 30 de novembro.

Principais deliberações:

- Adequação de plano emergencial para restrição orçamentária de 2016;
- Priorização de projetos de software;
- Alterações no Plano de Contratações de TIC 2016;
- Ajustes do PDTI e portfólio;
- Aprovação do Plano de Contratações 2017;
- Reuniões de reavaliação da estratégia - PETIC e PDTI.

Sistemas de Informação no TRT24^a

Estão identificados os sistemas computacionais utilizados, sejam nacionais ou desenvolvidos pela própria UJ, bem como aqueles em desenvolvimento, com destaque para o PJe-JT e o e-Gestão, que trouxeram grande impulso à atividade jurisdicional no âmbito desta Justiça Trabalhista:

Principal Sistema de Informação do Tribunal - PJe-JT:

O Sistema de Processos Eletrônicos - PJe-JT, é o principal sistema utilizado pelo TRT24^a, por abarcar o principal negócio da instituição: "Processos Judiciais Trabalhistas".

Desde o mês de setembro de 2014, com a finalização da implantação do PJe-JT, todos os processos novos são eletrônicos, protocolados no PJe-JT.

No ano de 2016 a disponibilidade e sustentabilidade do sistema foram mantidas sob priorização a despeito das restrições orçamentárias:

- Manutenção do atendimento a certificados digitais para os magistrados e servidores;
- Manutenção do sistema na versão disponível mais recente;
- Atualização do parque de computadores utilizados nas unidades;

- Implantação de Banco de Dados em site redundante, em prédio distinto;
- Contratação de suporte técnico especializado para a plataforma de infraestrutura de

TI;

- Implantação de software APM para monitoramento da aplicação;
- Manutenção com orçamento próprio do suporte ao banco de dados dos sistemas satélites (ORACLE), mesmo com o corte da descentralização pelo CSJT.

Implantado em 2016 o CLE - Cadastro de Liquidação e Execução. Trata-se de módulo auxiliar ao cadastro dos dados dos processos físicos, para sua conversão para meio eletrônico.

O Sistema não está sendo completamente utilizado por falta de recurso orçamentário para digitalização.

Sistemas Nacionais utilizados:

Identificação	PJe-JT
Descrição	Sistema de Processo Judicial Eletrônico
Aplicação no negócio	Serve ao protocolo de processos judiciais trabalhistas que tramitam eletronicamente. Armazena todos os processos eletrônicos, seus documentos com assinaturas digitais, seus movimentos processuais. Oferece recursos facilitadores para os servidores para garantir o fluxo processual de tarefas dentro das fases processuais de conhecimento, liquidação e execução.
Manutenção	Manutenção e evolução do sistema de responsabilidade do CSJT
Risco de indisponibilidade	Toda a jurisdição do TRT24 ^a é atendida pelo sistema. Em caso de queda, o protocolo de processos e as atividades judicantes ficam interrompidos.
Mitigação	Manutenção das versões mais atuais disponibilizadas pelo CSJT. Backup tradicional em fita. Uma cópia do banco de dados em storage auxiliar é mantida em site redundante em outro prédio. O CSJT cancelou o recurso orçamentário anual do suporte técnico no banco de dados ORACLE, custeando apenas os últimos meses, porém o TRT24 sustentou o contrato durante todo o ano.

Identificação	AUD2
Descrição	Sistema de elaboração de atas de audiência
Aplicação no negócio	Elaboração de atas de audiência em tempo real, com integração ao PJe-JT, com envio da ata para assinatura digital do magistrado no PJe-JT. Lançamento de dados das audiências para alimentação dos Movimentos Processuais, conforme tabela unificada de movimentos do CNJ. Permite continuidade das audiências mesmo em queda da rede de dados. Essa facilidade permite que o mesmo sistema seja utilizado em varas itinerantes sem conexão de internet para acesso ao PJe-JT.

Manutenção	Responsabilidade do Tribunal desenvolvedor, TRT10 ^a , com a supervisão da equipe do CSJT que coordena as atividades de projetos voltados ao PJe-JT.
Risco de indisponibilidade	As Varas do Trabalho ficarão sem recurso facilitador de edição das atas e sem como efetivar os lançamentos dos movimentos processuais de audiências, uma vez que o recurso é bloqueado no PJe-JT, só permitindo o lançamento pela correta utilização do sistema.
Mitigação	Manutenção das versões mais atuais disponibilizadas pelo CSJT. Instalação do sistema no computador do magistrado na sala de audiência, para contingenciamento rápido em caso de problema no equipamento utilizado pelo secretário de audiência.

Identificação	e-Gestão
Descrição	Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da JT
Aplicação no negócio	O e-Gestão é uma ferramenta que tem como objetivo fornecer à Justiça do Trabalho, em todos os níveis, informações atualizadas sobre a estrutura administrativa e a atividade judicante de primeiro e segundo graus.
Manutenção	Responsabilidade da Corregedoria do TST
Risco de indisponibilidade	Ausência de informações gerenciais e estatísticas do TRT24 ^a
Mitigação	Manutenção das versões mais atuais disponibilizadas pelo CSJT. Backup tradicional em fita. Uma cópia do banco de dados em storage auxiliar é mantida em site redundante em outro prédio. O CSJT cancelou o recurso orçamentário anual do suporte técnico no banco de dados ORACLE, custeando apenas os últimos meses, porém o TRT24 sustentou o contrato durante todo o ano.

Identificação	SIGEO
Descrição	Sistema de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho
Aplicação no negócio	A proposta do sistema é acompanhar toda a gestão orçamentária, desde a proposta de orçamento do exercício seguinte até o controle de gastos e a prestação de contas. A versão atual trabalha com a proposta orçamentária. Sistema do CSJT, e que está em elaboração das demais fases.
Manutenção	Responsabilidade do TRT20, construtor do sistema, sob gerência do CSJT.
Risco de indisponibilidade	Implantado em 2015. Caso a proposta orçamentária de 2016 não seja enviada pelo sistema, ela não será avaliada e aprovada pelo TST / CSJT.
Mitigação	Manutenção das versões mais atuais disponibilizadas pelo CSJT. Backup tradicional em fita. Uma cópia do banco de dados em storage auxiliar é mantida em site redundante em outro prédio.

	O CSJT cancelou o recurso orçamentário anual do suporte técnico no banco de dados ORACLE, custeando apenas os últimos meses, porém o TRT24 sustentou o contrato durante todo o ano.
--	---

Identificação	PROGECOM
Descrição	Sistema Nacional para Gestão de Pessoas por Competência
Aplicação no negócio	Gerenciamento do programa de gestão por competência
Manutenção	TRT6 - Supervisão do CSJT
Prazo	Março / 2016
Risco	Impossibilidade de cumprimento da Resolução CSJT Nº 156/2015 e do Acórdão TCU Nº 1883/2015
Mitigação	<p>Manutenção das versões mais atuais disponibilizadas pelo CSJT.</p> <p>Backup tradicional em fita.</p> <p>Uma cópia do banco de dados em storage auxiliar é mantida em site redundante em outro prédio.</p> <p>O CSJT cancelou o recurso orçamentário anual do suporte técnico no banco de dados ORACLE, custeando apenas os últimos meses, porém o TRT24 sustentou o contrato durante todo o ano.</p>

Sistemas desenvolvidos na CTIC:

Identificação	GestorePAE
Descrição	Sistema de Gerenciamento de Processos Administrativos Eletrônicos
Aplicação no negócio	<p>Gestão dos processos administrativos do TRT24.</p> <p>Desde 2014 todos os novos processos protocolados são eletrônicos.</p> <p>Mantém os processos administrativos do legado (físicos).</p> <p>Possibilidade de conversão de processos físicos para o meio eletrônico.</p> <p>Possui funcionalidades que geram dados para RH (com atribuição de funções, substituição e marcação de férias).</p> <p>Acompanha a rotina administrativa que envolve requerimentos de magistrados, servidores e proposições administrativas, inclusive compras.</p>
Manutenção	Servidores do quadro da CTIC
Risco	Interrupção dos trabalhos em rotinas administrativas.
Mitigação	<p>Backup tradicional em fita.</p> <p>Uma cópia do banco de dados em storage auxiliar é mantida em site redundante em outro prédio.</p> <p>O CSJT cancelou o recurso orçamentário anual do suporte técnico no banco de</p>

	dados ORACLE, custeando apenas os últimos meses, porém o TRT24 sustentou o contrato durante todo o ano.
--	---

Identificação	SGRH
Descrição	Sistema de Recursos Humanos
Aplicação no negócio	Gestão de Recursos Humanos. Quadro de magistrados, servidores, terceirizados, e todos os aspectos da vida funcional.
Manutenção	Servidores do quadro da CTIC; Há previsão e cronograma para implantação do sistema nacional SIGEP.
Risco	Impossibilidade de manutenção do quadro de RH sem o uso do sistema. O Gestore terá seu funcionamento interrompido, pois depende dos dados de RH para funcionamento.
Mitigação	Backup tradicional em fita. Uma cópia do banco de dados em storage auxiliar é mantida em site redundante em outro prédio. O CSJT cancelou o recurso orçamentário anual do suporte técnico no banco de dados ORACLE, custeando apenas os últimos meses, porém o TRT24 sustentou o contrato durante todo o ano.

Identificação	FolhaWeb
Descrição	Sistema da Folha de Pagamento - novo sistema implantado em 2015
Aplicação no negócio	Gestão da folha de pagamento dos magistrados e servidores.
Manutenção	Servidores do quadro da CTIC
Risco	Impossibilidade de pagamento dos soldos de magistrados e servidores
Mitigação	Backup tradicional em fita. Uma cópia do banco de dados em storage auxiliar é mantida em site redundante em outro prédio. O CSJT cancelou o recurso orçamentário anual do suporte técnico no banco de dados ORACLE, custeando apenas os últimos meses, porém o TRT24 sustentou o contrato durante todo o ano.

Identificação	SCMP
Descrição	Sistema de Controle de Material de Patrimônio
Aplicação no negócio	Gestão dos materiais permanentes e de consumo. Inclui rotinas de distribuição de materiais. Inclui controle de termos de responsabilidades e gestão patrimonial.
Manutenção	Servidores do quadro da CTIC

Risco	<p>Impossibilidade de gestão dos materiais.</p> <p>Afeta outros regionais pois o sistema foi distribuído para 18 Tribunais, estando em produção plena em 13 regionais. Previsto para toda a Justiça do Trabalho, em agendamento nos demais Tribunais.</p> <p>Ainda não foi regularizado em Ato do CSJT como sistema Nacional.</p>
Mitigação	<p>Assinado acordo de cooperação com todos os Tribunais que instalaram o sistema.</p> <p>Criado grupo de deliberação por meio de atas de reunião dos DGs e reuniões posteriores.</p> <p>Feita exportação dos fontes para base de guarda no TRT12^a.</p> <p>Backup tradicional em fita.</p> <p>Uma cópia do banco de dados em storage auxiliar é mantida em site redundante em outro prédio.</p> <p>O CSJT cancelou o recurso orçamentário anual do suporte técnico no banco de dados ORACLE, custeando apenas os últimos meses, porém o TRT24 sustentou o contrato durante todo o ano.</p>

Identificação	Judice (1 e 2)
Descrição	Sistema de Processos Judiciais Físicos - processo físicos legados
Aplicação no negócio	<p>Mantém a movimentação e os dados principais dos processos físicos do legado (anteriores ao PJe-JT).</p> <p>Oferece atividades diversas de controles de audiências, publicações, sentenças, etc.</p> <p>Os dados que não são sigilosos são consultados pelos advogados pela internet.</p>
Manutenção	Servidores do quadro da CTIC
Risco	Impossibilidade de gestão dos processos físicos.
Mitigação	<p>Está prevista a conversão para o meio eletrônico dos processos em tramitação, com a digitalização dos processos, conforme Planejamento Estratégico Institucional do TRT24^a.</p> <p>Backup tradicional em fita.</p> <p>Uma cópia do banco de dados em storage auxiliar é mantida em site redundante em outro prédio.</p> <p>O CSJT cancelou o recurso orçamentário anual do suporte técnico no banco de dados ORACLE, custeando apenas os últimos meses, porém o TRT24 sustentou o contrato durante todo o ano.</p>

Identificação	Cálculo
Descrição	Sistema de Cálculos Trabalhistas
Aplicação no negócio	Realização de cálculos de valores para ações trabalhistas do TRT24 ^a
Manutenção	Servidores do quadro da CTIC
Risco	Impossibilidade de realização de cálculos trabalhistas.

Mitigação	<p>Prevista instalação do PJeCalc, sistema nacional para cálculos trabalhistas, para substituí-lo.</p> <p>Backup tradicional em fita.</p> <p>Uma cópia do banco de dados em storage auxiliar é mantida em site redundante em outro prédio.</p> <p>O CSJT cancelou o recurso orçamentário anual do suporte técnico no banco de dados ORACLE, custeando apenas os últimos meses, porém o TRT24 sustentou o contrato durante todo o ano.</p>
-----------	---

Identificação	Internet
Descrição	Portal do TRT24 ^a - Serviço público de informações sobre diversos dos sistemas listados disponíveis em nosso site: http://www.trt24.jus.br/www_trtms/
Aplicação no negócio	Disponibiliza as informações públicas dos sistemas e notícias do TRT24 ^a , incluindo transparência, licitações, e informações processuais, e links para os serviços on-line disponibilizados pelo Tribunal.
Manutenção	Servidores do quadro da CTIC
Risco	Impossibilidade de acesso pela comunidade dos dados e serviços da instituição.
Mitigação	<p>Projeto do PEI prevê desenvolvimento de novo portal para facilitar a manutenção e a disponibilização das informações em plataforma mais atualizada.</p> <p>Backup tradicional em fita, guarda os fontes do portal e os dados disponibilizados.</p>

Identificação	Intranet
Descrição	Serviços de informações para magistrados e servidores sobre diversos sistemas em site de acesso com senha interna. https://intranet.trt24.jus.br/intra-vwp/
Aplicação no negócio	Disponibiliza todas as informações necessárias aos servidores e alguns serviços diversos como cadastro de frequência, holerith, calendário, publicações de notícias, atualização cadastral, etc.
Manutenção	Servidores do quadro da CTIC
Risco	Impossibilidade de acesso aos dados disponibilizados para magistrados e servidores.
Mitigação	<p>Projeto do PEI prevê desenvolvimento de novo portal para facilitar a manutenção e a disponibilização das informações em plataforma mais atualizada.</p> <p>Backup tradicional em fita, guarda fontes do portal e dados disponibilizados.</p>

Identificação	MAGIS
Descrição	Sistema de informatização das atividades de controle de movimentação de magistrados
Aplicação no negócio	Gerenciamento de férias, licenças, substituições, convocações e outras rotinas de nomeações e convocações de magistrados
Manutenção	Servidores do quadro da CTIC

Risco	Dificuldade de gerenciamento das informações de lotação dos magistrados.
Mitigação	<p>Manutenção das versões mais atuais disponibilizadas pelo CSJT.</p> <p>Backup tradicional em fita.</p> <p>Uma cópia do banco de dados em storage auxiliar é mantida em site redundante em outro prédio.</p> <p>O CSJT cancelou o recurso orçamentário anual do suporte técnico no banco de dados ORACLE, custeando apenas os últimos meses, porém o TRT24 sustentou o contrato durante todo o ano.</p>

Identificação	Certidão on line
Descrição	Sistema de emissão de certidões on-line – implantado em 2015 para certidões centralizadas de processos eletrônicos e físicos legados
Aplicação no negócio	Emissão de certidão de processos trabalhistas em tramitação para toda a comunidade, integrando num único serviço os processos físicos e eletrônicos do TRT24
Manutenção	Servidores do quadro da CTIC
Risco	Impossibilidade de emissão de certidão on-line
Mitigação	<p>Backup tradicional em fita.</p> <p>Uma cópia do banco de dados em storage auxiliar é mantida em site redundante em outro prédio.</p> <p>O CSJT cancelou o recurso orçamentário anual do suporte técnico no banco de dados ORACLE, custeando apenas os últimos meses, porém o TRT24 sustentou o contrato durante todo o ano.</p>

Identificação	PROADE
Descrição	Sistema de Avaliação de Servidores - módulo do SGRH
Aplicação no negócio	Avaliação dos servidores em meio eletrônico, com cálculo automático de pontuação, assinatura de avaliador e avaliado, controle de prazos com envio de avisos por e-mail.
Manutenção	Servidores do quadro da CTIC
Risco	Ausência de sistema de avaliação
Mitigação	<p>Os fontes são de guarda do Tribunal.</p> <p>Os testes são realizados por servidores para o conhecimento de ferramentas para garantir a continuidade do sistema após o encerramento do contrato da fábrica de software.</p> <p>Backup tradicional em fita.</p> <p>Uma cópia do banco de dados em storage auxiliar é mantida em site redundante em outro prédio.</p> <p>O CSJT cancelou o recurso orçamentário anual do suporte técnico no banco de</p>

	dados ORACLE, custeando apenas os últimos meses, porém o TRT24 sustentou o contrato durante todo o ano.
--	---

Identificação	GestoreSmart Instalado, ainda não em plena utilização
Descrição	Módulo de consulta a processos administrativos para SmartPhones
Aplicação no negócio	Consulta de processos pelo smartPhone
Manutenção	Servidores do quadro da CTIC
Risco	Ausência de recurso de consulta
Mitigação	Consulta disponível no módulo GestoreWEB

Produtos/Serviços adquiridos da fábrica de software em 2015, com projeto finalizado em 2016:

Identificação	EJTRT
Descrição	Sistema de informatização das atividades da escola Judicial
Aplicação no negócio	Gerenciamento de capacitações, treinamentos, eventos e palestras, desde as inscrições até a emissão de certificado. Controle orçamentário de gastos da Escola Judicial. Emissão de dados para envio ao RH de treinamentos obrigatórios de magistrados e servidores, vitaliciamento, lideranças, adicional de qualificação, etc.
Manutenção	Recés implantado o primeiro módulo, ainda em desenvolvimento de novas etapas pela Fábrica de software.
Prazo	Maior / 2016
Orçamento	R\$ 149.527,10
Risco	Impossibilidade de gerenciamento das capacitações e do orçamento da EJTRT, já lançada nos primeiros módulos entregues.
Mitigação	Os fontes são de guarda do Tribunal. Os testes são realizados por servidores para que o conhecimento de ferramentas para garantir a continuidade do sistema após o encerramento do contrato da fábrica de software. Backup tradicional em fita. Uma cópia do banco de dados em storage auxiliar é mantida em site redundante em outro prédio. O CSJT cancelou o recurso orçamentário anual do suporte técnico no banco de dados ORACLE, custeando apenas os últimos meses, porém o TRT24 sustentou o contrato durante todo o ano.

Identificação	GEST
Descrição	Sistema de Estagiários – módulo do SGRH
Aplicação no negócio	Cadastro, gerenciamento de presença e folha de pagamento dos estagiários de nível médio e superior.
Manutenção	Servidores do quadro da CTIC
Prazo	Maior/2016
Orçamento	R\$ 143.001,37
Risco	Impossibilidade do controle de frequência e da emissão da folha de pagamento.
Mitigação	Os fontes são de guarda do Tribunal. Os testes são realizados por servidores para o conhecimento de ferramentas para garantir a continuidade do sistema após o encerramento do contrato da fábrica de software. Backup tradicional em fita. Uma cópia do banco de dados em storage auxiliar é mantida em site redundante em outro prédio. O CSJT cancelou o recurso orçamentário anual do suporte técnico no banco de dados ORACLE, custeando apenas os últimos meses, porém o TRT24 sustentou o contrato durante todo o ano.

Produtos/Serviços implantados em 2016:

Identificação	CLE
Descrição	Sistema adicional ao PJe-JT - módulo auxiliar para digitalização dos processos físicos e conversão para o meio eletrônico (PJe-JT)
Aplicação no negócio	Importação dos dados de cadastro dos processos físicos do sistema legado para o PJe-JT na conversão dos processos para o meio eletrônico
Manutenção	TRT10
Prazo	Julho/2016
Risco	Ausência de ferramenta facilitadora para a conversão
Mitigação	Atualmente, os processos sendo iniciados como "piloto" estão sendo digitalizados e o cadastro feito manualmente, com redigitação

Identificação	MNI / MPT
Descrição	Sistema satélite do PJe-JT - Módulo de integração PJe-JT x MPT
Aplicação no	Oferecimento de facilidade para busca de dados para ser utilizado no sistema do

negócio	MPT, facilitando a tramitação de autos do interesse do MPT.
Manutenção	A cargo do CSJT
Prazo	Abril / 2016
Risco	Impossibilidade do MPT de acessar os dados do PJe
Mitigação	Manutenção das versões mais atuais disponibilizadas pelo CSJT. Backup tradicional em fita. Uma cópia do banco de dados em storage auxiliar é mantida em site redundante em outro prédio. O CSJT cancelou o recurso orçamentário anual do suporte técnico no banco de dados ORACLE, custeando apenas os últimos meses, porém o TRT24 sustentou o contrato durante todo o ano.

Identificação	RADIOWEB
Descrição	Serviço de comunicação institucional por rádio
Aplicação no negócio	Disponibilização de notícias em serviço de rádio via internet
Manutenção	Servidores do quadro da CTIC
Prazo	Abril / 2016
Risco	Ausência de serviço de notícias via rádio, somente pelo portal
Mitigação	Backup tradicional em fita. Uma cópia do banco de dados em storage auxiliar é mantida em site redundante em outro prédio.

Plano de capacitação de TIC

O plano de capacitação de TIC foi desenvolvido pela primeira vez em 2015 para aplicação no ano de 2016. Porém, com o corte orçamentário a implantação ficou prejudicada.

No entanto foram realizados alguns dos treinamentos detectados como vitais para a equipe e com baixo custo.

Treinamentos da diretoria e assistente:

- Simpósio Brasil Digital - TCU 2016.

Treinamentos de analistas e desenvolvedores de software:

Oficina de Contagem de Pontos de Função: A Ponte da Teoria à Prática.

Força de trabalho de TIC

Abaixo seguem identificados os diferentes tipos de mão de obra utilizados na TI, identificando o quantitativo de pessoas do quadro da TI, exercendo atividades de TI nas diversas áreas, incluindo governança e gestão.

Tipo de mão de obra	Qtde de pessoas	Representatividade em postos de trabalho
Servidores efetivos do quadro de TI lotados no setor	29	28 (1 em licença saúde prolongada)
Servidores de outras áreas que realizam atividades de TI	3	3
Terceirizados - Contrato de Help Desk	6	6
Estagiários - nível superior de TI	Corte orçamentário	---

Processos de Trabalho de TI - governança e gestão

Todos os processos de trabalho foram revisados, trabalho iniciado em 2015, mas a maior parte foi definida em 2016, com novos processos e revisões.

Processos de Governança e Gestão

- a) Planejamento Estratégico TIC;
- b) Demandas;
- c) Portfólio;
- d) Projetos;
- e) Plano Diretor de TIC;
- f) Capacitação de TIC;
- g) Boas Práticas;
- h) Capacidade de Processos;
- i) Contratação de Soluções de TIC;

Segurança da Informação

- a) Segurança da Informação;
- b) Riscos de TIC;
- c) Ativos de TIC;
- d) Controle de Acessos Lógicos;
- e) Controle de Acessos Físicos;
- f) Incidentes de Segurança da Informação;
- g) Continuidade de Negócios.

Software

- a) Desenvolver Software;
- b) Manter Software;
- c) Métricas de Software (em desenvolvimento).

Serviços

- a) Nível de Serviços;
- b) Catálogo de Serviços;
- c) Central de Serviços;
- d) Incidentes de TIC;
- e) Cumprimento de Requisições;
- f) Mudanças
- g) Liberação e Implantação;
- h) Configuração.

Microinformática

- a) Microinformática.

Infraestrutura

- a) Monitoramento.

Estrutura organizacional para o gerenciamento do atendimento aos serviços de TI:

- a) Seção de Microinformática – gerenciamento de hardware de plataforma básica;
- b) Central de atendimento e Help desk: atendimento aos serviços, nível 1 e 2.

Infraestrutura de software utilizada para atendimento aos serviços de TI:

- a) Registro de chamados para a central: OTRS;
- b) Mapeamento de configurações: CACIQUE.

Projetos de TI desenvolvidos

Os projetos concluídos em 2016 seguem abaixo. Os projetos que foram concluídos envolveram orçamento de 2015 e 2016, a maioria pagos em 2015, porém, com instalação concluída em 2016. Alguns projetos que envolveram recurso orçamentário de 2016, ano de recurso orçamentário reduzido, principalmente em virtude da reforma do Fórum Trabalhista da Capital.

Descrição	Setor	Categoria	Recursos Orçamentários
Adquirir expansão para storages	GIRD	Projeto	R\$ 600.000,00 (CSJT)
Manter link de internet	GIRD	Ação	R\$ 168.410,16/ano
Manter aluguel de postes da Energisa	GIRD	Ação	R\$ 32.904,96/ano
Manter serviço de assistência técnica do cabo óptico	GIRD	Ação	R\$ 136.004,22/ano
Manter serviço de operação de central de atendimento a usuários		Ação	R\$ 291.110,64/ano
Manter serviço de Internet móvel 3 G+	GIRD	Ação	R\$ 50.700,00/ano
Manter serviço Suporte, mentoria e treinamento em POSTGRE SQL	GIRD	Ação	R\$ 143.481,84/ano CSJT
Manter licenças e suporte técnico ao JAVA JBOSS (PJe-JT)	GIRD	Ação	R\$ 177.474,96/ano CSJT
Manter licenças e suporte técnico ao LINUX (PJe-JT)	GIRD	Ação	R\$ 39.610,08/ano CSJT
Manter assistência técnica de equipamentos		Ação	R\$ 23.892,00/ano
Manter serviço de monitoramento-PJe	GIRD	Ação	R\$ 109.983,96/ano CSJT
Manter serviço de filtro de conteúdo WEB	GIRD	Ação	R\$ 9.272,04/ano CSJT
Manter serviço de filtro de conteúdo de correio eletrônico - Antispam	GIRD	Ação	R\$ 21.660,00/ano CSJT
Atualizar equipamentos de microinformática		Projeto	R\$ 1.259.030,81 CSJT 2015
Adaptar Folha TRT24 para Folha Nacional - SIGEP		Projeto	--
Implantar Sistema GIGS		Projeto	--
Atualizar versão do TSM	GIRD	Projeto	--
Atualizar equipamentos de microinformática básica		Projeto	--
Publicar jornal informativo <ul style="list-style-type: none"> Definir espaço de veiculação (restrito CTIC ou institucional) e formato Definir abrangência das informações Montar texto base e enviar para publicação 		Ação	--
Implantar Rádio Web	GIRD	Projeto	--

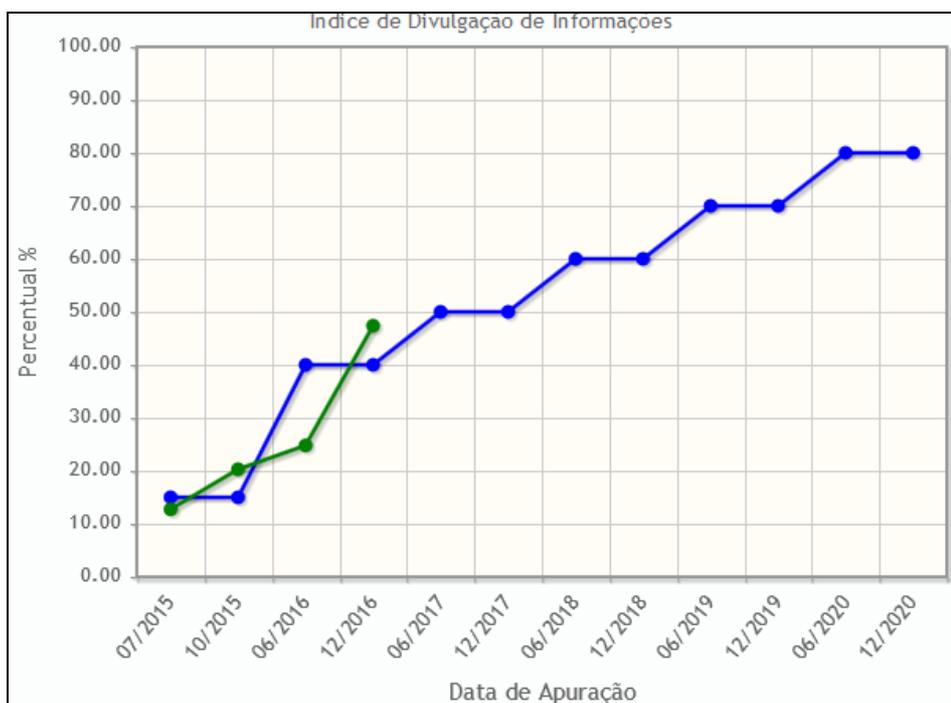
Implantar a CLE-PJe		Ação	--
Publicar informações sobre projetos e indicadores		Ação	--
Alinhar Processos de Trabalho ao Framework de Boas Práticas		Projeto	--
Implantar o Processo Gerenciar Microinformática		Projeto	--
Implantar o sistema eConsig		Projeto	--
Desenvolver Sistema Magis2		Projeto	--
Desenvolver Sistema de Gestão da Escola Judicial do TRT24		Projeto	R\$ 149.438.96
Implantar o sistema SGRH do CSJT		Projeto	--
Implantar o sistema de Banco de Sentenças		Projeto	--
Efetivar a execução do processo Desenvolver Software		Ação	--
Elaborar Guias de Usuários para serviços do Catálogo		Projeto	--

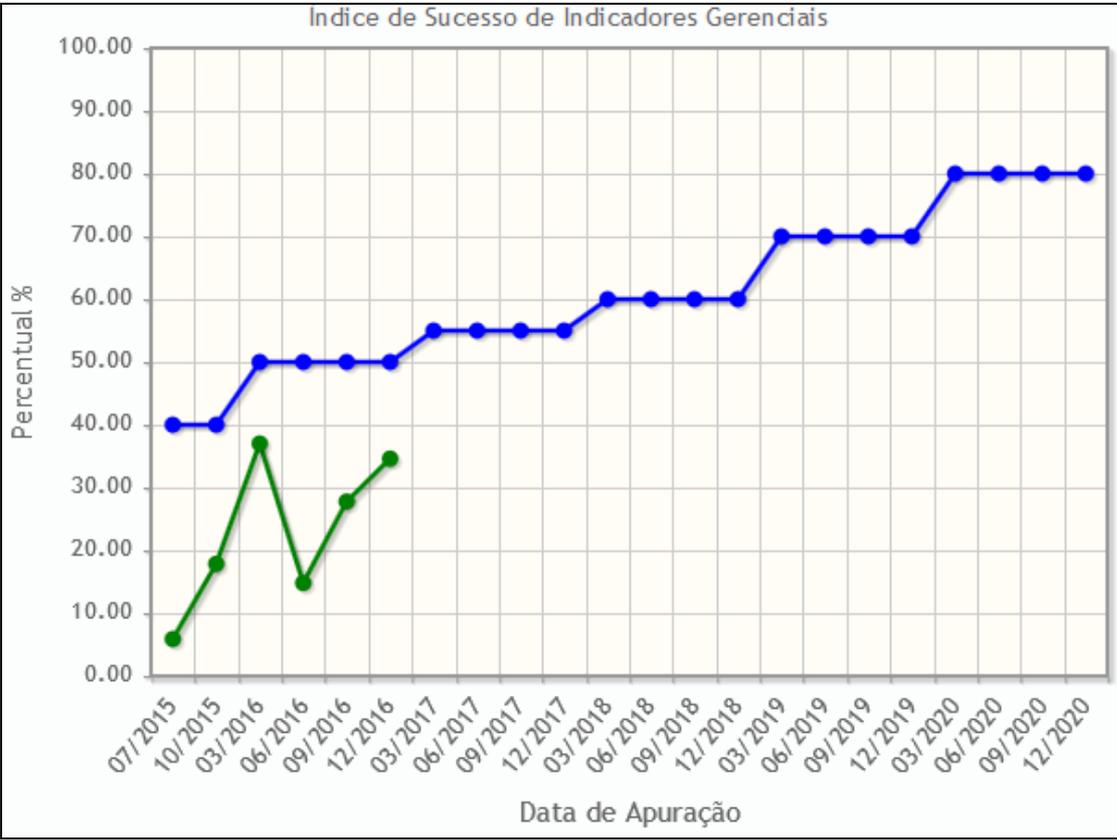
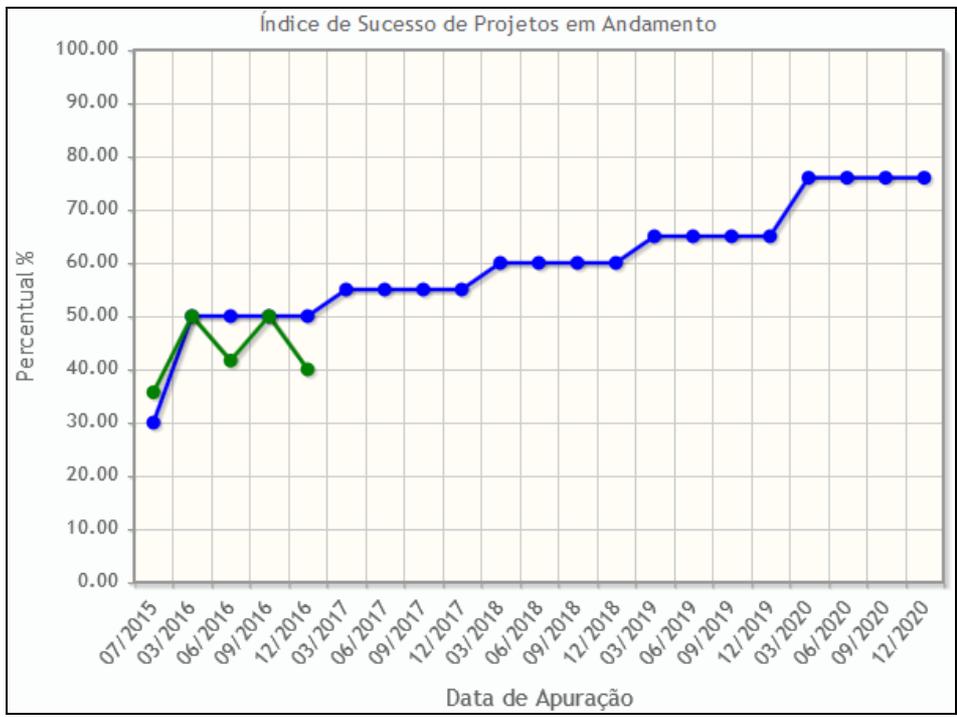
Indicadores do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação

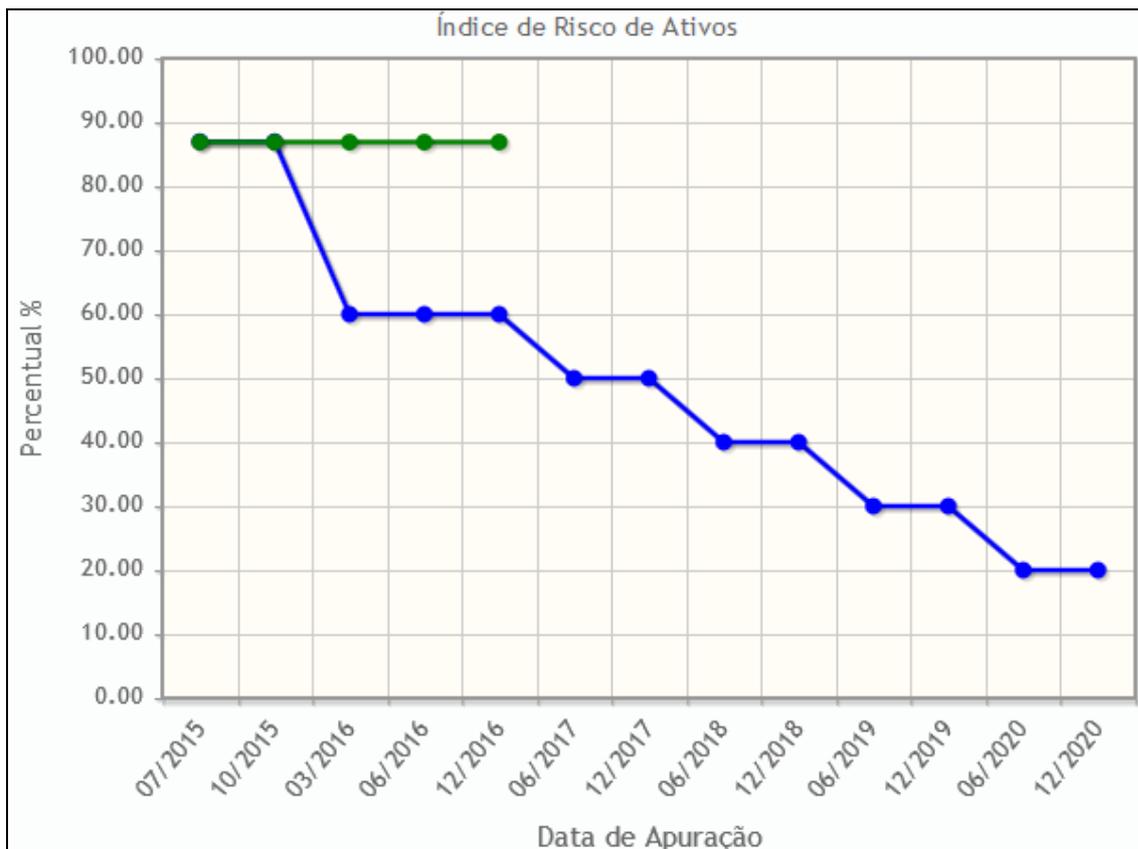
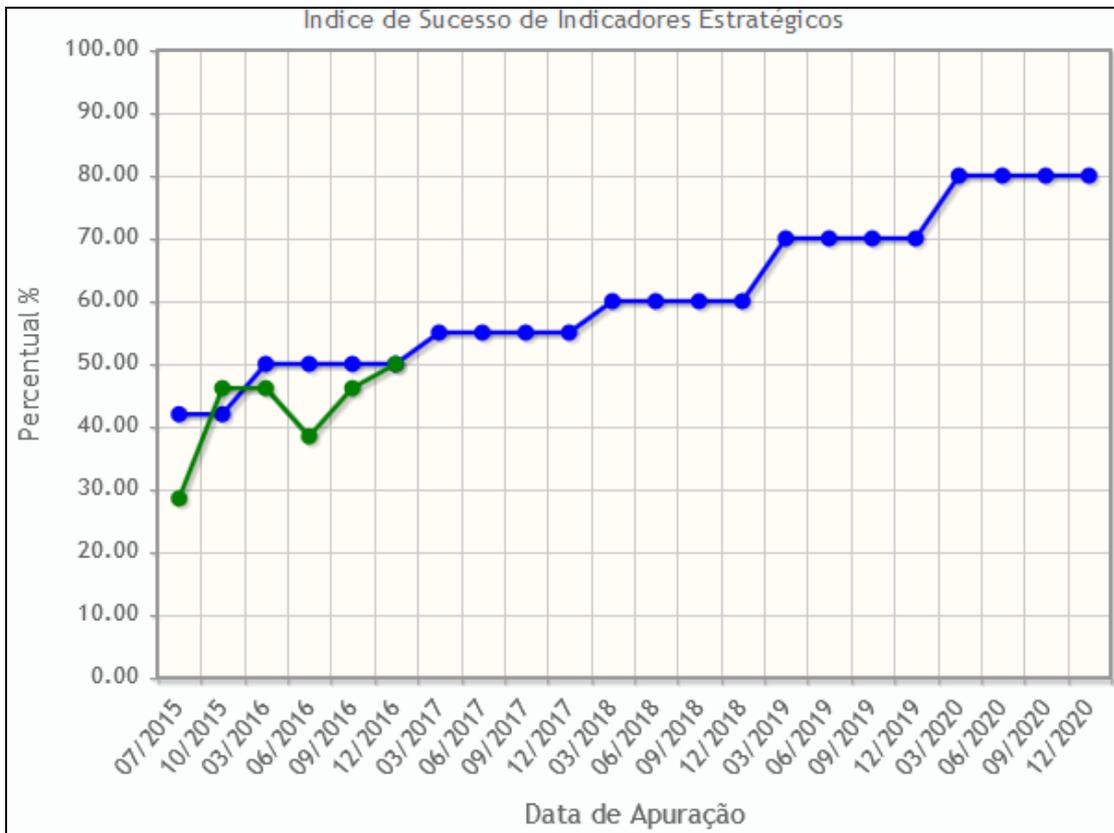
A execução do PETIC-TRT24 iniciou-se no segundo semestre de 2015, por meio de ações e projetos aprovados pelo Comitê De Governança de TIC.

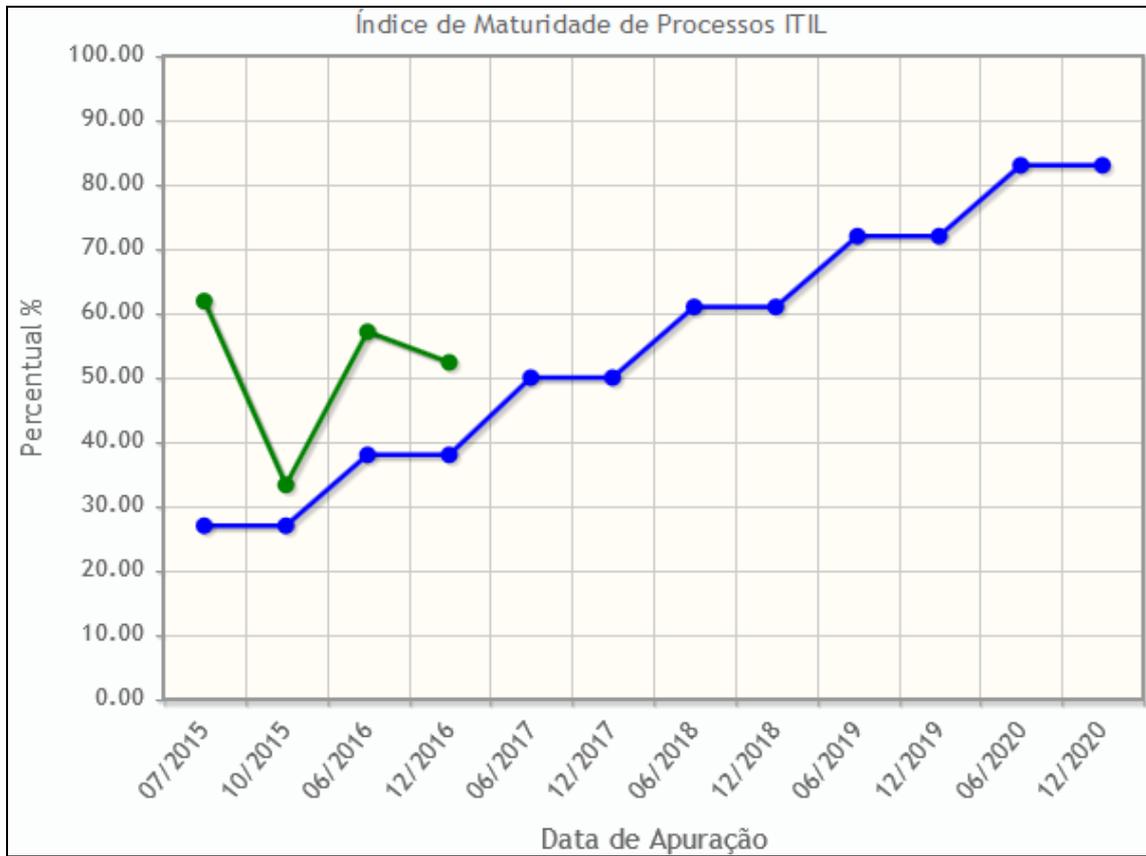
No portal de governança de TIC, "portal.trt24.jus.br/web/ggiti", acessado através do portal do Tribunal, "<http://www.trt24.jus.br>", link "Governança de TI", é possível acessar os gráficos dos indicadores atualizados trimestralmente.

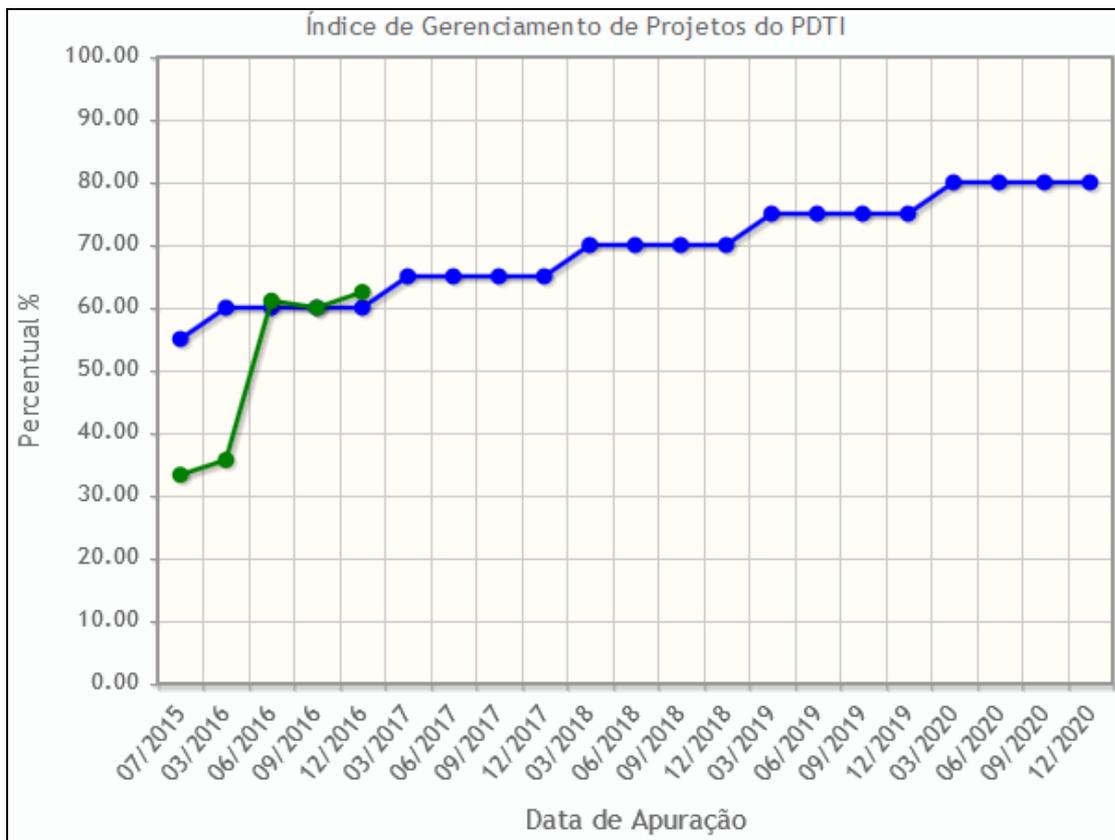
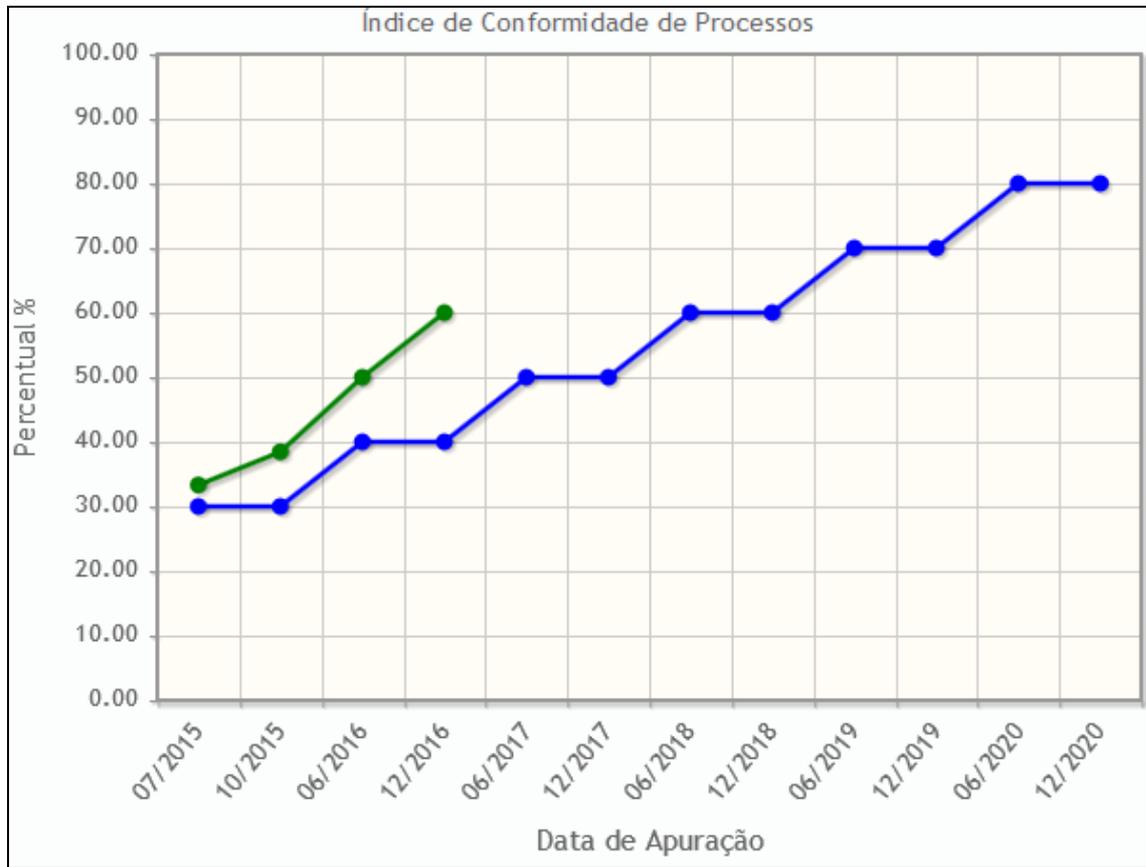
Nos demonstrativos está previsto todo o período de vigência do PETIC (2015-2020). A seguir os indicadores estratégicos atualizados em dezembro de 2016.

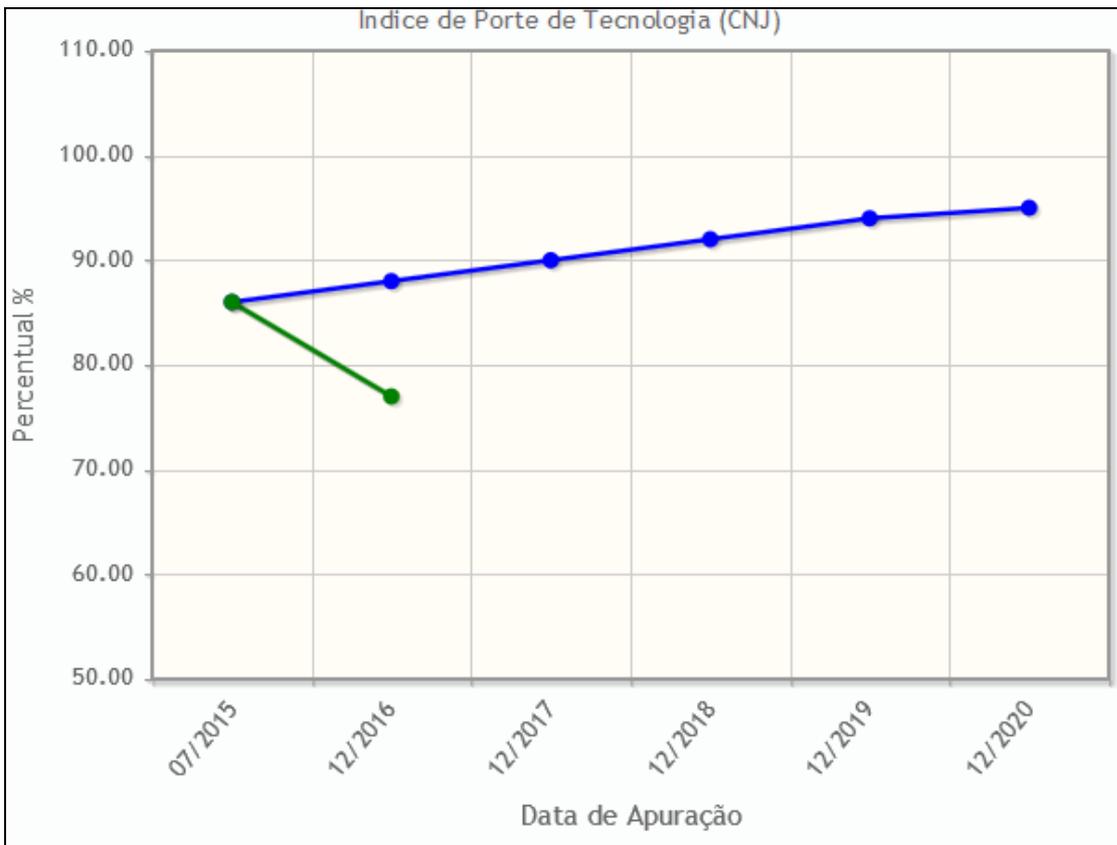
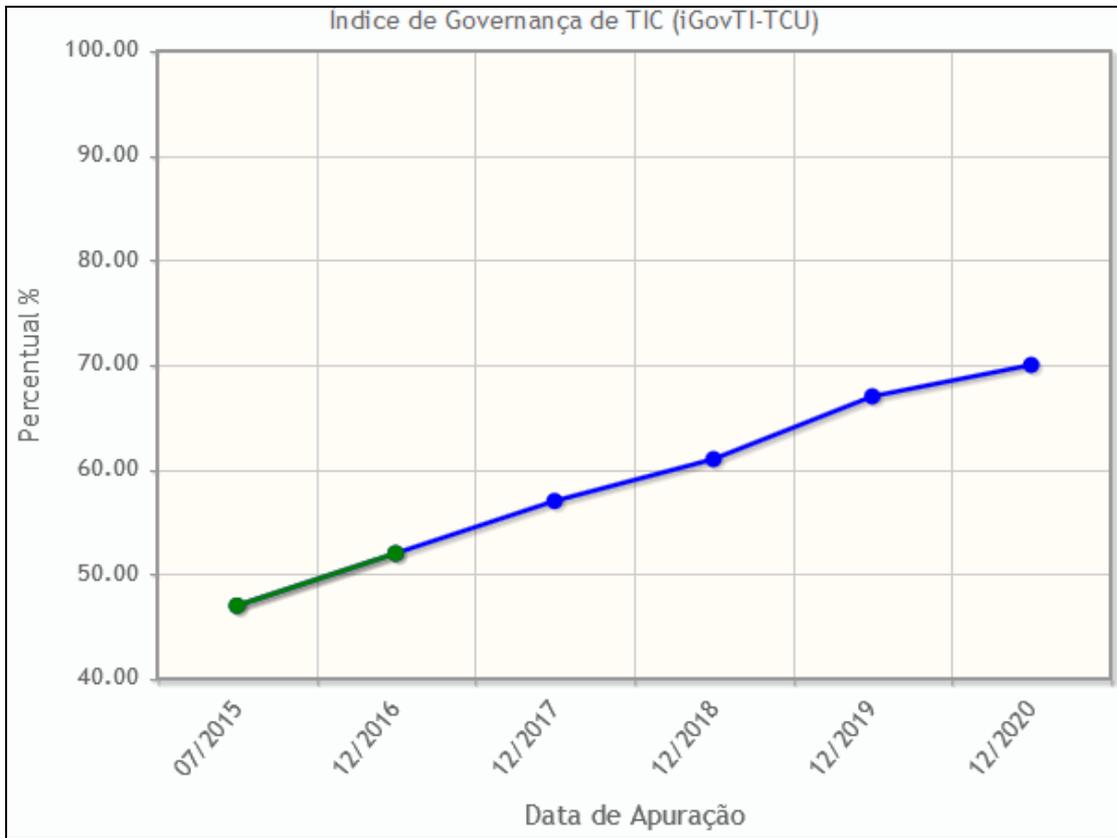


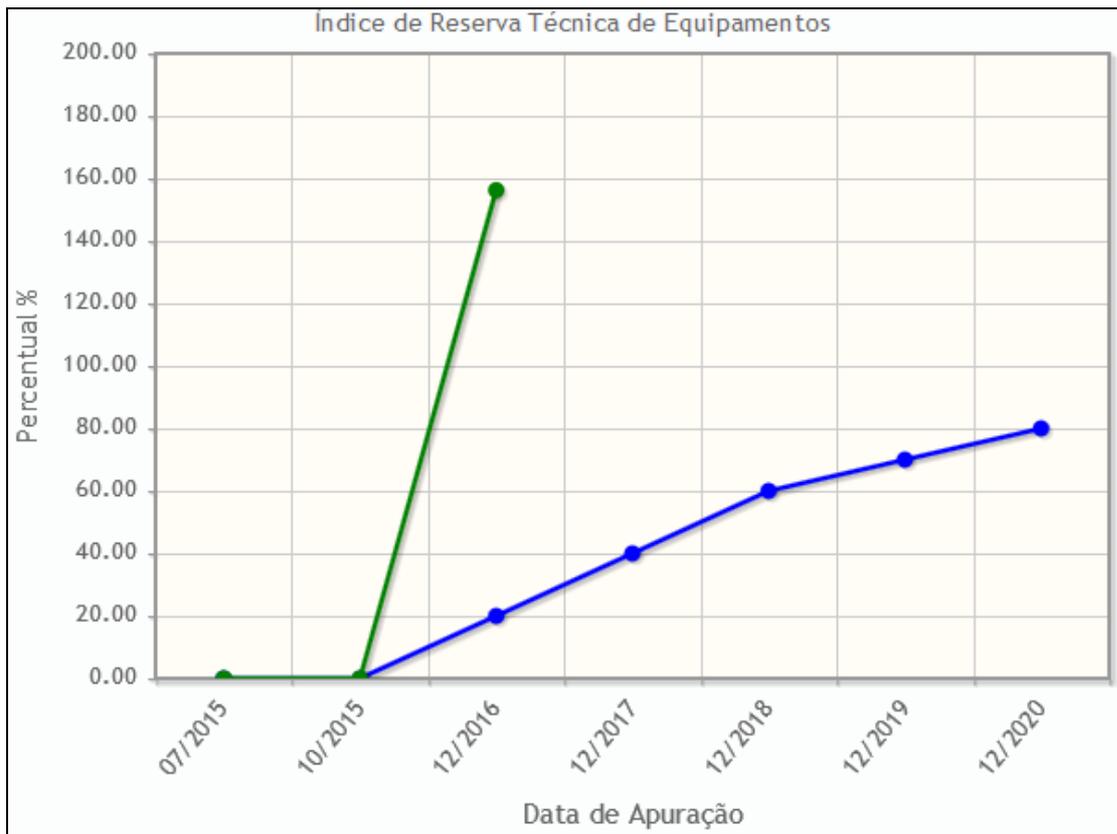
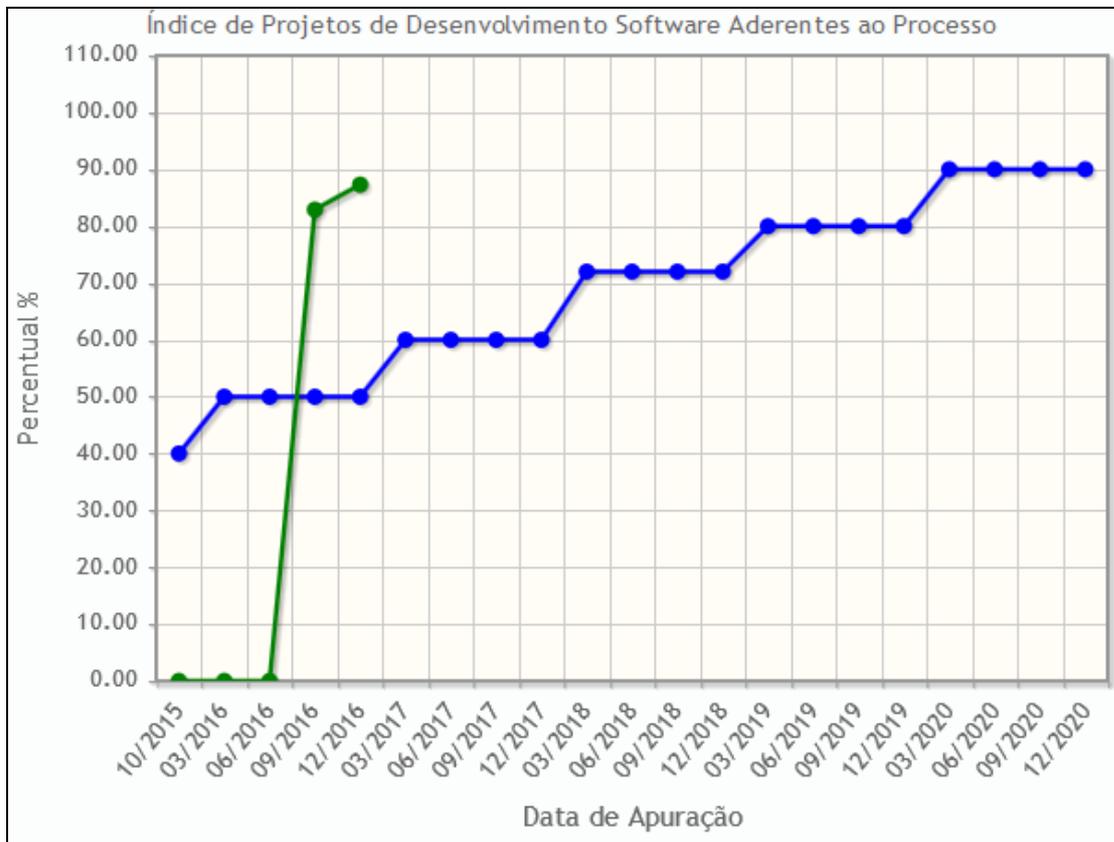


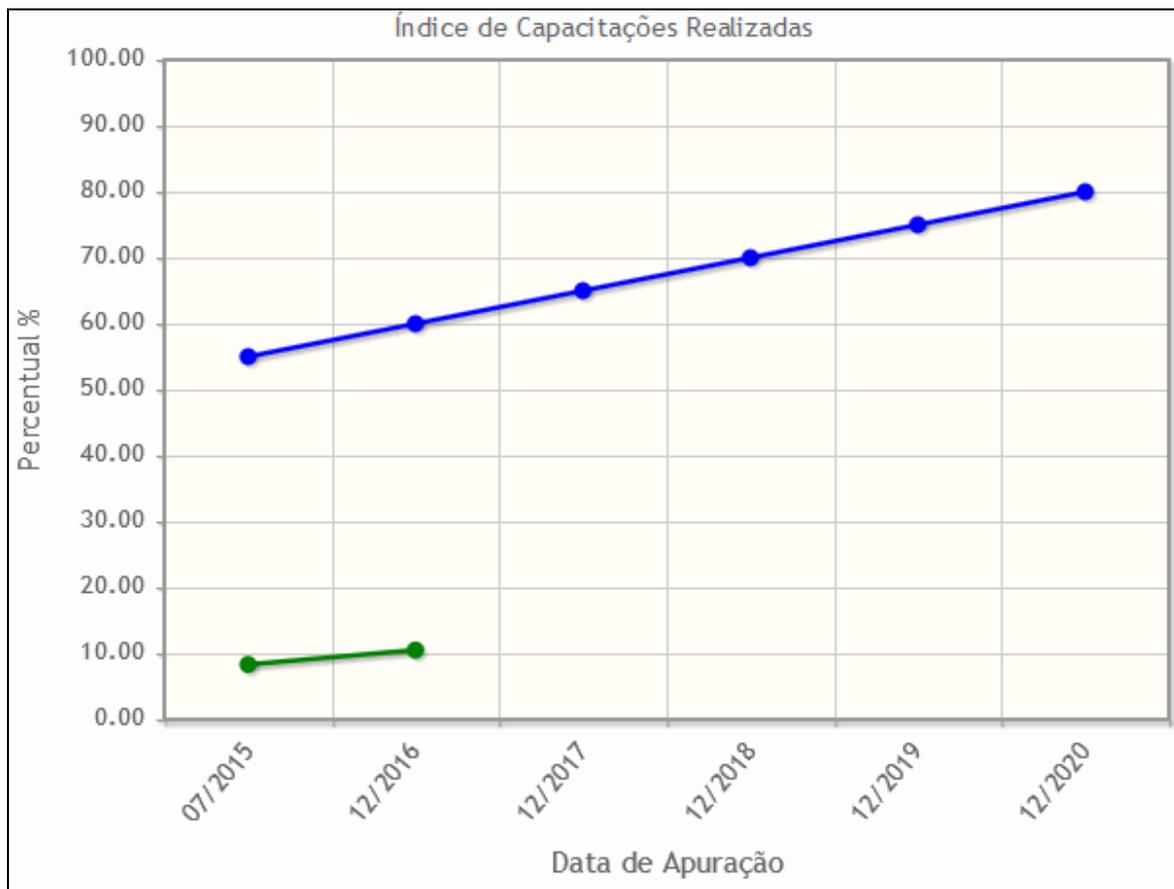
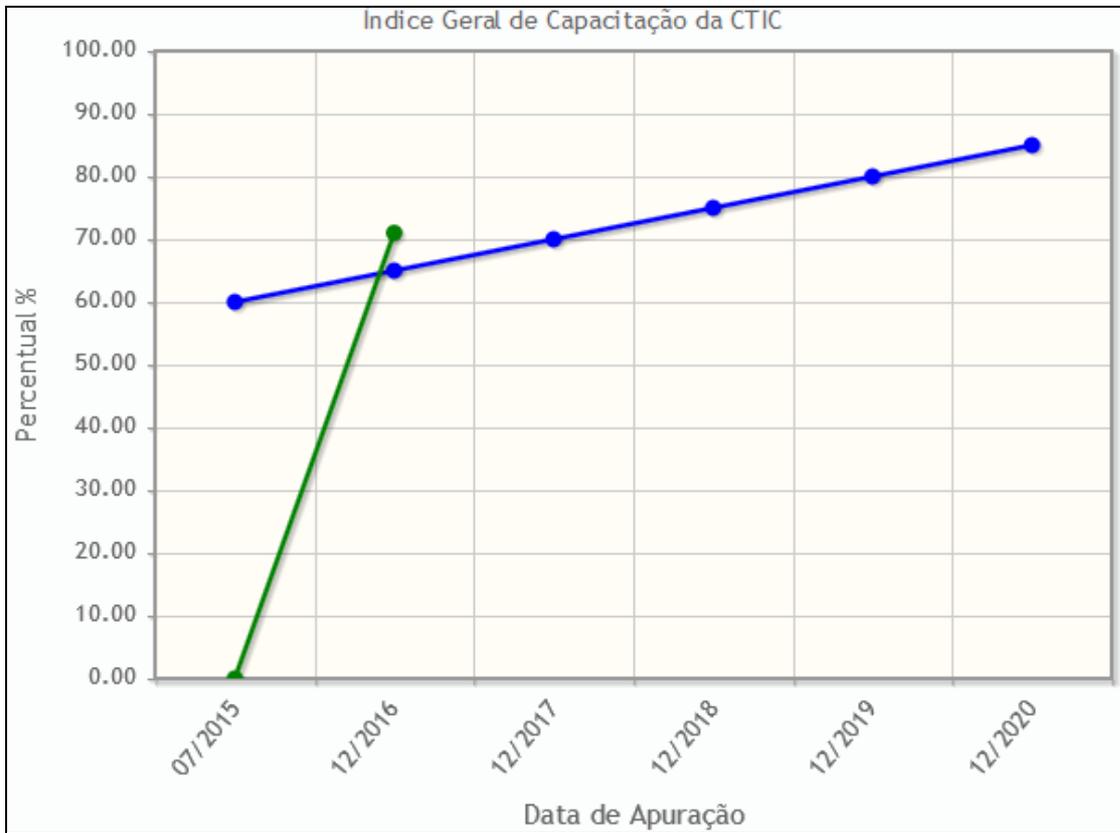












Contagem de atendimentos aos Serviços de TIC

Além da alocação em implantação de projetos, os servidores de TIC são alocados para atendimentos aos diversos serviços atualmente em operação.

Além da contagem de projetos realizados, e dos indicadores de sucesso, as atividades de TIC podem ser medidas pelos atendimentos nos diferentes serviços ofertados.

Os atendimentos iniciam-se na Central de Atendimento e, para aqueles que exigem um nível mais aprofundado de conhecimento, o atendimento prossegue nas unidades onde se encontram lotados os servidores e estagiários.

Abaixo os atendimentos realizados no ano de 2016.

Unidade	Chamados atendidos
Central de serviços (Terceirizados)	5.301
Infraestrutura e redes (nível 2 e 3)	2.048
Desenvolvimento de sistemas (nível 2 e 3)	1.027
Microinformática (nível 2)	785

CAPACITAÇÕES E TREINAMENTOS

A Escola Judicial do TRT da 24ª Região é órgão do Tribunal conforme estabelecido no inciso VIII do art. 3º da Resolução Administrativa 77/2015 – Regimento Interno do TRT da 24ª Região, com atribuição de formação e desenvolvimento das potencialidades e habilidades dos magistrados e servidores do TRT 24ª Região.

Em 2016, sob a direção do Desembargador Nicanor de Araújo Lima, a Escola Judicial e a Coordenadoria de Tecnologia de Informação e Comunicações concluíram o Sistema de Escola Judicial, resultado de mais de dois anos de trabalho, o qual foi reconhecido pela ENAMAT como de destacada eficiência, que o selecionou como a ferramenta nacional.



Equipes da EJTRT e CTIC apresentaram o Sistema de Escola Judicial a servidores da ENAMAT



Sistema de registro de presença eletrônico nas capacitações da Escola Judicial

Em junho de 2016, a Escola Judicial sediou a 49ª Reunião do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura Trabalhistas – CONEMATRA com participação de magistrados e servidores de outros regionais.



Representantes das Escolas Judiciais da Justiça do Trabalho

O planejamento e a execução das atividades de formação inicial e continuada de magistrados e servidores atendem aos normativos do CNJ, CSJT, ENAMAT, e têm, ainda, como pilares o Projeto Pedagógico e o Estatuto da Escola Judicial.

O Plano Anual de Capacitação é integrado pelos seguintes programas:

- a) Programa de Formação Continuada de Magistrados e Servidores;
- b) Programa de Formação de Formadores;
- c) Programa de Formação Inicial de Juízes Vitaliciandos;
- d) Programa de Desenvolvimento Gerencial, e
- e) Programa de Reciclagem Anual para a Atividade de Segurança.

Registro fotográfico de algumas atividades de formação continuada de magistrados e servidores em 2016:



Curso sobre Normas Regulamentadoras - NRs

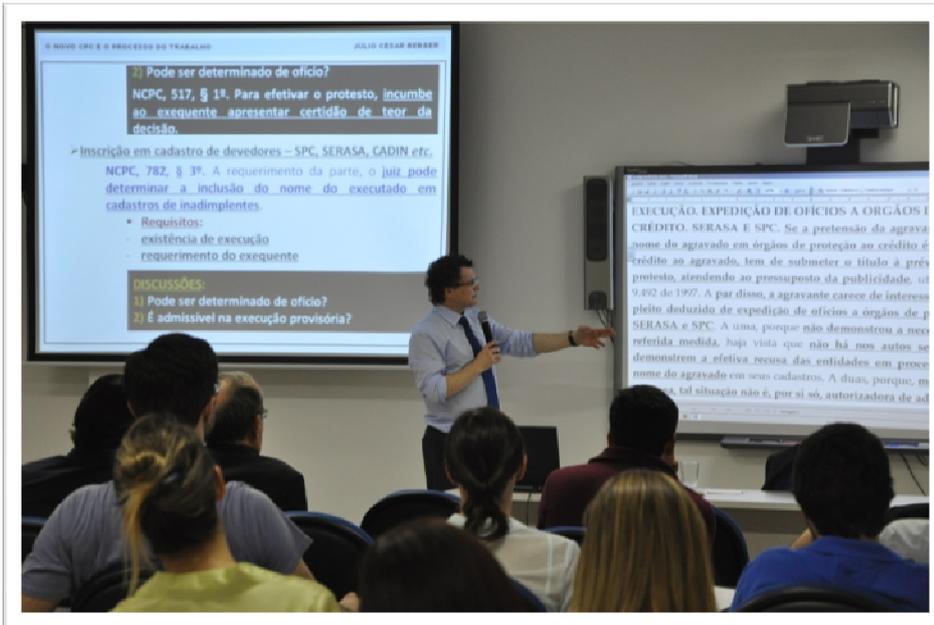


O Novo CPC e as Repercussões no Processo do Trabalho



O Novo CPC e as Repercussões no Processo do Trabalho

Instrutor: Juiz Flávio da Costa Higa



O Novo CPC e as Repercussões no Processo do Trabalho

Instrutores: Juiz Júlio César Bebber



I Curso de Formação de Assessor e Assistente Judiciais do TRT 24ª Região

Instrutor: Desembargador André Luís Moraes de Oliveira



Ciclo de estudos sobre temas do Direito do Trabalho



Palestra: O incidente de desconsideração da personalidade jurídica na Justiça do Trabalho

Palestrante: Ministro João Oreste Dalazen



Curso A verdade dos fatos no Processo do Trabalho: estudos teóricos e práticos sobre direito probatório: valoração da prova e raciocínios probatórios

Instrutor: Desembargador André Luís Moraes de Oliveira



Curso sobre a Tutela Provisória no Novo CPC

Instrutor: Juiz do Trabalho Cleber Martins Sales (TRT 18)

Encerramento das atividades de capacitação do ano de 2016 (dia 1º de dezembro)



Palestra: “Os novos horizontes da autonomia negocial coletiva”

Palestrante: Ministro Douglas Alencar Rodrigues (TST)



Palestra: “A causa e a culpa nas doenças ocupacionais”

Palestrante: Des. Amaury Rodrigues P. Junior

O resultado pretendido pelo investimento de recursos orçamentários para realização do Plano de Capacitação é o aperfeiçoamento técnico de magistrados e servidores, impactando positivamente na prestação jurisdicional do TRT da 24ª Região.

Abaixo, apresenta-se de forma resumida a carga-horária total de atividades internas e capacitações externas oferecidas para magistrados e servidores.

CAPACITAÇÃO PARA MAGISTRADOS EM 2016

I – Capacitações internas

Na elaboração do programa de capacitação para magistrados foi considerada a tabela de competências a serem adquiridas/desenvolvidas, conforme estabelecido na Resolução ENAMAT 18/2015.

PERÍODO	NÚMERO DE ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA	PARTICIPANTES
1º semestre	3	55 h	101
2º semestre	4	61 h	90
TOTAL	7	116 horas-aula	191

II – Cursos oferecidos pela ENAMAT/AMB

Obs: foram considerados cursos presenciais e a distância; cursos de formação de formadores e cursos de formação continuada.

PERÍODO	NÚMERO DE ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA	PARTICIPANTES
1º / 2º semestre	10	314 horas-aula	26

CAPACITAÇÃO PARA SERVIDORES EM 2016

I – Capacitações Internas

Foram contemplados os seguintes programas: Programa de formação continuada de servidores (área fim e área meio), Programa de desenvolvimento gerencial, Programa de reciclagem anual para a atividade de segurança (presenciais e a distância).

PERÍODO	NÚMERO DE ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA	PARTICIPANTES
1º semestre	6	110 h 30	222
2º semestre	6	68 h	242
TOTAL	12	178 horas 30 minutos	464

II – Capacitações externas

PERÍODO	NÚMERO DE ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA	PARTICIPANTES
1º semestre	4	54 h	13
2º semestre	13	299 h	84
TOTAL	17	353 horas-aula	97

Outras atividades desenvolvidas, em destaque

Auditoria

Em continuidade à reestruturação dos processos de trabalho iniciado em 2014, com a regulamentação do funcionamento e aprovação dos processos de trabalho e do Manual de Auditoria Interna, foi aprovada, por meio da Portaria TRT/GP nº 7/2016, a metodologia para elaboração do PAA. Esta metodologia propõe que as ações de controle sejam programadas com enfoque nos riscos estratégicos, regulatórios, financeiros e operacionais da organização, de forma a maximizar o impacto nos resultados e agregar valor às atividades do Tribunal, buscando, ainda, fomentar a implantação de uma política de gestão de riscos corporativos.

Dessa forma, as ações desenvolvidas nos anos de 2015 e 2016 contemplaram as áreas de gestão do patrimônio imobiliário, tecnologia da informação, pessoas, compras e contratações. Para tanto, utilizou-se da metodologia de auditoria baseada em riscos, o que pressupõe o mapeamento dos processos de trabalhos auditados com a identificação e avaliação dos principais riscos e controles adotados. Dessas ações resultaram melhorias para a gestão do Tribunal, tais como: a formalização do processo de trabalho de cessão de pessoal, a alteração de fluxos de diversos processos de trabalho, a definição formal de responsabilidades por procedimentos, a revisão de metodologia de cálculo para requisição de servidores cedidos, a implantação e/ou melhoria de controles internos em processos, e o ressarcimento de valores pagos indevidamente.

Tais resultados demonstram que a unidade de auditoria interna tem atuado como agente indutor na sensibilização da Administração para a implantação da gestão de riscos e de formalização de controles internos. Corroborando tal entendimento a divulgação de relatório demonstrando a necessidade de capacitação levantada pelo Núcleo de Gestão de Pessoas-NGP no qual as principais demandas nesse sentido são a gestão de riscos e a gestão de processos.

Por meio da reestruturação dos processos de trabalho da unidade de auditoria, bem como dos resultados advindos das ações, o Serviço de Controle Interno tem contribuído para o incremento do IGov (Índice de Governança da Organização), que mede o grau de maturidade em governança pública e utilizado no planejamento estratégico deste Tribunal como um dos indicadores do objetivo Governança.

Gestão de materiais

Com vistas à economia de materiais e com foco na sustentabilidade, foi implantado o projeto de aquisição e distribuição de garrafas de alumínio tipo *squeeze*, o qual resultou na redução de, aproximadamente, 32% no consumo de copos descartáveis para água.

Gestão da frota de veículos

A regulamentação da forma de constituição e utilização da frota de veículos encontra-se disciplinada pela Resolução CSJT Nº 68/2010 e Portaria TRT/GP/DGCA nº 563/2010, alterada pela Portaria TRT/GP/DGCA nº 15/2016.

A frota de veículos do Tribunal atualmente é constituída de 51 (cinquenta e um) veículos, cuja manutenção e seguro tiveram despesa da ordem de R\$ 293.696,12.

Este Regional tem aplicado o disposto na Resolução CSJT Nº 68/2010, em seu Art. 12 e no item I, do Art. 12, da Portaria TRT/GP/DGCA nº 563/2010, alterada pela Portaria TRT/GP/DGCA nº 15/2016, que prevê a renovação parcial ou total da frota em razão da antieconomicidade decorrente de uso prolongado, desgaste prematuro ou manutenção onerosa.

A política instituída para o tratamento dos veículos inservíveis é baseada no que prevê a Resolução CSJT Nº 68/2010, em seu Art. 12, salientando que a renovação parcial ou total da frota é efetivada em razão da antieconomicidade decorrente de: uso prolongado, desgaste prematuro e manutenção onerosa; obsolescência proveniente de avanços tecnológicos; sinistro com perda total; ou histórico de custos de manutenção e estado de conservação que torne possível a previsão de que os custos de manutenção atingirão, em breve prazo, percentual antieconômico. Para a obtenção deste percentual faz-se necessário o Cálculo da Idade Econômica dos veículos, que ao chegar a uma idade incompatível devido às variantes de Depreciação, Custo de Manutenção, Custo Total e Custo Médio Anual, tornam os veículos impróprios para o uso e desta forma, de acordo com o Decreto 99658, de 30 de outubro de 1990. Assim, os veículos são doados a outros órgãos e entidades por se tratar de material ocioso ou recuperável, antieconômico, irrecuperável.

O contrato com empresa especializada na disponibilização e operação de sistema de gerenciamento de frota de veículos, por meio de recursos de tecnologia da informação, oferece controles globais e individualizados da utilização e dos gastos dos veículos.

Eventos, campanhas, solenidades e outras atividades

Entrega das doações da “**Campanha Páscoa + Feliz**” às entidades assistências credenciadas.

Foram arrecadados 321 ovos distribuídos para as Associações Pestalozzi e Anandamóyi e para funcionários terceirizados do edifício-sede do Tribunal e do Fórum Trabalhista da Capital.

O Presidente do TRT/MS, Desembargador Nery Sá e Silva de Azambuja conversou com os representantes das instituições e os funcionários terceirizados, lembrou do significado da Páscoa para os cristãos e desejou muita prosperidade e aprendizado para todos. O Vice-Presidente do Tribunal, Desembargador João de Deus Gomes de Souza, disse que a entrega dos ovos representa um momento de união da Justiça do Trabalho com a comunidade e que o Tribunal, além do atributo de julgar, também pode auxiliar essas entidades que prestam um relevante serviço à sociedade.



Realização da Festa do Trabalhador no estacionamento do subsolo do TRT da 24ª Região

Um dia para comemorar, confraternizar e refletir. Foi assim a Festa do Trabalhador realizada no sábado (30), no edifício-sede do TRT da 24ª Região. O Presidente do Tribunal, Desembargador Nery Sá e Silva de Azambuja, promoveu a festa pelo segundo ano e disse que principalmente em um ano de dificuldades como 2016 é importante reunir aqueles que se dedicam à Justiça do Trabalho como forma de valorização e reconhecimento dos magistrados e servidores.



Participação do TRT da 24ª Região na Ação Cidadania da FIEMS/SESI





Abertura da Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, no Fórum Trabalhista de Campo Grande-MS





Realização do “Arraiá Solidário do Parque”, em parceria com o Tribunal de Justiça/MS.

A iniciativa do presidente do TJMS, Des. João Maria Lós, objetivou reunir as pessoas que trabalham nos órgãos situados no Parque dos Poderes para uma grande ação social, em prol de 30 entidades filantrópicas.





VIII ENCONTRO NACIONAL DA MEMÓRIA JUSTIÇA DO TRABALHO

Realizado nesta Capital, no período de 08 a 10.08.2016, o encontro teve por finalidade oportunizar a reflexão e o debate teórico acerca de temas relevantes como políticas de gestão documental, preservação da história da Justiça do Trabalho, da memória institucional, do patrimônio histórico e cultural, acesso à informação, bem como oferecer oficinas de capacitação e possibilitar a troca de experiências, de forma a proporcionar a interação e a difusão do conhecimento.

Em sua fala de abertura, o Presidente do TRT/MS, Desembargador Nery Sá e Silva de Azambuja, destacou que todos os processos trabalhistas concluídos estão arquivados desde a criação do primeiro juízo, em Corumbá, em 1962. "Com a preservação dos autos findos incontáveis fontes de pesquisa e de prova documental, acreditamos que a Justiça do Trabalho tem importante contribuição a dar para a história do Brasil, resguardando a identidade da sociedade, especialmente no tocante às relações de trabalho e à justiça social".



Apoio à Liga do Bem na divulgação do dia McdiaFeliz com venda de tíquetes de Bic Mac. Todo valor arrecadado com a venda dos sanduíches foi revertido em prol da AACCC/MC (Associação de Amigos das Crianças com Câncer).



Parceria na Campanha Kit vovô e Kit Vovó organizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de MS



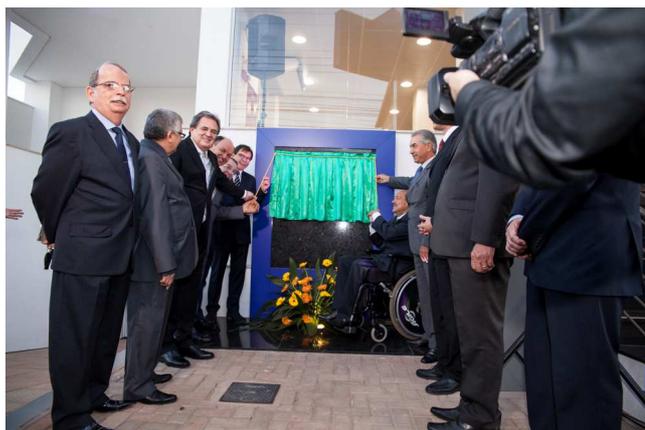
Inauguração da sede própria do Fórum Trabalhista Senador Ramez Tebet

A inauguração foi realizada no dia 18 de novembro de 2016.

O prédio onde antigamente funcionava o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região passou por uma reforma para abrigar as sete Varas do Trabalho da Capital, onde diariamente circulam cerca de mil pessoas.

Além de proporcionar uma economia de R\$ 40 mil com aluguel, a sede própria é 40% maior que a atual, garantindo mais conforto para quem procura a Justiça do Trabalho, advogados, magistrados e servidores. As salas de espera, de audiências e as secretarias das varas são maiores.

Hoje, o prédio comporta, em média, 100 pessoas sentadas aguardando audiência, enquanto no novo local a capacidade é de aproximadamente 300. Outra novidade que trará comodidade e agilidade para o jurisdicionado é um sistema de som para anunciar as pautas de audiências.





Sessão Solene de posse dos novos dirigentes da Corte, eleitos para biênio 2017/2018

Foram empossados os Excelentíssimos Senhores João de Deus Gomes de Souza, Presidente e Corregedor, Nicanor de Araújo Lima, Vice-Presidente e Vice-Corregedor e Ouvidor, Amaury Rodrigues Pinto Junior, Diretor da Escola Judicial, no Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo,





João de Deus Gomes de Souza, Presidente e Corregedor



Nicanor de Araújo Lima, Vice-Presidente e Vice-Corregedor e Ouvidor



Amaury Rodrigues Pinto Junior, Diretor da Escola Judicial,